

DANIELE BORGES BEZERRA

ASILO DE MENDIGOS
PELOTAS
Ilo Grande do Sul - Brasil

QUEM DÁ AOS POBRES
EMPRESTA A DEUS

N.º 238

Nome: *Deolinda Jhscavski Sampaio*

Naturalidade: *brasilera*

Estado civil: *solteira*

Côr: *branca*

Data do nascimento: *1920 - 25 de Dez.*

Data do falecimento: _____

Enviado por: *Santa Casa*

Precedencia: *São Lourenço*

Data da admissão: *14 de dezembro - 1938.*

Saída: _____

Observações: *Ajudada em todos os serviços.
Filha: Manoel Américo
Cônjuge: Benício e Marta
Filha: L. Sampaio.*

VISTO DO MEDICO: *[Signature]*

VISTO DO MORDOMO: *[Signature]*

VISTO DO PRESIDENTE: *[Signature]*

PATRIMÔNIO AFETIVO E FOTOGRAFIA: RELICÁRIOS DA MEMÓRIA DE IDOSOS NO ASYLO DE MENDIGOS DE PELOTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

DANIELE BORGES BEZERRA

**PATRIMÔNIO AFETIVO E FOTOGRAFIA:
RELICÁRIOS DA MEMÓRIA DE IDOSOS NO ASYLO DE MENDIGOS DE
PELOTAS**

Pelotas
2013

DANIELE BORGES BEZERRA

**PATRIMÔNIO AFETIVO E FOTOGRAFIA: RELICÁRIOS DA
MEMÓRIA DE IDOSOS NO ASYLO DE MENDIGOS DE PELOTAS**

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Linha de Pesquisa Memória e Identidade.

Orientadora: Tatiana Bolivar Lebedeff

Pelotas
2013

DANIELE BORGES BEZERRA

**PATRIMÔNIO AFETIVO E FOTOGRAFIA: RELICÁRIOS DA
MEMÓRIA DE IDOSOS NO ASYLO DE MENDIGOS DE PELOTAS**

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Linha de Pesquisa Memória e Identidade.

Banca Examinadora:

.....

Prof.^a Dra. Francisca Ferreira Michelin- PPGMP- ICH- UFPEL.

.....

Prof. Dra. Mirela Ribeiro Meira –PPGAV- FaE- UFPEL.

.....

Prof.^a Dra.Tatiana Bolivar Lebedeff- PPGMP- ICH- UFPEL

Conceito:

.....

Pelotas,.....de.....de.....

DEDICATÓRIA

Aos que deixaram sua marca na forma de boas lembranças, agregando ao que sou hoje, em especial aos meus pais e avós.

Aos pequenos cientistas, com olhos de novidade, meus queridos João e Raul, companheiros do cotidiano, com os quais tudo é possível.

AGRADECIMENTO

Aos narradores que compartilharam comigo parte de suas vidas de modo que esta dissertação pudesse acontecer.

À professora Tatiana Bolivar Lebedeff, que me orientou com liberdade, confiança e leveza, estimulando a construção espontânea do método e dos resultados desta pesquisa.

À professora Francisca Michelin, pela inspiração e por me introduzir na reflexão sobre fotografia e memória.

À professora Maria Letícia Mazzuchi, pelas discussões sobre memória e pelas indicações relativas a memória e terceira idade, asilamento, objetos de memória.

À Arine Pfeifer Coelho, revisora atenta e vigorosa crítica.

A todos os meus amigos e familiares que de alguma maneira participaram deste processo e apoiaram a minha trajetória. Muito obrigada!

O homem que percebe a si próprio como um ser finito, fadado ao desaparecimento, como uma imagem que se cancela da memória com o passar do tempo, este homem de existência efêmera e casca frágil em um mundo marcado pela velocidade, busca justamente na imagem uma forma de fixação no tempo e no espaço. É assim que a fotografia surge para a manifestação de sua presença no mundo, ao ratificar a existência do retratado, ao autenticar o momento vivido como memória. Evento passado que desafia a percepção do tempo a partir da sacralidade da imagem.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as narrativas de pessoas idosas que vivem em situação asilar, suas memórias, objetos de memória e a relação que se estabelece entre fotografia e narrativa. Para tanto, foram ouvidos e fotografados 13 moradores do Asylo de Mendigos de Pelotas, instituição que abriga idosos de baixa renda, ao longo de doze meses de convívio. Resultado de uma pesquisa interventiva, este trabalho se insere no campo da memória e da identidade e utiliza como aporte a Antropologia visual, não apenas como método, mas como proposta de narrativa, fruto de apropriações por parte dos próprios narradores. Percebeu-se que a fotografia contribuiu para o trabalho de memória e para a fluência das narrativas, e que, ao valorizar a imagem do idoso, funciona como um convite para pensar as categorias velhice, asilamento, solidão, saúde, casa, entre outras. Além disso, a partir das imagens geradas é possível apresentar ou reapresentar cenas de um contexto que talvez não povoe o imaginário da sociedade de maneira ampla, o da velhice institucionalizada. Essas imagens, produzidas em conjunto com os narradores, serviram para comunicar aspectos extremamente valorizados nessa etapa de vida. A partir desses enunciados de valor, identificou-se: a fotografia como relicário da memória, a morte como uma categoria presente, a saúde e a vida como patrimônio, o exercício narrativo como processo benéfico de identificação e autovalorização da identidade do idoso e a atribuição de valor excepcional às memórias do passado.

Palavras-chave: Memória e identidade. Fotografia. Velhice. Asilamento.

ABSTRACT

This dissertation had as objective to analyze the narratives of older people who live in asylum, their memories, memory objects and the relation established between photography and narrative. For that were heard and photographed 13 residents of the Asylum of Beggars of Pelotas, an institution that houses low-income elders, over twelve months of conviviality. Result of an interventional research, this work is inserted in the field of memory and identity and uses as support the visual Anthropology, not just as a method, but as a narrative proposal, fruit of appropriations by the narrators themselves. It was perceived that the photography contributed to the memory work and to the fluency of the narratives, and that, by valuing the image of the elders, it works as an invitation to think about the categories age, asyling, loneliness, health, home, among others. Moreover, from the images generated it is possible to present or re-present scenes from a context that maybe does not populate the imaginary of society broadly, the institutionalized elderly. These images, produced in conjunction with the narrators, served to communicate aspects extremely valued in this life stage. From these value statements were identified: photography as reliquary of the memory, death as a present category, health and life as patrimony, the narrative exercise as beneficial process of identification and self-valorization of the identity of the elder and the assignment of exceptional value to the memories of the past.

Keywords: Memory and identity. Photography. Senescence. Asyling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-------|
| Fig. 1- Cartão Postal: Asylo, 1904..... | p.29 |
| Fig. 2- Cartão Postal: Asylo, final do séc. XIX..... | p.30 |
| Fig.3 - Fotografia: Asylo, detalhe fachada, 2012..... | p 30 |
| Fig. 4- Fotografia: Asylo, 2012..... | p. 32 |
| Fig. 5- Carro de donativos e cavalo de concreto..... | p. 33 |
| Fig. 6- Detalhe inscrição fachada do Asylo, 2012 | p. 34 |
| Fig. 7- Recibo de pagamento, mês de janeiro, 2012..... | p. 35 |
| Fig. 8- Placa de Bronze- Beneméritos de 1931..... | p. 36 |
| Fig. 9- Porta que separa a ala masc. da ala fem..... | p. 38 |
| Fig. 10- Maria Laura em passeio pelo pátio..... | p. 39 |
| Fig. 11- Retrato Ataltibanoé..... | p.40 |
| Fig. 12- As três idades da mulher e a morte. Hans Baudung..... | p. 47 |
| Fig. 13- Ataltibanoé mostra recorte do jornal..... | p. 49 |
| Fig. 14- Retrato de Ivone | p. 50 |
| Fig. 15- Retrato de Maria Laura..... | p. 52 |
| Fig. 16- Foto lembrança, aniversário de 3 anos restaurada..... | p. 53 |
| Fig. 17- Retrato de Garcia..... | p. 54 |
| Fig. 18- Retrato de José Inácio..... | p. 56 |
| Fig. 19- Os irmãos José Inácio e Inês..... | p. 57 |
| Fig. 20- Retrato de Rosalvo..... | p. 58 |
| Fig. 21- Sequência de fotos, beijo, Rosalvo e Heloisa | p. 59 |

| | |
|--|--------|
| Fig. 22- Retrato Avelino..... | p. 60 |
| Fig. 23- Retrato de João Gregório..... | p. 61 |
| Fig. 24- Retrato de Deolinda..... | p.63 |
| Fig. 25- Retrato de José Variel | p. 64 |
| Fig. 26- Retrato de Lamartine..... | p. 65 |
| Fig. 27- Foto lembrança, exército salvação | p. 66 |
| Fig. 28- Retrato de Kyev..... | p. 67 |
| Fig. 29- Janela quarto de Kyev | p. 68 |
| Fig. 30- Retrato de Doralice..... | p. 69 |
| Fig. 31- Sr. Rosalvo conforta colega de quarto | p. 88 |
| Fig. 32- Ângulo no quarto de Doralice..... | p. 91 |
| Fig. 33- Sino que toca marcando o horário das refeições | p.104 |
| Fig. 34- Idoso no refeitório | p. 107 |
| Fig. 35- Detalhe chave no pescoço..... | p.117 |
| Fig. 36- Detalhe cadeado do armário de Doralice..... | p.118 |
| Fig. 37- José Inácio posa para foto..... | p. 119 |
| Fig. 38- João guarda a imagem do Santo no bolso | p. 120 |
| Fig. 39- Detalhe relicário..... | p. 134 |
| Fig. 41- Ângulo de Maria Laura no quarto: coração de mãe..... | p. 136 |
| Fig. 42- Ângulo de João Gregório no quarto: colecionismo | p. 139 |
| Fig. 43- Sr. João Gregório e o gesto de tocar violão | p. 150 |
| Fig. 44- Corredor entre administração e ela feminina | p. 153 |
| Fig. 45- Foto solicitada por Sr. Avelino | p. 154 |
| Fig. 46- Foto solicitada por Sr. José Garcia..... | p. 155 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| INTRODUÇÃO | p. 12 |
| 1. SÍTIO DE MEMÓRIAS | p. 23 |
| 1.1 O PERCURSO..... | p.25 |
| 1.2 O ASYLO..... | p. 28 |
| 1.2.1 Entrada no universo do asilado | p.36 |
| 1.2.2 A velhice como categoria | p.39 |
| 1.2.3 Narradores | p. 40 |
| 1.3 RETRATOS..... | p. 44 |
| 1.3.1 Ataltibanoé Lucas da Rosa | p. 46 |
| 1.3.2 Ivone Brandt | p. 48 |
| 1.3.3 Maria Laura Bezerra dos Santos | p. 50 |
| 1.3.4 José Carlos Garcia | p. 52 |
| 1.3.5 José Inácio Moraes Gonçalves da Silva | p. 54 |
| 1.3.6 Rosalvo da Rocha Marcelo | p. 56 |
| 1.3.7 Avelino Raulim Soares | p. 58 |
| 1.3.8 João Gregório Garcia | p. 59 |
| 1.3.9 Deolinda Ihscasiski Sampaio | p. 61 |
| 1.3.10 José Variel Pinto | p. 62 |
| 1.3.11 Lamartine Branco | p. 63 |
| 1.3.12 Kyeval Mello Valerko | p. 65 |
| 1.3.13 Doralice Teixeira | p. 67 |

| | |
|--|--------|
| 2 MEMÓRIA | p. 67 |
| 2.1.1 Inscrição, compartilhamento, esquecimento e estigma | p. 73 |
| 2.1.2 Cartografias da memória | p.77 |
| 2.1.3 Tempo e incorporações | p. 79 |
| 2.2 MEMÓRIA E SAÚDE | p. 81 |
| 2.2.1 O ponto de vista neurológico da memória | p. 82 |
| 2.3 MEMÓRIA E SAÚDE MENTAL | p. 83 |
| 2. 3.1 Antes que a morte venha | p. 86 |
| | |
| 3 VELHICE E IDENTIDADE | p. 93 |
| 3.1 O LUGAR DO IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA | p. 93 |
| 3.2 ASILAMENTO | p. 97 |
| 3.2.1 Casa do passado e espaço do presente | p. 105 |
| 3.2.2 Memórias de família | p. 110 |
| 3.2.3 Identidade | p. 111 |
| | |
| 4 PATRIMÔNIO | p. 118 |
| 4.1PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA VINCULADA AOS AFETOS, UMA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA EM IDOSOS | p. 121 |
| 4.2 LEMBRANÇAS EM IMAGENS | p. 125 |
| 4.3 RELICÁRIOS DA MEMÓRIA: A FOTOGRAFIA COMO FORMA DE ORAÇÃO | p. 127 |
| 4.4 OBJETOS NARRATIVOS E VELHICE INSTITUCIONALIZADA, RELATIVIZANDO O CONCEITO DE PATRIMÔNIO | p. 132 |
| | |
| 5 FOTOGRAFIAS PRESERVADAS DE SI, OU MEMÓRIAS DE SI | p. 138 |
| 5.1 O TEMPO E A INVENÇÃO DE SI PELA NARRATIVA | p. 139 |
| 5.2 OS VALOROSOS | p. 142 |
| 5.3 FOTOGRAFIA: ENSAIOS E REGISTROS | p. 144 |
| 5.4 ME EMPRESTA OS TEUS OLHOS? VAIS SER MEU RETRATISTA ...p. | 148 |
| | |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | p. 151 |
| 6.1 PATRIMÔNIO: RELATIVIZANDO A QUESTÃO DO VALOR | p. 155 |

6.2 PENSAR O MÉTODO É FUNDAMENTAL.....p. 157

7. IMAGENS - TEXTO.....p.158

CONCLUSÃO.....p.165

REFERÊNCIASp. 168

OBRAS CONSULTADASp. 175

ANEXOS.....p. 177-180

INTRODUÇÃO

Introduz-se este trabalho com a seguinte pergunta: é possível pensar na fotografia como narrativa? Basta pensar que nossa memória está fortemente ligada a imagens do passado. Halbwachs afirma que a “linguagem é a função por excelência do pensamento” (1925, p. 55)¹, indispensável para a conservação das lembranças, já que a imaginação é alimentada por paisagens, figuras e objetos de reconhecimento que geram uma reação diante da narrativa (HALBWACHS, 1925 p.70). Assmann (2002, p. 348) também fala de paisagem da memória ao tratar da utilização da mnemotécnica. O neurocientista Ivan Izquierdo sustenta, em entrevista concedida em junho de 2013, que nossas memórias são 90% visuais e, como afirma Win Wenders no documentário “Janela da alma” (2002), vivemos um período de grande poluição visual, onde mais é menos. A fotografia, nesse sentido, pode ser compreendida, como propõe Umberto Eco, não como um índice do passado, pois pouco resta dessa associação inicial do registro memorial como algo autenticador ou material. À medida que os meios visivos estão cada vez mais presentes, de maneira virtual, também nossa experiência com esses registros tende a ser mais virtual. Portanto, pensar a fotografia num contexto de pesquisa requer uma reflexão que abranja toda a carga simbólica e funcional que a fotografia comporta em sua definição.

Em primeiro lugar, importa saber da fotografia em sua origem, polemicamente contestada enquanto arte. A fotografia surgiu como a enunciação de alterações culturais fortíssimas. A aura que envolvia o instante do registro estava sendo substituída pela possibilidade de reprodução infinita, o que Benjamin (1983) chamou de banalização e necessidade de compartilhamento.

Em segundo lugar, é preciso falar da utilização da fotografia vinculada à identificação criminal e à explicitação de um conjunto de sintomas, que se tornam identificáveis através da imagem. A fotografia como recurso classificatório e identificador nos trabalhos de Antropologia Criminal dirigidos por Lombroso (Cf. DIDI-HUBERMAN, 1982), por exemplo. É interessante pensar no significado atribuído à fotografia nessa função de identificar, mantida até hoje nos documentos oficiais, em prontuários de loucos e presidiários. Uma atribuição de função que tem

¹ “*c'est la fonction collective par excellence de la pensée*”.

origem com fins de diagnóstico, imagens que funcionam como estigmas, no sentido literal do termo, como é possível averiguar em “A invenção da histeria” (idem, 1982). Isso só é possível porque a fotografia possui, em sua própria definição, a qualidade de autenticar. A fotografia “comprova” que aquilo ou aquele estiveram naquele local e são deste modo. Aqui, a definição de fotografia está muito atrelada a uma função memorial de registro, podendo ser comparada à metáfora do sinete na cera, utilizada por Ricouer (2007) para tratar do registro memorial. A fotografia também pode ser entendida como imagem que resulta de um contato entre sujeito, evento ou coisa da cena e o dispositivo fotográfico que, através das ações do fotógrafo e dos processos químicos envolvidos, converte em matéria algo que é efêmero, um instante do tempo, aquilo que foi e já não é mais (Cf. BARTHES, 2010).

Em terceiro lugar, é importante considerar a banalização do uso da fotografia na contemporaneidade. Com a intensificação do acesso aos mecanismos de registro fotográfico, a fotografia deslocou-se em grande medida das suas atribuições iniciais e ratificou o que Benjamin (1983, p 5-28) já havia antecipado ao falar de uma sociedade que tem necessidade de compartilhar. Eco (2011) no texto “Estive tão ocupado a fotografar que não pude ver”, indica o modo como a fotografia vem sendo utilizada na contemporaneidade. Chega-se a um momento da história da fotografia em que o registro e o compartilhamento das imagens do cotidiano se tornam uma prática coletiva. É possível compreender essa forma de registro desenfreado como uma manifestação do “presentismo”, ou da necessidade de tudo preservar, do “tudo patrimônio” a que se refere Hartog (2006).

Além disso, não ocorre apenas uma banalização do uso, mas a alteração dessa função própria de guardar para a memória, expressa no momento da captura. Hoje não é necessário encaminhar o rolinho e esperar a sua revelação, os recursos digitais permitem a visualização instantânea. A pessoa pode refazer a foto, “corrigir” a cena; compor cenas fictícias, manipular, guardar, compartilhar, enfim, de modo muito mais veloz. Assim, a fotografia, que inicialmente pode ter sido pensada como “fantasma” (Cf. MEDEIROS, 2010), como presença de uma ausência, hoje pode ser utilizada de maneira menos vinculada à ideia de projeção para o futuro. Uma forma de presentismo no “tudo agora”. Assim, há na contemporaneidade uma necessidade instituída de registrar e compartilhar. Isso acontece, algumas vezes, de modo tão exagerado que é possível pensar, como Umberto Eco (idem), em um prejuízo da experiência com a angústia do registro.

A partir dessas reflexões, a fotografia pode ser compreendida como recurso narrativo em pesquisa, sem desconsiderar a série de significações culturais que foram sendo a ela associadas, em relação ao modo como foi utilizada através do tempo. Salienta-se que o método construído nesta pesquisa nasceu de encontros em ambiente asilar, servindo a fotografia ora como evocativo, ora como registro. A partir disso, acredita-se ter construído uma dupla narrativa oral e visual, pois a utilização da fotografia gerou uma espécie de jogo lúdico (Cf. PEIXOTO, 2000), no qual a narrativa oral é permeada pela lente do fotógrafo, pela escolha da melhor luz, do melhor ângulo, de algo para mostrar, o jogo de revelar a si próprio, a partir desse equipamento de registro “identificador”.

Ao considerar a memória de idosos, pode-se afirmar que neste trabalho eles expressam suas memórias de modo semelhante ao que foi descrito em tantos outros estudos que abordam o tema. O que se altera, neste caso, é o contexto no qual estão inseridos e o método utilizado para chegar aos resultados. Ao perceber que a vida em ambiente asilar interfere no seu modo de viver em sociedade, nota-se que não apenas a sua narrativa se particulariza, mas também o modo próprio de se apresentar nesse ambiente, especialmente reduzido. Salienta-se que a redução que ocorre em nível espacial não se reflete no universo simbólico dos asilados; ao contrário, salienta a reminiscência de memórias de si próprios em outros tempos e espaços.

É importante destacar que a fotografia também interferiu de modo positivo sobre a autoestima desses narradores, que, ao se sentirem valorizados, passaram a narrar com maior facilidade, e até mesmo requisitaram registros em diferentes momentos da pesquisa.

Apesar de a pesquisa iniciar propondo a identificação de locais que são considerados patrimônio na cidade, representados em postais do final do século XIX, salienta-se que este foi apenas o começo de um longo processo de diálogo narrativo. Supunha-se que os postais fossem funcionar como evocativo para as memórias do tempo da juventude desses idosos na cidade, o que de modo muito tímido aconteceu, e somente com os moradores do asilo que residiam em Pelotas na época dos postais. Além disso, pensava-se que talvez fosse possível encontrar fotografias pessoais onde eles próprios aparecessem em locais da cidade. Já como ponto de partida da pesquisa, ficou claro que há uma grande distância entre a vida dessas pessoas e o patrimônio como conceito. Percebeu-se a necessidade, por

parte dos idosos, de compartilhar memórias individuais, vinculadas, na maioria das vezes, às categorias “casa” e “família”.

O trabalho de memória produzido é resultado de encontros narrativos que ocorreram durante um ano, no qual foi possível pensar a respeito de memórias asiladas. Memórias de pessoas deslocadas do centro social produtivo, apartadas da memória viva em movimento. Contudo, é nesse lugar “de lembrar” ao qual se referem Halbwachs (1925) e Bosi (2009), que o idoso do Asylo² aguarda alguém que vá lhes visitar para poder compartilhar suas histórias e revivê-las na imaginação.

A fotografia, nesse processo, é também um convite para pensar a terceira idade, sobretudo no que diz respeito ao status do idoso na sociedade contemporânea e a sua potencial inclinação como narrador de memórias do passado.

Finalmente, destaca-se que a partir desta pesquisa foi possível identificar a categoria “patrimônio afetivo” como elemento fundamental para compreender a relação memorial que os idosos do Asylo estabelecem com seu passado, seus objetos de memória e suas fotografias no presente.

Portanto, a fotografia mais do que instrumento de registro ou evocativo, foi um instrumento de interlocução, enquanto método, durante o processo narrativo, mas foi também produto estético resultante do jogo lúdico introduzido pela presença do pesquisador, a câmera, o ambiente e as memórias. Se de um lado o idoso é, em potencial, um contador de histórias, como proposto por Halbwachs, Benjamin, Bosi e Tedesco, por outro lado é um idoso “esquecido” no interior da instituição e marcado pelo estigma da mendicidade. É, portanto, a partir da valorização das narrativas “não oficiais”, utilizando um termo empregado por Pollak, que as memórias desses idosos asilados, com os quais se teve o privilégio de dialogar, serão valiosas para pensar: a fotografia como relicário da memória, a morte como uma categoria presente, a saúde e a vida como patrimônio, o desejo de exercício narrativo como processo benéfico de identificação e autovalorização da identidade do idoso, a atribuição de valor excepcional às memórias do passado, entre outros.

A ESCOLHA DO CAMINHO METODOLÓGICO

² A palavra “Asylo” será grafada com y, ao longo de todo o texto, sempre que for referência ao Asylo de Mendigos de Pelotas.

O projeto **Asylo de Mendigos de Pelotas: sítio de memórias** integra a linha de pesquisa Memória e Identidade e está vinculado ao grupo de pesquisa **Memórias da Diferença**, coordenado pela professora Tatiana Bolivar Lebedeff.

Cabe ressaltar aqui que o problema de pesquisa proposto em um primeiro momento não era significativo para o idoso asilado. Inicialmente buscava-se compreender a relação entre memória e identidade de idosos asilados com o conjunto de edificações e espaços patrimonializados da Cidade de Pelotas, investigando sua participação na memória da cidade, que em 2011, ano do início da pesquisa, comemorava 200 anos. Entretanto, os idosos não queriam falar do espaço urbano, dos prédios, das memórias de rua. Os cartões postais antigos fizeram emergir memórias das infâncias, dos passeios, das dificuldades, das subjetividades. As narrativas não se comprometiam com o patrimônio de pedra e cal, mas com um patrimônio afetivo.

Essas narrativas e as demandas pela captura das mesmas pela fotografia forjaram uma nova questão de pesquisa, que é a de compreender as memórias e identidades de idosos asilados a partir de uma narrativa verbovisual.

Durante o percurso, o contato com o projeto de doutoramento na área de multimeios **Retratos da velhice: fotobiografias e montagens da memória** (BRUNO; SAMAIN, 2007), publicado em uma revista de antropologia visual, permitiu repensar o método a partir dos pontos de interesse demonstrados pelos idosos, mantendo a fotografia e ainda concentrados nas memórias. Embora a abordagem utilizada no projeto citado seja completamente outra, ela trouxe a ideia de que o “conjunto de fotografias guardadas em álbuns, quadros, porta-retratos, gavetas, malas – escolhidas e montadas (ordenadas, formadas) por um idoso [...] nos permite pensar de maneira singular” (BRUNO; SAMAIN, 2007 p.1) ao reorganizar as imagens na forma de mapas memoriais. Essa pesquisa foi feita a partir de técnicas de fotoelucidação, que geram esquemas visuais que põem em evidência um modo mental de organizar as memórias a partir das imagens. Nesse projeto, os autores dispunham de fotografias de posse dos idosos que participaram.

Entretanto, com a pesquisa no Asylo de Mendigos de Pelotas foi diferente. Poucos idosos do Asylo possuíam fotografias de si, e alguns não possuíam nem a própria carteira de identidade, que muitas vezes fica retida na administração da instituição. Assim, percebeu-se que as solicitações de registro fotográfico crescentes eram muito valorizadas pelos idosos e que as fotografias começavam a ser

armazenadas por estes com cuidado, representando a constituição de um acervo individual para os participantes.

A fotografia enquanto técnica, método e índice possibilitou que os idosos se mostrassem e, como afirma Barthes ao tratar da narrativa, desempenhou uma função discursiva, veículo de significado, como um relato metafórico com a função de “ser” (BARTHES, 1966. p.9). Assim, a fotografia enquanto técnica possibilitou, através da apresentação de um tema, a assimilação do mesmo na forma visual por incorporar a ideia de captura do tempo e de testemunha. Além disso, é a partir do seu caráter indicial que a fotografia torna fecunda a associação entre o sujeito de pesquisa e o espaço/tempo que o circunscreve em relação à constituição de sua memória e identidade.

Com relação à identidade dos idosos e ao confronto entre vida pregressa e vida em ambiente asilar, investiga-se a presença de fotografias e objetos pessoais preservados após a institucionalização. A experiência da autora em instituições totais fez com que se considerasse como hipótese a ausência de fotografias pessoais anteriores ao período de institucionalização. Nesses casos, foram privilegiados, ainda, objetos pessoais de cunho biográfico.

Partiu-se de um cronograma com três encontros coletivos, e posteriormente foi realizada uma série de encontros individuais com registro oral e visual nos quais foram utilizados diário de campo, fotografia e audiovisual para registro dos depoimentos e outros elementos de caráter narrativo presentes no ambiente de pesquisa. Nos primeiros encontros, foram utilizados os cartões postais da cidade como evocativos de um período anterior à institucionalização, período equivalente à fase de juventude dos informantes. Desse modo, partiu-se de cenas pelotenses registradas da cidade no início do séc. XX. A proposta inicial era averiguar a associação entre memória e pontos patrimoniais, além de observar a relação patrimonial que esses idosos possuem com locais instituídos como representativos da cidade. Observou-se, a partir do desenvolvimento da pesquisa, que existem lembranças vinculadas a pontos patrimoniais, sem que estes sejam considerados de relevante valor sob o ponto de vista patrimonial. Na maioria das vezes, o valor atribuído ao lugar de memória é afetivo e expresso como auxiliar na narrativa de si próprios no tempo e no espaço.

Na atividade com os postais foi apresentada uma caixa com doze (12) cartões postais sobre a cidade de Pelotas, datados como correspondência e

suvenires efetivos no início do séc. XX, que continham não apenas lugares ou monumentos representativos da cultura material pelotense, mas cenas da cidade que informam aspectos históricos sob o ponto de vista cultural. A partir desses postais, acreditava-se, seria possível recordar aspectos do cotidiano, locais de encontro, ruas centrais e de maior circulação no período, meios de transporte, elementos de um tempo e um espaço específicos que tendem a ser comparados com o presente, onde se dá a identificação das alterações ocorridas com o tempo. Seriam dados contrastantes com as imagens encontradas entre os cartões postais da cidade em circulação nas principais livrarias da cidade de hoje.

Ao perceber certa resistência ou distanciamento entre os informantes e os cartões visualizados³, além de observar em alguns a tentativa de responder o que acreditavam que fosse a resposta esperada, optou-se por investigar a presença, seleção e relação estabelecida com objetos pessoais. Com isso, solicitou-se que os participantes da pesquisa trouxessem objetos no próximo encontro.

No encontro seguinte, apenas alguns moradores trouxeram objetos ou fotografias de si, e percebeu-se a necessidade de entrevistas individuais para que fosse possível estabelecer diálogos mais íntimos, no sentido de uma busca quase arqueológica⁴ das lembranças. Fala-se de lembranças quase subterrâneas⁵ em relação ao presente em que se dá a rotina cotidiana em ambiente fechado. Lembranças que são silenciadas pela ausência de sentido no presente. Como fica claro na fala de uma moradora de origem alemã que não integra efetivamente o grupo de participantes da pesquisa, com quem tive contato no corredor: “eu até esqueci o alemão, não tenho com quem falar aqui, eles não sabem. Acho que aquela ali que chegou nova na casa é alemã.” (Idosa não identificada M.P.).

À medida que se davam os encontros individuais em que cada um apresentava o quarto ou escolhia outro local do prédio, como a sala de TV ou o jardim, buscou-se observar a presença de elementos em comunicação com as categorias tempo e valor, com o objetivo de investigar a presença ou não de objetos de memória e a relação estabelecida com tais objetos quando presentes. Observou-

³ Apesar de verificar-se a presença de cinco memórias relacionadas ao ambiente da cidade (José Inácio: banco da Praça Coronel Pedro Osório; Ivone: Laranjal e Teatro Avenida; José Garcia: Quadrado, no Bairro Porto, e Grande Hotel; Kyev: antiga Estação Férrea; Lamartini: Grande Hotel; e Polaca: Hípica).

⁴ Bachelard, (2000, p. 29) relaciona o espaço como o local por meio do qual se dá a localização dos “fósseis de duração concretizados por longas permanências”.

⁵ Cf. Pollak (1989) sobre memórias subterrâneas.

se que todos possuíam algo preservável, mesmo que muito simples, como um panfleto da igreja Nova Vida, frequentada pelo Sr. Avelino. Quando lhe foi perguntado sobre o que era para ele patrimônio, o mesmo afirmou: “patrimônio é saúde. Saúde, paz e alegria [...]. Eu tenho a carteira cheia de uns cartãozinho, vou te mostrar, lá da igreja lá onde eu ia: a Nova Vida.” (Sr. Avelino. Diário de Campo, 07/11/2012.). O mesmo não ocorreu com o Sr. Kyeve, que após um período de silêncio reflexivo afirmou não possuir nada que considere especial.

A partir dessa etapa em que se procurou registrar, através da fotografia, particularidades da individualidade de cada integrante, foi proposto um exercício de cunho rememorativo que associava a imagem fotográfica e a lembrança em imagens ao ato de recordar: “Pensem comigo. Eu sou fotógrafa, digamos que você possa me levar com você a um lugar do passado que você gostaria de registrar com a fotografia. O que você gostaria que eu fotografasse?”. E, a seguir: “Agora, no presente, que local ou evento você gostaria que eu registrasse através da fotografia?”. Na maioria dos casos, o desejo era de registrar o local de antes com as alterações expressas no presente.

Na última etapa de coleta na forma de perguntas pré-estabelecidas, entendida pelo grupo como a pesquisa propriamente dita, foi proposta a pergunta: “O que é patrimônio?”. Nesse momento, a fotografia auxiliou na mediação e na materialização de elementos considerados valiosos, como o registro de fotografias de entes mortos, mas também ao identificar a si próprios como valiosos. Para Banks (2009, p.89), há favorecimento pela utilização da técnica fotográfica, já que “a pessoa entrevistada e o entrevistador podem tomar as fotografias como um tipo de terceira parte neutra”.

Além disso, destaca-se a potencial localização memorial do idoso, em especial a do idoso asilado, que a partir de um trabalho de fotografia e memória possibilita a reterritorialização de rostos esquecidos. Assim, o foco não está sobre o Asylo, patrimônio de “pedra e cal” (Cf. FONSECA, 2009), mas voltado para as memórias e subjetividades desses personagens, narradores em potencial, silenciados pela condição de idoso asilado.

Esta proposta encontra um paralelo no trabalho do artista plástico e fotógrafo Alexandre Serqueira⁶, que fotografou pessoas de uma cidadezinha na Amazônia

⁶ O trabalho de Alexandre Serqueira (ANEXO B) pode ser mais bem compreendido e visualizado no texto de HERKERNHOFF, Paulo: Alexandre Serqueira, Mocajuba e a cidadania planetária. Disponível em: <http://alexandresequeira.blogspot.com.br/>. Acessado em 05/08/2012.

brasileira. O artista propõe no contexto da antropologia visual uma discussão entre memória, identidade e o sentido de lugar. Seus retratos foram impressos em escala real, em suportes pertencentes aos próprios fotografados, constituídos como objetos de memória: lençóis, mosquiteiros, entre outros. O artista também aborda questões relacionadas à consciência da mortalidade e à transitoriedade da vida.

Tais aspectos encontram paralelo na discussão sobre a imagem, feita pelo filósofo contemporâneo e professor de antropologia visual Didi-Huberman (1998), em relação à percepção do vazio existencial pelo ser humano a partir da dúvida inicial (Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?) e da inerência da morte. O autor estabelece uma relação entre as imagens e a fotografia como forma de inserção/inscrição no mundo, numa tentativa de burlar a morte e ultrapassar a ideia de vazio:

Um esvaziamento que aí, diante de mim, diz respeito ao inevitável por excelência, a saber, o destino do corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida, de sua fala, de seus movimentos, esvaziado de seu poder de levantar os olhos para mim. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 37).

Para a coleta de dados, optou-se pelo uso combinado do caderno de campo, da fotografia e do audiovisual. O caderno de campo foi útil para anotações imprevistas, como as “de corredor”, consideradas as melhores por muitos pesquisadores. A fotografia inicialmente serviu para o registro do universo visual e simbólico em que se inserem os moradores, ao “acrescentar uma dimensão visual aos métodos convencionais de coleta de dados” (BANKS, 2009, p. 81).

No entanto, percebeu-se que a potência de narrador, silenciado pelo contato social restrito à instituição, desencadeou um processo de empoderamento narrativo com o uso do registro fotográfico, uma vez que este passou a ser solicitado pelos participantes, talvez como uma estratégia inicial para manter a atenção do entrevistador, mas – como será possível observar no corpo do trabalho – também como uma forma de interação dialógica no corpo do discurso, o que constituiu uma narrativa de si a partir do contato com o pesquisador, com o espaço e com a memória. Trata-se, portanto, da fotografia como instrumento mediador do trabalho de memória e da interlocução entre pesquisador, narrador e ambiente.

Os idosos gostaram de se apresentar diante da câmera e ficaram curiosos em ver o resultado. Muitas vezes fizeram disso uma solicitação aplicada a fins próprios, tais como: a foto com a falecida mãe, a foto com as funcionárias com as quais

mantinham relações de afeição, a foto de si com o retrato do filho morto, a foto para mandar de lembrança para a sobrinha que nunca aparece⁷, a foto com o chapéu presenteado pelo irmão, a foto com o violão sem cordas, entre outras tantas solicitações de registro, interpretadas ora como um artifício para a interação, ora como uma maneira de atestar a própria presença no mundo, ou para sentir-se protagonista desta história.

Assim, o artifício fotográfico como estopim para as conversas em ambiente asilar foi uma forma de evidenciar subjetividades, em confronto com a imagem comum e impessoal dos pavilhões e dos espaços compartilhados. Fotografar nesse universo coletivo e revelar os microespaços que ali se conservam, de certo modo fez emergir da prática fotográfica a aura dos retratos por encomenda, ao dar destaque, pompa e circunstância à pessoa retratada.

A fotografia será disposta ao longo do texto, sempre como parte da ação narrativa, à medida que se apresentam os assuntos. Além disso, um capítulo específico para as imagens convida o leitor a um passeio imaginativo, não linear. Embora este trabalho não seja nem uma etnografia visual, nem um trabalho em poéticas, a fotografia surge como imagem para imaginar, mais do que para ilustrar; portanto, é interlocutora, registro, expressão e comunicação. Cabe ressaltar que o olhar reflexivo que conduz o trabalho etnográfico de Achutti (1997) com a fotografia, influencia esta pesquisa, sobretudo na fase final da apresentação dos dados, quando percebe-se que muitas imagens que não aparecem no corpo do texto precisam estar presentes no trabalho e, portanto, compõem um capítulo destacado que complementa o sentido do texto. Pois a imagem não é apenas ilustrativa do percurso, mas se constitui, ela mesma, como narrativa e como percurso. Etienne Samain (1997) refere-se ao trabalho de Achutti como um convite a novas racionalidades, de modo a superar a linearidade pura da escrita. Ao buscar na fotografia formas de ver, entender e exprimir a natureza social, o “olhar” torna-se uma forma de racionalidade, que é comparável à busca de Barthes, conforme Samain, um “Antropólogo fora do ninho” que:

[...] nos convidava a pensar o mundo não apenas a partir desta pretensão à racionalidade pura, não apenas a partir de modelos gerais ou teóricos, não apenas através da linearidade da escrita e, sim, a redescobri-lo, também, na impetuosidade de nossos afetos, do tumulto das imagens e no

⁷ Legendada: “Lembre-se de mim! Venha me visitar.”.

horizonte de um imaginário social, latente em cada um de nós. (SAMAIN, 1997, p. XXI).

OS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo é feita uma introdução ao universo de pesquisa, a partir de três subitens. O primeiro deles trata do percurso da pesquisadora e das motivações pelo tema de pesquisa, e nele é traçado um esboço do cronograma desenvolvido. A seguir, o Asylo é apresentado como instituição. Nesse momento procurou-se tratar um pouco do panorama histórico da sua criação, de sua função original e de aspectos de sua constituição no presente. Ainda nesse subitem, inicia-se a contextualizar o perfil de idosos que participaram da pesquisa, a sua experiência com o asilamento, a noção de velhice enquanto categoria social e a vocação dos idosos para narradores. No terceiro subitem, denominado “Retratos”, apresentamos os 13 narradores integrantes da pesquisa de maneira sucinta.

O segundo capítulo dedica-se a uma discussão sobre a memória a partir do ponto de vista social, seu nascimento e registro em associação ao tempo e a ideia de marca e inscrição, a partir de um diálogo com diversos teóricos, dentre os quais Bergson, Ricouer, Nora e Candau. Ainda como parte desse capítulo, um subcapítulo chamado memória e saúde reserva espaço para a discussão sobre o ponto de vista neurológico da memória, memória e saúde mental e a relação de proximidade com a morte, evidenciada pelo asilamento, para a qual contribuíram os referenciais teóricos de Ricouer (2012) e Norbert Elias (2001).

No terceiro capítulo, abordam-se questões pertinentes ao universo da velhice e a relação entre velhice e identidade. Ecléa Bosi e Lucas Graeff contribuíram nesse sentido. Trata-se do asilamento propriamente dito, e da recorrência memorial em torno de categorias como família e casa do passado. É nesse contexto que se aborda a questão da identidade mínima, com o apoio teórico de Erving Goffman e Gaston Bachelard.

O quarto capítulo propõe uma discussão sobre patrimônio em que são feitas considerações sobre tempo, narrativa, valor e afetos. Nesse capítulo, a definição de patrimônio cultural é suprimida e salienta-se a necessidade de relativização do conceito no caso específico da pesquisa com idosos. Além disso, trata-se da característica visual das lembranças, de fotografias e de outros objetos pessoais que exercem função simbólica de relicários da memória. Serão citados autores como

Bachelard, Ricouer, e Bergson no que tange a imagem e memória. Com relação a objetos de memória, pode-se contar com um vasto referencial teórico, dentro do qual optou-se por Bosi, Halbwachs, Tedesco e Allan Radley. Para situar a questão do valor em termos patrimoniais, a pesquisa apoia-se em Riegl.

O quinto capítulo é, provavelmente, aquele que melhor condensa o cerne da pesquisa, ou seja, da dupla possibilidade narrativa que nasce da associação entre narrativa oral e narrativa visual ou fotográfica. É a partir dessa premissa que a fotografia assume outra função entre os membros do grupo e possibilita uma reflexão sobre a função do retratista e do retrato para os participantes, além de possibilitar a percepção do trabalho de memória em busca de lembranças do passado e tentativas no presente de reinvenção de si pelas narrativas e pelo olhar do fotógrafo. O sexto capítulo é dedicado às considerações finais.

O sétimo capítulo é composto por categorias de imagens produzidas em pesquisa que, além de completar o sentido textual, são um convite a pôr a imagem em ação, a fazer da imagem um recurso reflexivo a partir da imaginação. Ao superar o aspecto de mera ilustração, a imagem torna-se também um conjunto narrativo. Finalmente, o oitavo capítulo destina-se ao fechamento do trabalho com um posicionamento geral sobre o tema pesquisado e apresenta algumas possibilidades de intervenção no contexto estudado.

1 SÍTIO DE MEMÓRIAS

A escolha do Asylo de Mendigos de Pelotas como local para o desenvolvimento desta pesquisa talvez decorra de uma experiência prévia familiar. Por seis anos consecutivos, meus pais levaram algumas idosas para passar conosco o primeiro dia do ano em nossa casa. O que para os meus pais fazia parte do cumprimento de uma promessa, para mim foi uma experiência marcante no confronto com a “intimidade” esporádica que se estabelecia nesses eventos. Se por um lado meus pais compartilhavam do mesmo imaginário da “caridade” onde o convite para o churrasco e os kits com sabonetes eram sinais de boa vontade, estas idosas estabeleciam uma relação de reciprocidade, de gratidão e de expectativa em relação a essas datas. Este foi um dos motivos que me levaram a pensar o asilo como sítio de memórias, um local onde se concentram várias memórias e narradores em potencial, quando o esquecimento é prática de quem vive apressado com a vida adulta produtiva das cidades. Pensei que talvez ali houvesse memórias desejosas de escuta e de visibilidade.

Após uma experiência de três anos de convívio com o ambiente asilar, em uma instituição psiquiátrica em Porto Alegre, ainda havia de minha parte interesse em instituições totais, e eu procurava entender a dimensão da palavra asilo sobre a identidade e a memória dos seus moradores. Além disso, o asilo representava um local potencial para o encontro com possíveis “narradores”. Por que o termo asilado? Por que asilo e não “casa lar”? O que é viver asilado, viver em um asilo, separado, apartado dos demais? Por que uma parcela da sociedade ainda vive enclausurada nessas instituições totais?

Apesar da substituição do termo “asilo”, esses mecanismos não foram extintos e continuam sendo necessários nas sociedades ocidentais. Apesar da humanização dos modelos de atenção, esses locais permanecem, camuflados por novos conceitos, e servem como local de cuidado para pessoas que não acompanham o ritmo da sociedade produtiva.

Por ser inventariada, a insígnia na fachada do “Asylo de Mendigos de Pelotas” não pode ser alterada. Essa é a justificativa dada quando os próprios moradores questionam sobre a identificação asilado/mendigo, ou mendigo/asilado. O mesmo ocorre com o Asylo de Mendicidade Padre Cacique, criado em 1881, em Porto Alegre, com igual função. Segundo Graeff (2005, p.41), a inscrição “dramática”

influencia nas doações e serviços voluntários oferecidos à instituição. O autor conta que houve uma redução das doações de roupas, que caíram pela metade, quando o Padre Cacique recebeu uma placa dourada como homenagem pelos serviços prestados à comunidade. Em decorrência disso, a placa foi retirada.

Com relação ao termo “mendigos”, é importante salientar que no Asylo de Mendigos de Pelotas todos pagam mensalidade, enquanto no Padre Cacique, nem todos pagam, e quando pagam, essa parcela corresponde a aproximadamente metade do valor do benefício da aposentadoria. Além disso, segundo conversa estabelecida em 21/11/2013, com Lucas Graeff, o Padre Cacique recebe contribuições de empresas como a RBS TV, que abate do seu imposto de renda as contribuições revertidas à instituição.

Conforme Castriota (2009), os lugares contêm memórias significativas para os grupos que com eles se identificam. Esse composto duplo de lugar e memória sofre manipulações e interferências, e com frequência é reconstituído devido à necessidade de permanência de algo que já não é mais. Ao contrário dos lugares de memória trabalhados por Pierre Nora (1984), o Asylo assume uma condição positiva com relação à memória, já que não é um espaço vazio que serve para lembrar algo que já não está, uma vez que no Asylo encontram-se memórias vivas. Ou seja, o Asylo não é um lugar de memória nos termos de Pierre Nora, mas pode ser considerado um lugar que contém memórias dinâmicas, em exílio; uma instituição que favorece o esquecimento, mas não o abandono. Pois não se trata de um local memorial, e sim de um local que afirma a ruptura com os núcleos de origem, numa espécie de isolamento “protetor”, que na maioria dos casos reduz a participação social até mesmo na esfera de microrrelações, em ambiente interno.

Ao expandir o conceito de abrigo associado à ideia de casa que o Asylo reproduz, é possível divagar nas possibilidades subterrâneas de tantas memórias pregressas compartilhadas, de modo não declarado, pela convivência naturalizada e banal do cotidiano em asilo. Assim, o Asylo, enquanto abrigo, asila também memórias e esquecimentos relacionados a um perfil específico de idoso. Independentemente do grau de autonomia que cada um possua ou dos motivos pelos quais foram morar no Asylo, todos os moradores têm em comum o “desenraizamento”. Percebe-se que o ambiente asilar pode ser considerado um lugar que contém memórias declarativas, memórias subterrâneas, esquecimentos, ausências, já que se caracteriza como um local, no qual, de qualquer modo, a

memória se faz presente enquanto tema. É, assim, um sítio privilegiado a ser investigado no campo da memória social. Somados a isso, aspectos identitários permeiam todas as possíveis discussões que envolvem os modos de ser e estar no Asylo.

1.1 O PERCURSO

Para o primeiro encontro, marquei com a assistente social, que já havia convidado alguns idosos a participar de “uma pesquisa sobre a cidade”, o patrimônio da cidade. Partindo do pressuposto que o idoso é um lugar de memórias vivas e rememora com frequência o passado, vê-se no idoso esse retorno ao passado com a busca consciente de respostas.

Primeiro encontro: Ocorreu no dia 3 de setembro de 2012. Cheguei ao Asylo, e a assistente social e a enfermeira chefe me indicaram pessoas que elas imaginavam que seriam boas contribuintes para a pesquisa, por recordar melhor, ou por serem mais dispostas a conversar. Assim, fui fazendo contato com as pessoas no corredor e convidando-as a entrar na sala da tevê, um dos locais de socialização do Asylo. Houve muito alvoroço, eram muitas pessoas, provavelmente umas 20. Todos queriam saber do que se tratava. Fiz uma apresentação formal da proposta e da minha pessoa. À medida que ia explicando, eles interagiam de maneira espontânea. Combinamos chá e bolo no próximo encontro. Pedi que trouxessem fotografias pessoais.

Segundo encontro: Vários vieram, alguns estavam “surdos demais” e quiseram sair. Outros estavam cansados, ou com a mente em outro lugar. Surgiram novas figuras. Alguns apenas observaram, outros aderiram: Ivone, José Garcia, Maria Laura, José Inácio, Lamartine, Kyeve, Enilda, Deolinda, Tereza, Rosalvo, Heloisa, Avelino e Doralice. Esses foram os 13 idosos que contribuíram para esta dissertação.

À medida que se perguntava sobre os gostos do chá, iniciava-se a falar sobre aspectos do passado de cada um e de sua inserção na cidade: onde morava, com quem morava, memórias pregressas, onde trabalhava, lugares de afeição. Assim, os encontros seguintes começaram a ensaiar descontração. E todos começavam a demonstrar curiosidade, mesmo que de forma individual. Nesse momento, apesar do preparo prévio, senti uma grande necessidade de corresponder ao tamanho da sua

curiosidade. Estabelecemos, a partir dali, um tipo de contato narrativo de duplo aspecto: se de uma parte acontece na forma oral, como narrativa viva de um evento passado, não deixa de ser, com a fotografia, um objeto de tempo congelado, lembrança suspensa entre passado, presente e futuro. Viajando e alterando-se continuamente. Pois, como disse Ivan Izquierdo, as memórias não podem ser entendidas como se fossem agrupadas na forma de arquivos, como magazines de curiosidades. A memória é um conjunto virtual de lembranças e impressões de memória. Talvez se pudesse chamar de uma memória da memória, ou, como diria Pierre Nora, “uma história de 2ª ordem, a história da história”.

Terceiro encontro: Discutimos coletivamente sobre os postais da cidade de Pelotas no início do séc. XIX. Algumas lembranças podiam ser muito afetivas; outras, com aspecto de vazio, ou silêncio. O que representa esse silêncio?

Provoquei-os para fazermos retratos individuais, onde cada um apresenta o postal com o qual se identifica. Todos eles escolheram um local que foi palco para uma história da sua memória individual. Algumas hipóteses se confirmaram. Como a de pensar que, quiçá, haveria alguém com uma memória relacionada ao banco de uma praça.⁸

É claro que eu não cheguei com a câmera apontada, dedos no gatilho. Mesmo porque essa era uma combinação que eu havia pleiteado com o Asylo, mas que ficou indefinida e dependia da aprovação dos familiares. Nesse sentido, a aceitação foi de cem por cento entre os familiares dos idosos com os quais tivemos contato. Sobre os demais, a direção do Asylo ficou responsável. Por outro lado, embora a câmera não estivesse ali com o objetivo de fazer retratos, mas com o de retratar, isso começou a acontecer. Ela estava sempre ali, e aos poucos começou a ser requisitada. Frases como “Lá vem a fotógrafa!”, “Lá vem ela!”, “Olá querida! Tudo bem?” começaram a ser habituais.

Lá estava eu, mirando, e o... foco! A exposição correta! Definição no que eu estava vendo. O que eu estava vendo? Para poder mostrar aos outros isso que eu via, não pude exprimir de outra forma a não ser pela fotografia. E o que eu via pode ser muito diferente aos olhos de cada um que vê as fotos, mas importa que elas representem os fotografados, como um símbolo. Que eles se identifiquem e se gostem, por algum motivo, naquelas imagens.

⁸ Orgulhoso por ser parente de Bento Gonçalves.

Quarto, quinto, sexto e tantos outros encontros aconteceram. Retratos floresceram à medida em que a comunicação e a proximidade também aconteciam. Os senhores começavam a narrar suas histórias enquanto eu os fotografava, geralmente no seu “canto bachelariano”, o ângulo do quarto.

Depois que todos falaram sobre a sua definição de patrimônio, a maioria memórias de cunho fortemente afetivo, falamos sobre os seus objetos pessoais. E à medida que eles abriam seus armários, eu desvendava o porquê das chaves que carregavam no pescoço. Observei que os moradores mais antigos tinham mais preocupação com a chave. Tinham medo de serem roubados, ou de que jogassem suas coisas no lixo. No auge do delírio, entende-se a situação social e afetiva dessas pessoas a quem resta apenas o interior do armário, na maioria das vezes vazio ou carregado de coisas vindas de donativos.

Percebi que poucos possuíam fotografias pessoais. Alguns tinham fotos feitas já na maioridade, em ambiente asilar, e uma foto de admissão no prontuário. Uma possuía uma caixa com muitas fotos, que marcava a maioria das fases da sua vida e seus ancestrais. Outra salvou algumas fotos da enchente, e essas acabaram sendo as únicas lembranças do filho morto. Alguns possuem um radinho de pilha – objeto muito apreciado. Outro, um pandeiro.

Uma senhora tinha poucas fotos, duas ou três em idade adulta, mas o armário estava cheio de instrumentos musicais, alguns semiprofissionais e outros infantis. Ela me mostrou como interagia com cada um deles. E enquanto ela tocava, eu fotografava, em sintonia. Parávamos e olhávamos as fotos e ela se reconhecia satisfeita: “Sou eu, sou eu”. Contudo, durante a exposição, disse estar feia e não aceitou a foto como presente. Depois se “explicou”: “A foto era de muito perto”. Acredito que a foto que ela imaginava precisava estar inserida em um contexto. Ela não queria ser a personagem estrábica que foi abandonada pela família e sofrera uma forma de estigmatização (visual-social). Devido ao abandono, mora no Asylo desde os 13 anos.

Há ainda tantas outras histórias para as quais não parece que eu tenha tempo de transcrever na forma de narrativas, à altura de sua memória. Isso me faz pensar no que dizia Borges, e também Halbwachs, que para recordar literalmente todos os momentos do dia seria necessário gastar a mesma quantidade de tempo que foi utilizada para gravar a informação. É certo que o cérebro não recupera, ou não

disponibiliza, todas nossas memórias, “*all the time*”. Seria insuportável, ou melhor, “invivível”, como disse Borges.

Mas, irei reproduzir o que me recordo, espontaneamente.

1.20 ASYLO



Figura 1: Fotografia da fachada do Asylo de Mendigos de Pelotas.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Situado na rua Dr. Amarante, em frente ao Parque Dom Antônio Zattera, 338, o prédio do Asylo de Mendigos de Pelotas, registrado como Asylo Dom Antônio Zattera, foi fundado em 23 de setembro de 1882, e é hoje reconhecido como parte integrante do patrimônio cultural de Pelotas, além de preservar suas funções originais de abrigo.

Ao comparar as imagens fotográficas nos cartões postais abaixo é possível observar uma alteração significativa na arquitetura do prédio, que teve início modesto, construído a partir de doações de membros da sociedade pelotense. Uns cederam o terreno; outros, a isenção de taxas. Alguns doaram portas e janelas, outros ofereceram a mão de obra. Eram os beneméritos. Em 1928, o prédio passou por uma reforma em que teve a fachada restaurada, e assim mantém-se até hoje, de modo que se destacam elementos decorativos, exemplares do estilo eclético.



Figura 2: Postal de 1904, com três prédios relacionados à filantropia na cidade. Em destaque foto do Asylo de Mendigos de Pelotas.
 Fonte: Coleção da Livraria Americana, nº 5.

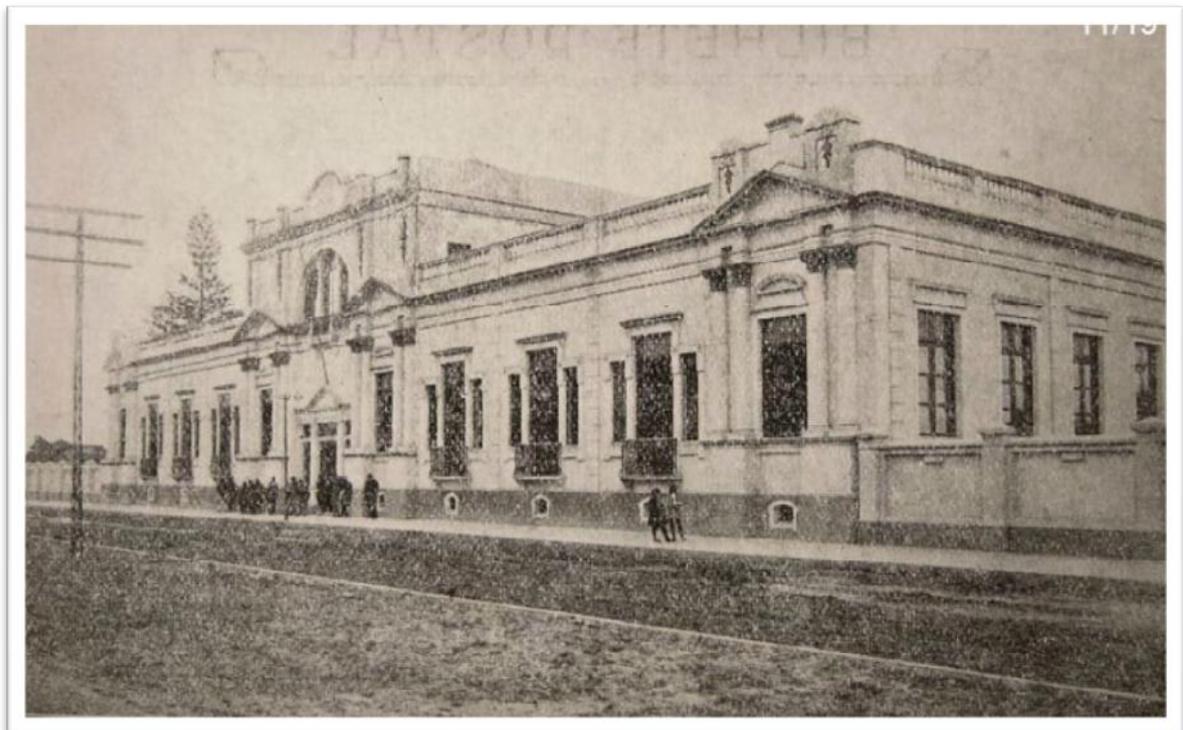


Figura 3: Postal do Asylo de Mendigos de Pelotas, provavelmente do final do séc. XIX.
 Fonte: Acervo fotográfico do Projeto Memória Pelotas: Nelson Nobre Magalhães.

A planta em formato quadrado chama a atenção. O espaço é amplo e planejado, e ocupa um quarteirão. Na parte frontal da porta principal, visualizam-se cartazes que chamam a atenção para o circuito interno de câmeras, os dias e horários de visita e o período de captação de doações. Depois de passar pela porta, encontra-se um *hall* onde o porteiro controla as entradas e saídas, mantendo a porta permanentemente fechada. É comum encontrar-se senhores sentados nas cadeiras do *hall*, conversando com o porteiro e observando o movimento de quem chega e de quem sai. Nesses momentos, é comum que eles informem ao porteiro que alguém está chegando, ou mesmo que abram a porta sem que a pessoa precise tocar a campainha.

Além da mesa onde fica o porteiro e as cadeiras dispostas para quem permanece no *hall*, há um corredor frontal, que se conecta diretamente ao jardim central, onde profissionais, moradores e pessoal autorizado têm acesso ao prédio a partir de três entradas pelo pátio, sendo uma específica apenas para a equipe de enfermagem.

Sem andar em direção ao jardim, permanecendo no ponto zero da entrada para o *hall*, a visão divide-se em duas e orienta duas outras possibilidades espaciais de acesso, a partir das escadarias, uma à direita e outra à esquerda, sendo a última restrita apenas aos funcionários. Ao optar-se pela escadaria à direita, circula-se por um perímetro administrativo, onde está também uma sala de costura para reforma das roupas dos internos. Mais adiante, no final do corredor, está a sala de tevê feminina. Virando-se à esquerda, encontra-se o posto de enfermagem da ala feminina, que consta inclusive de atendimento odontológico. Em frente ao posto, o banheiro coletivo. Seguindo o corredor, veem-se quartos à direita e à esquerda. Tais quartos comportam de quatro a seis leitos, e ali cada morador possui um armário e uma mesinha de cabeceira. Chama a atenção o pé direito muito alto, de aproximadamente oito metros de altura. Ao chegar ao final do corredor, defronta-se com o refeitório feminino à direita, uma porta fechada que estabelece conexão com o prédio do pensionato, que possui entrada independente pela Rua Anchieta. Contudo, ao manter o percurso à esquerda, encontra-se uma porta envidraçada que separa a ala feminina da masculina, distribuída do mesmo modo e que também contorna o jardim central formando um quadrado. À direita do refeitório feminino estão uma cozinha e a lavanderia, e tem-se acesso ao pátio, que também conecta a planta do prédio central ao conjunto de quartos individuais no sobrado, destinado a

idosos considerados com maior independência. Através desse pátio também se estabelece outro acesso ao pensionato, independente das estruturas apenas citadas. Com relação à ala masculina, há uma distinção quanto à localização espacial dos cômodos da ala feminina apenas no que se refere ao refeitório, que fica logo no final do primeiro corredor à direita, e equivale à sala de tevê na ala feminina, e a sala de tevê fica à direita no corredor de acesso ao pátio posterior, onde ficam o depósito, alguns objetos em desuso e o necrotério. Os banheiros são coletivos, e alguns quartos possuem banheiro privativo. Há ainda uma capela localizada entre as alas masculina e feminina, com funcionamento aos sábados e aberta à comunidade em geral.

O prédio consta como bem imóvel inventariado entre os bens patrimoniais do município sob o número de registro 204206, formalizado pela Lei 4.568/2000, que determina a preservação das fachadas e da volumetria dos bens inventariados e permite alterações nos espaços internos.



Figura 4: Fachada do Asylo de Mendigos de Pelotas em 2012.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

O prédio do Asylo de Mendigos de Pelotas, em estilo eclético, integra a primeira Zona de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas (ZPPC1), que

corresponde ao primeiro núcleo urbano de Pelotas, configurado ao redor da antiga Igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco de Paula. O zoneamento, em consonância com a Lei 4.568/00, almeja manter a integridade de áreas da cidade com características históricas e culturais significativas para a identidade local.

A criação do Asylo como instituição destinada ao abrigo e cuidado da população de rua mobilizou a sociedade pelotense na busca de donativos. Durante o período posterior à sua criação, o Asylo contava com uma espécie de carroça usada para arrecadar doações. Atualmente, a instituição ainda recebe donativos, principalmente roupas usadas, gêneros alimentícios e fraldas geriátricas. O carro foi preservado no jardim central do Asylo, e no final de 2012 “deram esse cavalo” (Sr. Lamartine, Diário de Campo, 08 jan. 2012), escultura em concreto pintado que foi instalada próximo ao antigo carro de recolhimento dos donativos.



Figura 5: Antigo carro para recolhimento de donativos e cavalo de concreto doado em 2012 ao Asylo. Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Conforme mencionado anteriormente, chama a atenção a inscrição na fachada do Asylo em que ainda consta “Asylo de **Mendigos** de Pelotas”, termo muito específico relacionado à sua função na época e que paira como um fantasma sobre o imaginário de alguns moradores, que atribuem a si os estigmas relacionados

à mendicância. Tal fato traz prejuízo à compreensão tanto do espaço e de sua função quanto de seus moradores, associando ao conjunto adjetivos penosos e dramáticos, com os quais ninguém gostaria de se identificar no final da própria velhice. Contudo, o perfil do Asylo alterou-se, e atualmente ele é uma residência compartilhada, destinada apenas a idosos acima de 60 anos.

Além disso, outro aspecto que alterou o desenho inicial da instituição foi a sua transição de um caráter assistencialista inicial para um modelo baseado na contribuição a partir da análise socioeconômica. Desse modo, todos os moradores contribuem com parte de sua renda para a instituição. Todos os antigos moradores foram contemplados pelo benefício adquirido através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁹, a partir do empenho da assistente social do Asylo, Maria Elisane Fernandes.

Segundo Riechel (2000), na época de sua pesquisa, todos os moradores contribuía com 90% (noventa por cento) de sua renda. Atualmente, os moradores afirmam pagar 70% (setenta por cento) de um salário mínimo.

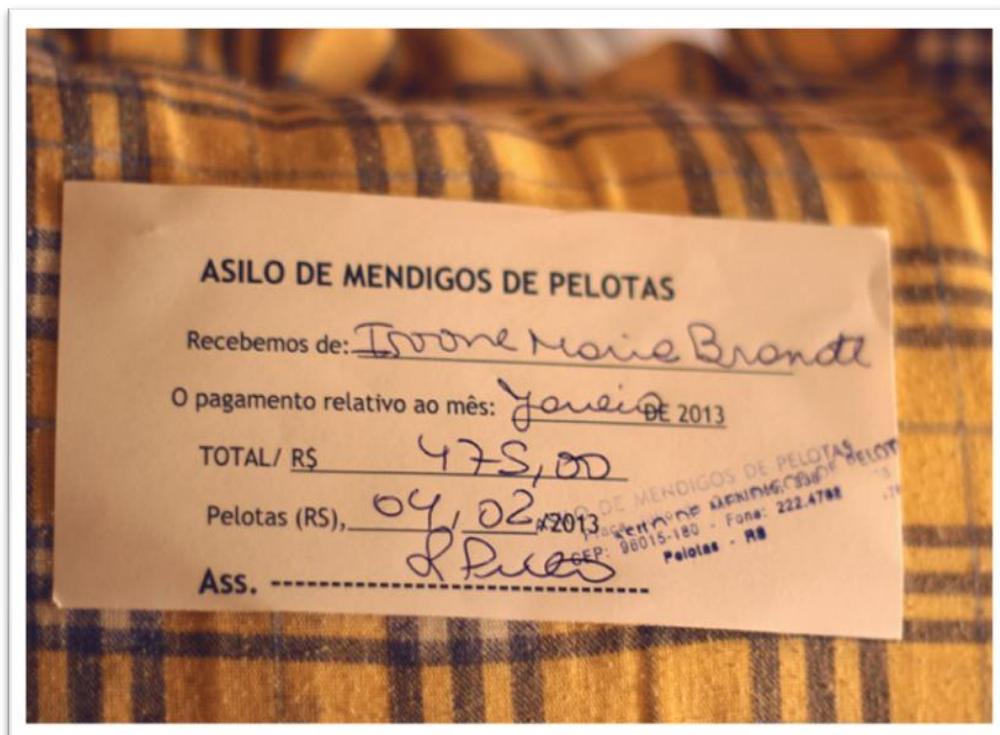


Figura 6: Recibo de pagamento da mensalidade de Ivone Brandt. Acervo pessoal da autora. Fonte: Fotografia da autora, 2013.

⁹ A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelece no artigo 2º, parágrafo V, a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.



Figura 7: Detalhe da fachada do Asylo de Mendigos de Pelotas.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Outro registro físico do período que denota o pensamento da época são as placas de bronze no saguão de entrada, em homenagem a vultos da sociedade pelotense que de alguma forma contribuíram para a construção do prédio e receberam o reconhecimento da sociedade, beneméritos muito comuns na época.



Figura 8: Uma das dez placas do saguão de entrada do Asylo. A mais antiga delas.
Fonte: fotografia da autora, 2012.

Assim, a iniciativa voluntariosa de mobilizar a coletividade em torno de uma causa nobre revela não apenas um caráter assistencialista do período com relação aos menos favorecidos, mas também possibilita a emergência de uma ação preventiva em saúde, como um pensamento de vigilância a favor do bem-estar social na cidade. A retirada de pessoas em situação de mendicância das ruas com a criação de uma instituição com essa finalidade exprime princípios higienistas. Dessa forma, ao oferecer uma paisagem saudável à cidade, a partir de um ponto de vista etnocêntrico, isola personagens que destoam claramente da lógica do progresso e da boa vida compartilhados ou reforçados em sociedade.

No auge da produção saladeiril (1860-1890), havia em Pelotas cerca de 40 charqueadas que possibilitaram à cidade ares de progresso, quase equiparando

Pelotas a Porto Alegre quanto ao desenvolvimento econômico. Com o final da escravidão e a crise no setor pecuário, o final do séc. XIX e o início do séc. XX foram marcados pelo fechamento de inúmeras charqueadas e uma progressiva crise econômica da cidade. A historiadora Gill (2004) traça um panorama geral da população da cidade no período, formada por pessoas extremamente pobres, descendentes de escravos e antigos trabalhadores de estâncias, com baixíssimo poder aquisitivo. Gill (idem) salienta a crescente preocupação manifesta nos jornais da época com relação a moléstias infectocontagiosas, sempre relacionadas às condições precárias de higiene e habitação, associadas à vagabundagem e à falta de trabalho. Como anteriormente comentado, parece instaurar-se uma forma de vigilância sanitária preocupada com a higiene social da população:

Contra a vagabundagem – Sabemos que as autoridades policiais do termo, no intuito de compelir ao trabalho os indivíduos de ambos os sexos a ele refratários, acham-se dispostos a empregar energicamente, para esse fim, todos os recursos de que dispõem, iniciando a série de medidas que vão pôr em prática por uma visita aos cortiços e demais lugares onde se acoutam Vagabundos. *Correio Mercantil 1890 (apud GILL, 2004 p. 57).*

A partir do excerto acima e dos relatos do período, é possível observar uma associação entre ócio e doenças de caráter infectocontagioso, presente no imaginário da época.

A iniciativa da construção do Asylo partiu do jornalista, proprietário e fundador do *Jornal Correio Mercantil*¹⁰, Antônio Joaquim Dias. E é nesse contexto higienista do final do século XIX que, no dia 21 de setembro de 1882, leu-se no referido jornal:

A redação do *Correio Mercantil* solicita de todos os habitantes desta cidade um donativo qualquer para ser aplicado à construção de um edifício destinado à mendicidade. As quantias que a generosidade pública consagrar à este humanitário fim, podem ser remetidas à esta redação ou aos Srs. Conceição e Cia. (RIEHEL, 2000).

Atualmente, segundo informações concedidas pela assistente social Maria Elisane Fernandes, a instituição, de cunho filantrópico, abriga 52 mulheres e 40 homens, com idades compreendidas entre 60 e 93 anos. Todos recebem benefício e contribuem para viver no local.

1.2.1 Entrada no universo do asilado

¹⁰Segundo a historiadora Gill (idem), o jornal *Correio Mercantil* esteve em circulação de 1875 a 1915.



Figura 9: Sr. Garcia atravessa a porta que separa a ala masculina da ala feminina.
Fonte: Foto da autora, 2012.

Propor-se a falar da memória de idosos que vivem num ambiente coletivo compartilhado, o Asylo, é oferecer a abertura de um livro de páginas a serem revigoradas, revistas, reeditadas e lançadas com nova voz ao momento presente. Ao abrir-se portas e janelas, percebe-se que uma variedade de universos privados povoa o círculo de convivência compartilhada em espaço fechado, e a fala lenta, assim como o caminhar cansado, são um convite que exala o cheiro do sabonete na roupa fresca, um convite a acomodar-se para o chá, pois a conversa deve ser longa. Afinal, uma boa conversa dilata o tempo. É evidente que nenhum dos moradores do Asylo possui as características de Funes, o memorioso, de Jorge Luis Borges (2012). Por fortuna, nos casos estudados se percebe a seleção de lembranças marcantes que de algum modo são representativas da identidade do sujeito.

Compartilhar as histórias pessoais é não apenas voltar-se para o passado, mas abrir-se para o futuro. É trazer à luz evidências da vida que passou, sinais de uma existência em movimento que agora repousa lentamente na ideia de morte que se aproxima.



Figura 10: Maria Laura em passeio pelo pátio.
Fonte: Foto da autora, 2012.

Propor-se a escutar essas histórias requer imbuir-se da qualidade de ouvinte e, ao mesmo tempo, acautelar as narrativas do outro. Esta dissertação que inicia a ser transcrita da experiência ao papel, de modo técnico e sistemático, é parte da ciência humana de comunicar-se. Pois não há apenas um receptor e um transmissor em torno de hipóteses e da busca de respostas, mas uma série de conexões que envolvem aspectos sociais, físicos, espaciais e, principalmente, temporais na estrutura do encontro de um narrador e um ouvinte-narrador por diversas semanas. É possível comparar aqui o trabalho dos neurônios, seus receptores e transmissores, com a função do pesquisador, já que o estímulo alimenta a memória e fortalece suas ligações, amplia sua abrangência e a revigora através do trabalho de busca e das associações crescentes.

Embora o lugar dos encontros, de onde partem as falas, seja sempre o mesmo, este é sempre palco de um espaço suspenso onde todas as histórias são possíveis, reais e intangíveis. Nesse espaço tudo é possível, realidade, imaginação, emoção. São estados que se justapõem sem a necessidade de serem delimitados. Os idosos que falam são pessoas com necessidade de companhia. Mesmo que isso jamais tenha sido mencionado por qualquer um deles, percebe-se que há sempre na

fala um desejo de escuta e o retorno para a continuação da história numa próxima visita.

É interessante pensar: por que eles não contam suas experiências uns aos outros? Alguns fazem isso? Não haveria na moradia coletiva, além de um aspecto negativo da despersonalização, o lado positivo da companhia?

1.2.2 A velhice como categoria.

É comum ouvir, ainda criança, que o ciclo natural da vida é composto de uma sequência que inicia com o nascimento, passa pela reprodução e conclui-se com a morte. Basicamente três fases, que de modo muito simplista resumiriam a natureza humana. A partir dessa lógica, conceitos são atribuídos aos três períodos, sendo comum associar ao período do nascimento um caráter de beleza, de renovação, e à velhice, a fase “feia”, o momento em que o corpo começa a perder suas capacidades iniciais e, gradativamente, encaminha-se para a morte.

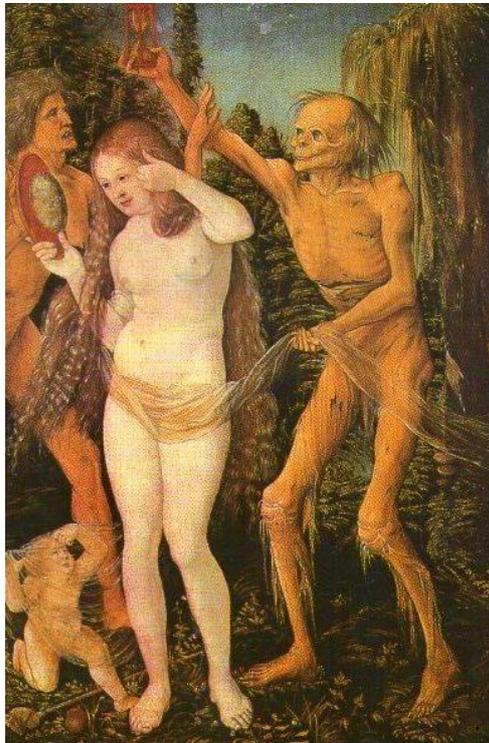


Figura 11: As três idades da mulher e a morte. Hans Baldung- Grien, 1510. Viena, Kunsthistorisches Museum.

Fonte: <http://centrodeatencaocognitiva.blogspot.com.br/2013/12/historia-da-psicogeriatra.html>

Na pintura acima se percebe claramente as três fases da vida em relação com a passagem do tempo. A imagem da juventude é aquela da apreciação no espelho, a idade da velhice é encarnada por uma expressão de sofrimento, A morte, próxima, representada pelo corpo muito envelhecido segura com uma mão das mãos um véu que toca as três personagens da cena, com a outra mão segura a ampulheta. A criança ainda coberta pelo véu indica que talvez ainda não tenha conhecimento da morte, a pessoa em idade madura tenta firmar a mão da morte que sustenta a ampulheta.

É possível que esta imagem reflita parte do imaginário da cultura contemporânea com relação à divisão cronológica da vida, marcada pelas transformações corporais e as associações de beleza e juventude, velhice e feiura.

A expressão “terceira idade”, criada modernamente, indica uma intenção de transformação do estereótipo negativo atribuído à categoria velhice, que passaria a ser entendida como uma fase como as demais, parte da vida, dissociada da atribuição negativa: velhice/feiura, por exemplo. Com essa alteração do termo, é comum ouvir frases como: “velhice não é doença”. Seria na terceira idade o momento ideal para desfrutar da vida familiar e da tranquilidade construída com o trabalho de uma vida. Momento de viajar, de “curtir” os netos, de transmitir experiências aos mais novos.

Mas nem sempre isso é possível, pois por trás dessas definições sociais dadas à velhice, existem também enquadramentos socioeconômicos, e mesmo que o idoso seja dotado de todas essas expectativas para uma terceira idade feliz, isso nem sempre é possível. É a essa realidade que este trabalho se refere, pois parte de um recorte social fragilizado, tanto no sentido da constituição familiar quanto no sentido financeiro.

É lógico que uma senhora, fictícia, com renda mensal de três mil reais poderia tranquilamente morar numa dessas “casas lar”, que são na verdade hotéis geriátricos, ou pousadas, com todo conforto e comodidade possíveis, de piscina a hidromassagem. Nesse contexto, essa senhora poderia organizar sua vida e usufruir dessa fase com o prazer de boas viagens, por exemplo. Ou poderia continuar a viver na sua casa, e em caso de necessidade pagar uma “dama de companhia”. São opções das quais idosos com apenas um salário mínimo, sem casa própria e sem apoio familiar não podem dispor. Longe de vitimizar essa parcela da população, chama-se a atenção para um fato comum e que muitas vezes não é alvo de

reflexão. Ora, se uma pessoa jovem vive com um salário mínimo, mesmo que de maneira muito limitada, ela consegue “dar um jeitinho” e aumentar a renda ou ir “levando”, “correndo atrás da máquina”. Quando essa pessoa chega à sua velhice e não pôde construir uma estrutura estável, seja esta familiar ou econômica (e destaca-se a casa própria como muito importante), ela não possui mais tantas condições de aumentar a renda de maneira informal, e o salário mínimo acaba comprometido com necessidades básicas, como remédios e alimentação, o que, na maioria dos casos, é insuficiente. Descartam-se, então, casa, vestuário, dama de companhia, viagens, artigos de consumo eventual.

Essa situação parece agravar-se mais nas grandes cidades, uma vez que no campo, aparentemente, os velhos ainda conseguem levar uma vida simples com muitos recursos da própria terra, considerando que estes possuam uma terra própria. Claro que este panorama geral é muito simplista, e não é objetivo deste trabalho abordar essas diferentes formas de viver em velhice e sua relação com níveis econômicos. Contudo, é interessante indicar esses assuntos imersos na grande temática. Não há um tipo somente de velho ou velhice, não se resolvem os principais problemas sociais da velhice com a alteração da sua denominação para “terceira idade”.

Portanto, o que será falado aqui parte de uma realidade em que a velhice grita aos olhos: como problema social, como categoria de esquecimento, como restos de uma sociedade de produção que também produz fragilidades.

1.2.3 Narradores

[...] o narrador, o que conta a memória coletiva, está todo brotado de peçoinhas. (GALEANO, 2007 p.18)

A pessoa idosa possui naturalmente uma habilidade para tornar-se contadora de histórias. Segundo Preti (1991), “há um destino educativo no seu papel social e para cumpri-lo existe uma exemplificação farta acumulada ao longo de sua vida”. O autor salienta ainda o interesse da pessoa idosa em relembrar o seu passado, valorizando-o em relação ao presente.

Nada mais simbólico que a figura de um idoso a narrar fatos passados, a partir de encontros intergeracionais. A narrativa a serviço da imaginação possibilita o encontro entre diversas subjetividades, é possível constituir uma continuidade

temporal, é possível imbuir o idoso de uma função positiva e, além disso, preparar o ouvinte para ser um bom narrador.

Assim, é comum encontrar literatura que discuta a posição do idoso atrelada à função de narrador. Walter Benjamin e Aleida Assman, por exemplo, falam da memória em idosos como uma possibilidade de elo entre passado e gerações futuras, a transmissão da tradição que se caracteriza por um enriquecimento no contato. Mas isso nem sempre acontece, uma vez que a memória é associada ao idoso ora como recurso, ora como prejuízo. De um lado, o idoso como uma voz de sabedoria; de outro, o idoso como personagem que esquece, com memória duvidosa. A esta última categoria (Cf. PEIXOTO *apud* BARROS, 1998), distanciada do meio produtivo, são associados atributos negativos que, em linguagem coloquial, servem como referência a objetos e coisas em desuso, por exemplo: caduco, velho, expirado, demodê, gasto, gagá, feio, entre outros.

Onde é que se encontram ainda pessoas capazes de contar uma história como deve ser? Haverá ainda moribundos que digam palavras tão perduráveis, que passam como um anel de geração em geração? Um provérbio serve hoje para alguma coisa? (BENJAMIN, 2012 p. 85).

Nas palavras de Benjamin, há uma crítica à perda da autoridade que vem do passado. Quando o autor questiona a existência de pessoas ainda capazes de contar uma história, deixa claro seu posicionamento sobre a transformação dos métodos de transmissão, dos hábitos de convivência entre jovens e anciãos, práticas que envolvem tempo, o que atualmente é declarado como escasso pela maioria das pessoas. O Sr. Kyevev, sempre que fala da ausência de visitas da filha, justifica: “Ela não tem tempo”.

Ao indicar a ausência de narradores, Benjamin fala não apenas do fim de um ofício, o de narrador, mas também do fim de uma comunidade de ouvintes. A justificativa do Sr. Kyevev é mais complexa do que aparenta. Afinal, o que significa não ter tempo? Atribuir ao tempo, esse ente virtual no qual nos localizamos de modo linear, a potência negativa do encontro que não acontece. Das palavras que não são ditas, da convivência entre neto e avô que não ocorre. É possível falar também em silêncio, e em esquecimento. O que há para ser silenciado? O que há para além desse silêncio, da invisibilidade e do esquecimento simbólico que muitos idosos vivem em ambiente asilar, sem visitas ou passeios? Porque enquanto alguns têm direito de saída, direito de “ir e vir”, outros estão limitados à instituição. As causas

não são perversas, geralmente decorrem do que foi dito anteriormente, a pessoa tem alguma limitação de ordem física ou mental que a impede de sair sozinha e, como não tem como pagar um acompanhante, não sai. Sobre isso é interessante destacar uma fala muito indignada em uma visita ao Sr. Garcia, que naquela ocasião “enquadrou” o Asylo como lugar de loucos. Ele diz:

O Sr. Fulano, ele tem problema na perna, então, tá aí. De noite ronca que arrghhhhhh... Faz aquela escurraçada. Tem a mania de cuspir em qualquer lugar, até na mesa. A filha vai aguentar isso aí? Por que você acha que as pessoas não podem sair daqui? Loucura. A maioria. Veja aquela senhora. Ela nem sabe quem ela é. Esses aí são parentes da Tetê, agora me diz por que eles não levam ela? Por que a dona Daniela não vem aqui ver a mamãe, ou a vovó? Isso aqui é pra passar o tempo. Eu, já vai fazer dois anos que tô aqui. Isso aqui não é um mar de rosa, as coisas não são o que parecem. No meio das rosas? As rosas vão em cima da gente depois. Tu não tá no meio, as rosas que tão vindo pra cima de ti. Já passaram o tempo aqui dentro, agora estão passando em outro lugar [...]. (GARCIA. “voz 028”-15/08/2013).

Na fala acima, percebe-se uma ambivalência nos sentimentos expressos pelo Sr. Garcia, o que não significa que esse padrão de pensamento seja fixo nos outros dias de entrevista. Nesse encontro, o Sr. Garcia refere-se ao Asylo como um local de “loucura”, que talvez fosse mais bem expresso pela palavra “renegados”. O Sr. Garcia também fala do Asylo como um local de transição, onde as pessoas são deixadas para “passar o tempo” antes da morte. Finalmente, mesmo sendo considerado um lugar de “prisão”, é reconhecido como lugar de cuidado, para a segurança dos que moram ali. Percebe-se na fala abaixo que, apesar de sentir certo distanciamento expresso pelas condutas da instituição, isenta e não familiar, seu estado de saúde justifica a necessidade de estar “em tratamento”:

Por que quando a gente entra aqui no Asylo, eles dizem que não se responsabilizam por nada que aconteça a gente? Se vai pro hospital, não mandam ninguém [...]. Mas quando a família não se dedica, a gente fica aí, ó (gesto de largado). No meu caso, que eu tava morando sozinho, por quê? Se eu tivesse esses problemas todos aí: isquemia, trombose, quatro ponte safena, essas coisas todas aí, derrame, por quê? Não toma os remédios na hora certa, saía a beber, não tinha quem me controlasse, entendesse? Por isso que eu tô aqui. (GARCIA. “Voz 027”- 15/08/2013).

Ao observar-se que a vida em ambiente asilar interfere no modo de viver do idoso em sociedade, percebe-se que não apenas a narrativa deste se particulariza, mas também o modo, próprio, de apresentar-se nesse universo espacialmente reduzido. Destacando-se, novamente, que essa redução espacial não reduz também

o universo simbólico do asilado, e sim salienta a reminiscência de si próprio em outros tempos e espaços.

Pode-se afirmar, a partir deste estudo, que nessa instituição estudada e entre os moradores com os quais se teve contato, o ambiente asilar produz um imaginário que acentua a “categoria velhice” como algo que fragiliza a autoimagem do idoso, sua afetividade e sua ideia de futuro. Nesse nível, parece-nos que a memória seja redimensionada e desempenhe papel preponderante na manutenção de suas identidades. Basta imaginar o que aconteceria se houvesse ausência de memória em um local onde há ausência de referências.

O Asylo, enquanto instituição de cuidado, não é capaz de reproduzir o ambiente social maior no qual se insere, tampouco se propõe a isso, embora seja responsável por suprir a maioria das necessidades básicas dos seus moradores. O problema gerado pela ausência de referência não se deve ao ambiente em si, mas a uma série de fatores particulares, que restringem de maneira funcional a liberdade dos idosos e, deste modo, podem afetar suas emoções. É comum que alguns idosos, por exemplo, assumam uma posição “queixosa”, lamentando-se por situações derivadas da vida em ambiente coletivo, sujeito a regras. Também é comum que algumas pessoas almejem veementemente sair do Asylo e retomar a vida em suas casas de origem, ou ainda recomeçá-la em outros locais. Do mesmo modo, existem aquelas que estão satisfeitas e encontram no Asylo um local tranquilo onde podem dançar, fazer crochê e, eventualmente, receber visitas.

Em dias de visita, é possível presenciar resquícios da benevolente sociedade pelotense em relação aos “velhinhos do Asylo”. Há pessoas que mantêm o hábito de visitar o Asylo semanalmente e levar bolos ou tortas salgadas caseiras. Com relação a isso, alguns idosos consideram inadequadas as ofertas de salgados ou doces acondicionados em sacolas e entregues com as mãos, sobrepostos uns sobre os outros, como “boas ações” nos dias de visita. Alguns desses idosos prefeririam não ser invadidos nos quartos por visitantes sorridentes que entram sem bater chamando-os: “minha amiga”, quando na verdade não se conhecem. Num desses dias, a senhora Beltrana falava para Ivone: “Eu não gosto disso. Mas, eu disse pra elas mesmas: usem ao menos um guardanapo! Ora, não é porque a gente vive num asilo que a gente é porca, né?!” (21 nov. 2013).

Assim como, na busca de uma identificação positiva com a velhice, muitas pessoas com boa vontade trazem bolos ensacolados e balas sortidas para um

público, em sua grande maioria, de diabéticos, trazem também sabonetes e toalhinhas de lavabo: “Ah, são sempre as mesmas coisas. As toalhinhas a gente até usa pra alguma coisa. Os sabonetes, eu dou pra minha irmã. Tenho a gaveta cheia. Vou até te dar uns. Queres?”.

Apesar dos aspectos negativos levantados por meio do trabalho de memória em relação ao presente institucional, houve uma inclusão positiva dos participantes ao narrar o seu passado. Observou-se que houve um movimento de ruptura com o aspecto de invisibilidade que estar asilado representa. A partir do desencadeamento de um processo de empoderamento narrativo, observado entre a maioria dos participantes, foram atribuídos valor e destaque a funções desenvolvidas no passado, e os mesmos puderam identificar e narrar a si próprios como: o melhor corneteiro, a melhor costureira ou cozinheira, o trovador oficial; enfim, qualidades que evidenciam aspectos positivos e buscam reforçar a experiência passada como positiva e enobrecedora da identidade presente.

1.3 RETRATOS

Será apresentada agora uma série de retratos daqueles que são sujeitos participantes da pesquisa e que contribuíram com um pouco da sua história de vida e experiência a partir das narrativas orais. Denomina-se retrato não apenas a imagem proveniente do contato da luz com o elemento sensível da câmera fotográfica, que coincide com o olhar do fotógrafo e a disposição do retratado, mas, também, os retratos construídos a partir de relatos selecionados por cada um, na busca de si mesmos em pontos do passado. Representações da história pessoal, agregadas ao presente na forma de narrativas visuais, orais, gestuais, linhas e entrelinhas, pontos, luz e dobras sobre camadas do tempo. Para isso foram utilizados métodos inspirados na antropologia visual. A fotografia é aplicada como evocativo, e auxilia durante o processo de entrevista narrativa, mas também é empregada para registro das ações em pesquisa e em resposta à interação dos participantes. Com isso percebeu-se a assimilação de duas formas distintas de narrativa que se relacionam entre si e compõem um discurso próprio, sem a função da justificativa mútua, seja ela oral ou visual. Ou seja, “a imagem não meramente ilustra o texto, nem o texto apenas explica a imagem, ambos se complementam,

concorrem para propiciar uma reflexão sobre os temas em questão” (GODOLPHIN. 1995. p.169).

1.3.1 Ataltibanoé Lucas da Rosa

“Eu sou o trovador oficial do Asylo, viu?! E cantor!”¹¹



Figura 12: Sr. Ataltibanoé.
Fonte: Foto da autora, 2012.

O Sr. Ataltibanoé tem 70 anos. Chegou no Asylo há dois, e afirma: “aqui é uma nova família pra mim. É o melhor lugar que eu achei em todo lugar que eu viajei, que eu morei, que eu conheci [...]” (ATALTIBANOÉ. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas., Pelotas. 26 set. 2012. O melhor lugar. 01:08 min.). É interessante mencionar que o Sr. Ataltiba teve uma vida na estrada como caminhoneiro e não fala nunca da família de origem, a não ser quando menciona o pai, também caminhoneiro: “Meu pai era caminhoneiro velho, eu aprendi meu mundo pelo meu pai” (ATALTIBANOÉ. 23 jan. 2013).

O Sr. Ataltiba teve grande interesse em participar da pesquisa e se referiu inúmeras vezes à sua participação como um trabalho. “Agora eu vou parar com o trabalho, porque eu tive aquele problema do ameace de derrame e fiquei sentindo as vistas.” (Ataltibanoé. Diário de campo. 29/01/2012). Para o Sr. Ataltibanoé, participar da pesquisa é uma forma de *mise en scène*. Ele menciona sempre que já concedeu outras entrevistas, e que inclusive apareceu em uma vinheta de natal promovida

¹¹ Sr. Ataltibanoé (Diário de Campo, 26 set, 2012).

pelo Asylo de Mendigos em dezembro de 2012, transmitida pela RBS TV em horário nobre. Além do desejo de conceder entrevistas e de ser fotografado, declarou que prefere o audiovisual como produto final, porque assim se tem maior abrangência do trabalho. Pediu para ir conhecer a redação da imprensa escrita do Diário Popular, mas, na semana seguinte, disse ter mudado de ideia, porque a cidade está muito violenta. Além disso, já havia contribuído com o jornal em entrevista cedida anteriormente. Percebe-se no seu modo de participar da pesquisa uma motivação que chamou de trabalho, um trabalho individual a partir da narrativa, uma forma de dar sentido à sua vida no contexto específico. Seus relatos, apesar de tangenciarem a vida privada, demonstram, acima de tudo, um empenho individual em ser o narrador, o personagem do vídeo, tema de discussão.

Dessa forma, atribui à fotografia e à filmagem condições de continuidade no tempo e de notoriedade. Em todos os encontros demonstrou postura profissional, afetiva, mas nunca intimista. Registra pensamentos em um caderno para que sejam gravados nos encontros seguintes; busca em revistas e jornais temas que julga pertinentes à pesquisa. Geralmente temas sobre a atualidade, o cotidiano e a saúde.



Figura 13: Sr. Ataltibanoé exhibe o recorte de jornal no qual é mencionado em texto referente aos 130 anos do Asylo de Mendigos de Pelotas, comemorado em setembro de 2012.
Fonte: Foto da autora, 2012.

1.3.2 Ivone Brandt .

“Eu nunca pensei que ia fazer 60 anos. Se alguém tivesse me dito, talvez eu teria mudado algumas coisas. Não muitas. Eu faria tudo de novo.”¹²



Figura 14. Ivone.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Ivone tem 69 anos e está há menos de um ano no Asylo. Gosta muito de ler e passa os dias costurando ou fazendo artefatos de crochê. Ivone foi vanguarda ao sair da casa dos pais aos 18 anos para tentar a vida no Nordeste. Conheceu vários estados do Brasil e desempenhou diversas funções profissionais, desde enfermeira, cuidadora, cozinheira, até costureira.

Teve algumas histórias de amor. Entre elas, a que destaca como o “amor verdadeiro”, com Issan Hamadi Smidi, libanês com quem viveu durante 14 anos. “[...] eu acho que deu muito certo. Muito certo mesmo. Enquanto durou [...]” (Ivone. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas. Pelotas. 26 set. 2012. Enquanto durou. 00:12 min.).

Ivone não teve filhos devido a um problema de endometriose. Quando Issan viajou para o Canadá em busca de asilo político, Ivone não quis ir com ele. Quando Issan veio ao Brasil para buscá-la, ela novamente não quis ir. Estava à procura de

¹² Ivone Brandt (Diário de campo, 25 set, 2012).

estabilidade. Ao voltar-se para o passado, diz não se arrepender de nada do que fez, mas que, contudo: “teria cuidado mais de mim, né, teria investido mais em mim, porque agora o que eu quero não dá mais pra investir [...]” (IVONE. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas. Pelotas. 26 set. 2012. Quando eu tinha vinte anos. 01:27min.).

Ivone morou 40 anos em Brasília e refere muita saudade de lá. Voltou a Pelotas devido a um problema de saúde. O relato do episódio reforça a fala anterior, na qual afirma não ter parado para pensar na fugacidade do tempo e na fragilidade da estrutura humana. Estava no mercado e, enquanto fazia as compras, sentiu uma dor que a paralisou da cintura para baixo. O aneurisma da aorta inferior lhe deixou paraplégica, o que a levou a perder a casa. Ela afirma: “depois daquele dia, nunca mais voltei para casa” (IVONE, 25 set. 2012). Ivone tem diversos problemas de saúde e gasta o pouco dinheiro que lhe sobra da aposentadoria com remédios, dentre os quais insulina e analgésicos devido às fortes dores que sente na região do ombro e do braço direito, onde possui um pino. Por causa da sobrecarga de esforço sobre os braços, a dor tem se intensificado, e o trabalho de costura esporádico que lhe rendia algum dinheiro para alimentação especial, menos rica em carboidratos, também não é mais possível.

Apesar de estar paraplégica, das restrições alimentares que não pode cumprir devido à dieta uniforme da instituição, apesar da queimação nos pés e da dor constante no braço, mantém a positividade e é completamente independente dentro dos limites do Asylo em pontos que para ela são cruciais, tais como: ir ao banheiro sozinha, tomar banho sozinha, subir e descer da cama sem precisar de auxílio. Demonstra uma apropriação do seu ângulo como miniatura adaptada da casa individual. Nos últimos encontros, cerca de cinco meses após o início da pesquisa, expressa sinais físicos e emocionais de cansaço e demonstra desesperança com relação ao futuro: “Isso aqui é um *stress*, você não imagina”. (IVONE. Diário de Campo. 05 fev, 2013). Quando abordada por uma colega que lhe sugeria ser positiva, Ivone disse: “Isso não é problema de negativismo, isso é dor pra valer” (IVONE, 05 fev. 2013).

1.3.3 Maria Laura Bezerra dos Santos

“Muito amor, muita saudade, muito desespero. Beijo. Tua mãe.”¹³



Figura 15: Maria Laura.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Maria Laura tem 75 anos e mora no Asylo há um ano. Decisão tomada depois da morte do filho há dois anos em um acidente de moto: “[...] e aquilo foi um grande choque, né?! (Suspiro.) Horrível. Aí eu me aborreci e vim pra cá, e disse pro meu pessoal: Não, eu vou lá pro Asylo, lá eu tenho mais gente. Aqui não.” (MARIA LAURA, 19 set. 2012. Grande choque. 02:04 min.).

Maria Laura é natural de Canguçu. Possui quarto individual onde reproduz o ambiente íntimo da casa com maior privacidade. Tem o hábito de fazer crochê e passa as tardes conversando com amigas que moram no mesmo conjunto de quartos individuais.

Comenta que se casou um pouco tarde para a época, aos 35 anos, com o marido 12 anos mais novo. Teve seu único filho aos 40 anos. É viúva há 17 anos, e perdeu recentemente um dos últimos irmãos. Dos sete irmãos que tinha, apenas um é vivo hoje.

¹³ (MARIA LAURA. Gravação oral. 06 fev. 2013). Maria Laura reproduz a mensagem escrita ao filho em um cartão que acompanhava uma coroa de flores azuis, no último Dia de Finados.

Além das tragédias afetivas sofridas, perdeu a casa com o evento que ela chama de “a enchente”, e complementa: “foi a barragem Padre Doutor que arrebentou” (MARIA LAURA, 23 jan. 2013.). Desse episódio, afirma ter podido salvar a vida do neto e apenas algumas fotos dos pais, do falecido marido, uma do filho com 18 anos e outra do filho no aniversário de três anos.



Figura 16: Foto salva da enchente que mostra o aniversário de três anos do filho de Maria Laura. Fonte: Foto da autora, sobre o acervo pessoal de Maria Laura.

Esta última fotografia é um monte de pedaços de papel com a imagem esfacelada pela água, os quais ela colou pacientemente um a um, reconstituindo a imagem. Nesse período o filho ainda era vivo, e com a tragédia da enchente, Maria Laura alugou uma casa pra ela, o filho, a nora e o neto. Local onde moraram até a morte acidental do filho.

No Asylo, Maria Laura busca uma fuga das lembranças guardadas na casa onde morava com o filho, a nora e o neto, distância que continua reforçando o motivo de estar ali. Afirma ter tentado morar um período com a nora e o neto, mas sentiu que estava interferindo na postura da mãe junto ao neto, e achou melhor procurar um lugar só para si. Contudo, após um ano de pesquisa, Maria Laura esboça intenções de se mudar para uma casa fora do Asylo.

1.3.4 José Carlos Garcia

“Isso aqui é meio assim, parece que a gente tá num convento”¹⁴



Figura 17: Sr. Garcia.
Fonte: foto da autora, 2012.

O Sr. Garcia tem 71 anos e vive há oito no Asylo. Aprecia muito fazer amizades e registrar esses momentos através da fotografia. Aproveita todas as oportunidades que tem para tocar seu pandeiro. Ele entende a moradia no Asylo como uma necessidade, e manifesta tristeza sempre que fala da ausência de estrutura familiar progressa: “é, Daniele, a minha vida é assim” (GARCIA, 18 set. 2012. A minha vida é assim. 03:27min). Durante essa entrevista, o Sr. Garcia refere-se a nunca ter tido realmente uma família constituída em torno de uma casa.

Não teve a experiência do lar materno, já que a mãe morreu quando ele tinha dois anos, e ele não conheceu o pai. Foi acolhido pela tia materna, com quem morou até os três anos de idade. Nesse período, pedia dinheiro na rua e recolhia réstias de cebola que caíam das embarcações que chegavam ao porto para vendê-las de porta em porta. Conheceu a família Maza, de comerciantes bem sucedidos, no período em

¹⁴ (GARCIA, José Gregório, 18 set. 2012. Convento. 00:24 min).

que o patriarca o convidou para fazer companhia ao filho doente, com idade semelhante.

Devido a “um problema de racismo com a esposa, tá me entendendo? Ele me botou no Instituto, porque não queria ver eu ser desprezado, ele via que eu ficava triste. Aí ele comprou a charqueada lá, a São João, e todos os fins de semana passava, me pegava ali e me levava pra lá” (GARCIA, 29 jan. 2013).

O Sr. José Garcia permaneceu por onze anos no Instituto de Menores, até ingressar no serviço militar aos dezoito anos. No quartel, foi corneteiro. Devido a problemas pulmonares que associa à vida de “vadiagem”, o Sr. Garcia deixou a Banda Marcial e o quartel, e trabalhou um período nas lojas Maza, de onde foi demitido logo após a morte de seu pai de criação, ele alega que por racismo por parte de um irmão do pai: “Teve aquela confusão desgraçada por racismo. A Dona Gilda (interna da ala feminina) lembra bem, ela trabalhou lá também.” (GARCIA, 29 jan. 2013). Após a perda do trabalho, foi tentar a vida em Porto Alegre onde se casou e viveu por 20 anos, sem ter filhos. Voltou a Pelotas após a separação e trabalhou na empresa de ônibus Santa Maria. Trabalhou também “carregando gado. Boiadeiro de Piratini, Bagé, levava de um campo pra outro, pra exposição” (GARCIA, 29 jan. 2013).

Após sofrer uma série de problemas de saúde dos quais se orgulha de ter superado – quatro pontes de safena (mostra a cicatriz no peito), quatro isquemias, duas trombozes – foi trazido “pela junta médica para cá, por causa das feridas nos pés. Tava com infecção hospitalar” (GARCIA, 29 jan. 2013).

O filho de um descendente da família Maza se responsabiliza pela estadia do Sr. Garcia no Asylo, bem como pelo recebimento de sua aposentadoria.

Expressa bom humor e a necessidade de fala constante. Em alguns momentos, expressa o desejo e até mesmo a crença de que poderia sair de lá e recomeçar tudo de novo. Durante o período de pesquisa, houve um dia em que a pesquisadora defrontou-se com as paredes do seu quarto vazias, sem as tantas fotografias habitualmente expostas, ao que o mesmo disse: “eu tirei tudo, tô querendo ir embora daqui.” (GARCIA, 29 out. 2012).

1.3.5 José Inácio Moraes Gonçalves da Silva

“Tô há seis anos e seis dias aqui.”¹⁵

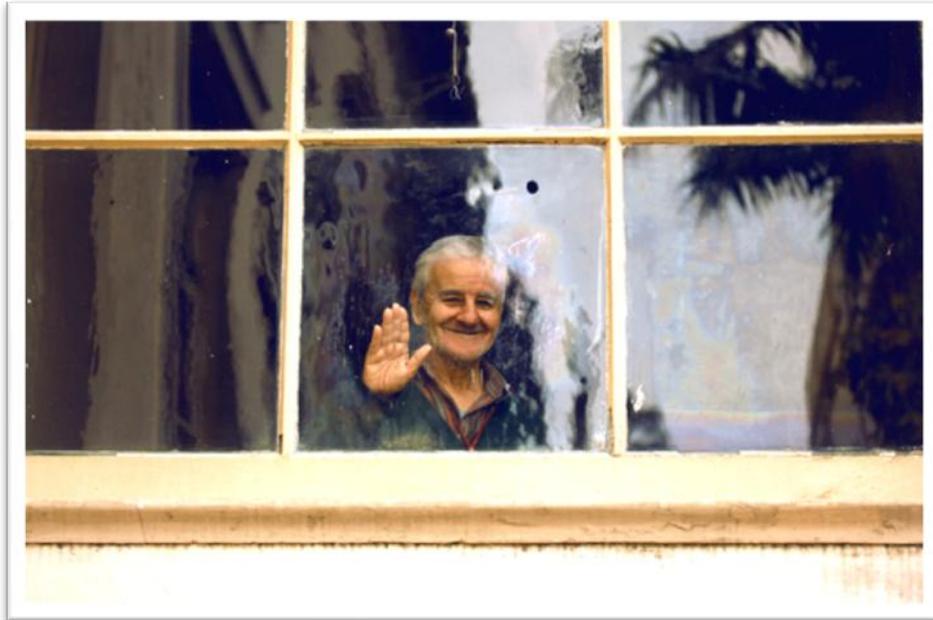


Figura 18: Sr. José Inácio.
Fonte: foto da autora, 2012.

O Sr. José Inácio tem 60 anos e reside no Asylo há 26. Atualiza dia a dia a data em que foi interditado, o que para ele equivale a estar preso no Asylo desde então. Note-se que ele não contabiliza os anos anteriores à interdição. Após a morte do pai, a casa onde morava foi leiloadada pelas tias paternas, e o mesmo transferiu-se para o Asylo junto com suas duas irmãs.

Era comum no período inicial de formação do Asylo que pessoas jovens em condição de vulnerabilidade social fossem acolhidas pela instituição. Foi o caso dele e de outras duas remanescentes da família, as irmãs Inês, 78 anos, e a irmã Maria Regina, falecida, que procuraram o Asylo de forma voluntária como única opção de moradia digna que permitisse o contato entre os três.

Em entrevista individual, José Inácio fala de um lugar de lembrança afetivo, que em outro momento é reafirmado pela irmã Inês, como local compartilhado nas lembranças de quando sentavam em um banco da Praça Cel. Pedro Osório para observar os passantes.

¹⁵ José Inácio. (Diário de Campo. 06 nov, 2012.).

O Sr. José Inácio é sempre muito afetivo e extremamente educado. Com relação à vida no Asylo, diz: “Não, agora eu tô preso aqui pela casa. Não posso sair. Ele botou um papel que eu não poderia sair” (GONÇALVES, “A casa me prendeu (00:01 min) 02, nov 2012.”). Nessa fala, José Inácio refere-se à interdição que lhe impede de sair do Asylo sem acompanhamento. Ele diz que a decisão foi tomada por ter sofrido um golpe da sobrinha, que lhe pediu que fizesse um empréstimo em seu nome. Não satisfeito com a situação atual, contabiliza os dias de residência a partir do dia em que foi interditado, data que evidencia o fechamento propriamente dito. Afirma que gostaria de ter dinheiro para comprar sua casa, seus móveis e levar a irmã para morar em uma casa própria.



Figura 19: Os irmãos Inês e José Inácio, durante visita feita por José Inácio.
Fonte: Foto da autora, 2012.

Apesar da visível inadequação entre sua ideia de casa lar e o abrigo no qual foi possível morar, apenas uma coisa mantém o elo com o passado e anima a identidade de ambos: o vínculo familiar preservado em mesmo ambiente. E por isso é possível observar o hábito diário de visita à irmã na ala feminina, todos os dias presenteada com balas de menta. Ação que, assim como a atualização diária do calendário privado, a partir da data de interdição, reforça vínculos e memórias anteriores à vida em moradia compartilhada.

1.3.6 Rosalvo da Rocha Marcelo

“Nós casamos, ó...”¹⁶



Figura 20: Sr. Rosalvo.
Fonte: foto da autora, 2012.

O Sr. Rosalvo tem 75 anos e mora no Asylo há onze. É viúvo, não teve filhos, e em 2012 trocou alianças com outra moradora.

Ele afirma que trabalhou 14 anos na antiga rodoviária, localizada no centro da cidade. “[...] cuidava a entrada e a saída da cidade, eu e os outros amigos [...]. Recebi uma indenização da rodoviária. Era um dinheiro grande, por tempo que eu trabalhei. Comprei a casa de um doutor. A guria ficou com a casa”. Ao lembrar-se do período laboral, recorda também a esposa falecida, que, segundo ele, trabalhou no Asylo: “[...] Foi ela que arrumou aqui pra mim. Faz um montarel de anos. Do tempo das irmãs”.

Atualmente, Rosalvo trocou alianças com a moradora Heloisa. A nova união demonstra que dois personagens puderam reorganizar a vida em ambiente asilar,

¹⁶ Sr. Rosalvo (Diário de campo. 23, nov 2012). Refere-se à troca de alianças para firmar a união simbólica entre ele e a moradora Heloisa.

dando-lhe novo sentido a partir da criação de um vínculo que é também uma forma de apropriação do espaço.

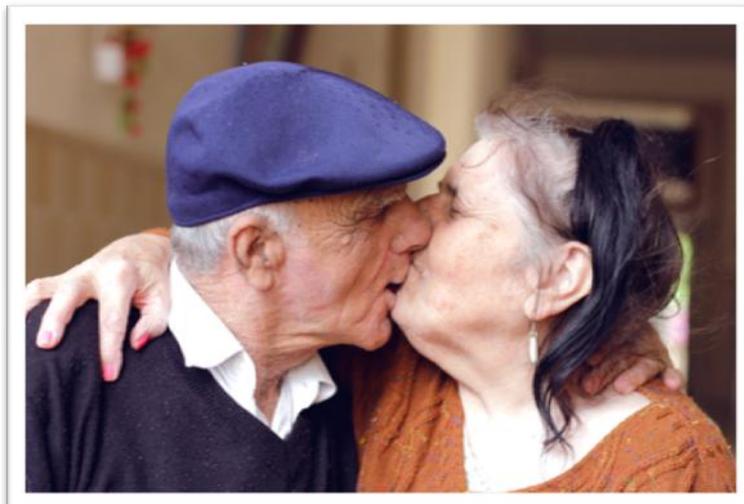
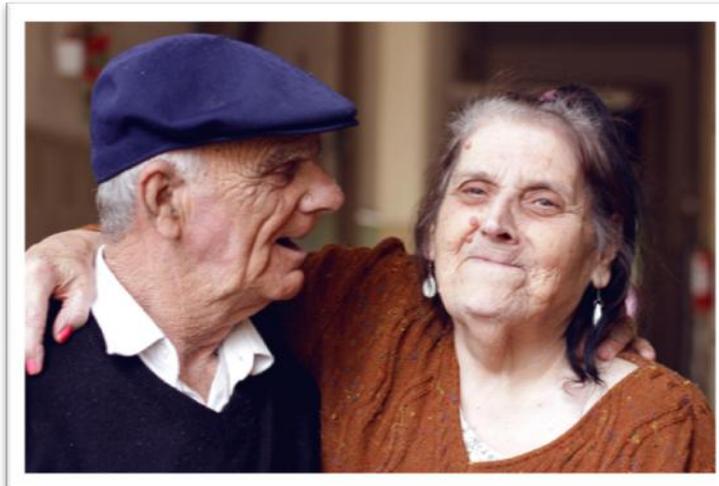


Figura 21: Sequência de fotos feitas quando Rosalvo e Heloisa falam da troca de alianças.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

1.3.7 Avelino Raulim Soares

“Patrimônio? Saúde. só pode ser. Saúde, paz e alegria. É o que nós queremos.”¹⁷



Figura 22: Sr. Avelino.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

O Sr. Avelino tem 76 anos e chegou no Asylo há menos de um ano. É viúvo e não teve filhos. Nasceu em São Lourenço, onde tem um irmão mais velho com o qual mantém contato e a quem visita nos períodos festivos. Para ele, o Asylo é um local que lhe oferece segurança.

Possui um instrumento musical com o qual experimenta alguns sons de forma bastante instintiva. O instrumento musical, assim como alguns panfletos da igreja evangélica que frequentava em São Lourenço e o cartão de identificação do grupo de terceira idade do qual participava são os únicos elementos íntimos preservados e protegidos pelo espaço reservado do armário.

Houve um episódio singular durante os primeiros encontros da pesquisa. Quando o Sr. Avelino foi questionado sobre objetos pessoais e fotografias, respondeu que possuía algumas e que estavam no armário. Abriu o armário, pegou a Bíblia, tirou de dentro um envelope de papel. De dentro desse envelope, tirou um plástico, e de dentro do plástico, fotografias, sim, mas aquelas feitas pela pesquisadora, dias antes.

¹⁷ (Avelino, “Patrimônio”. (00:027) 07, nov. 2012).

1.3.8 João Gregório Garcia

“João, do violão.”¹⁸



Figura 22: Sr. João Gregório mostra o seu ângulo do quarto.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Conhecido pelos colegas por “**mudinho**”, o Sr. João tem 78 anos e mora há sete no Asylo. Apesar da dificuldade na fala e problemas de visão, comunica-se através de gestos e sons, e faz questão de auxiliar na rotina da cozinha.

Outro aspecto marcante é o seu ângulo no quarto, diferenciado do conjunto e dos demais quartos de maneira acentuada. Existe nesse ângulo um ambiente construído, fortemente marcado pelo gosto do idoso. Quando se chega ao quarto, o ângulo à esquerda abre uma dimensão à parte, expande-se para dentro e para fora, permite outros olhares dentro da estética minimalista do ambiente asilar e convida silenciosamente, mas com muito “ruído visual”, a uma conversa informal de referências visotemporais. Fala-se de um silêncio que é rompido pela necessidade e

¹⁸ Tal expressão foi usada devido à associação constante do violão à pessoa do Sr. João. Quando não na forma material, a partir de gestos, que vinculam de maneira incontestável o violão à sua identidade.

pelo desejo de comunicação, e junto aos gestos é possível simbolizar, mesmo quando o som não é claro.

A seleção, aparentemente arbitrária, é também de um gesto agrupador, que revela a sobreposição de camadas temporais apoiadas no discurso dos objetos. São calendários de anos atrás, fotografias de pessoas estranhas, balões murchos, entre outros elementos, que caracterizam uma coleção de caráter estritamente individual, que talvez seja, em si mesma, uma tentativa de autodesignação e comunicação. Elementos que pedem uma tradução aos olhos desavisados e atuam como convite para leituras visuais.

1.3.9 Deolinda Ihscasiski Sampaio

“Eu sou centenária. Sou mãe do papa João Paulo II.”¹⁹



Figura 24: Deolinda, conhecida por “Polaca”.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Deolinda, conhecida pelo apelido de “Polaca”, tem 87 anos e vive há 71 no Asylo, onde trabalhou na cozinha e na capela. Polaca conta que, com 13 anos, devido a um problema de visão congênito, foi levada pelos pais à Santa Casa de misericórdia pra uma cirurgia que não aconteceu, e quando ia sair não tinha nenhum responsável. Assim, foi levada ao Asylo, onde vive até hoje, e afirma ser centenária. Em conversa com a idosa, destacam-se as falas abaixo:

- Você saía do Asylo quando jovem?
- Quando eu era menina, saía bastante. Ia buscar flor na filha da Vó Polaca pra enfeitar a capela (pausa). Na filha da Vó Polaca.
- Tu namoravas?
- Namorei sim, eu ia na cancela do Prado antigo.
- Tu ias com as amigas?

¹⁹ (POLACA. Diário de Campo. 16 out, 2012).

– Não, eu ia sozinha (gargalhadas em baixa voz).

1.3.10 José Variel Pinto

“Óo guria, taí guria?!”

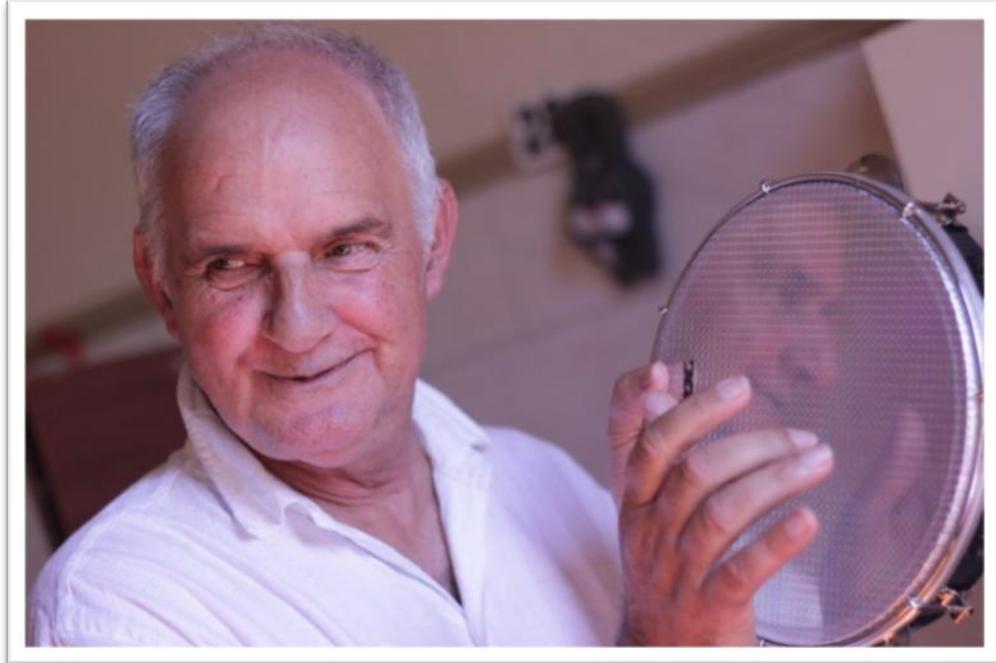


Figura 25: Sr. José Variel.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Tem 67 anos, já trabalhou em lavouras de fumo e vive no Asylo há quatro anos. Nunca se casou, não tem familiares que o visitem com frequência e, no momento, namora outra moradora, Tetê. O Sr. Variel é bastante tranquilo, muito afetivo e demonstra com frequência iniciativas de aproximação para conversar.

Durante um encontro sobre objetos pessoais, o Sr. Variel tirou do armário o pandeiro e começou a tocar. A cada pausa, dizia: eu toco bem, né?! Chamou a atenção o momento posterior à filmagem do audiovisual, quando ele expressa, excitado como uma criança, que descobre o próprio corpo diante do espelho; “é a minha mão, guria! Olha: é a minha mão”.

Nesta fotografia, o reflexo de Variel no pandeiro foi feito a partir da constatação de que era prazeroso para ele perceber a si próprio através da fotografia e do vídeo. Desse modo, buscou-se uma associação entre o desejo de demonstração de uma habilidade, a necessidade de afirmação de si próprio e o prazer ao perceber-se em ação.

1.3.11 Lamartine Branco

“Meu filho vai chegar daqui a uma semana.”²⁰

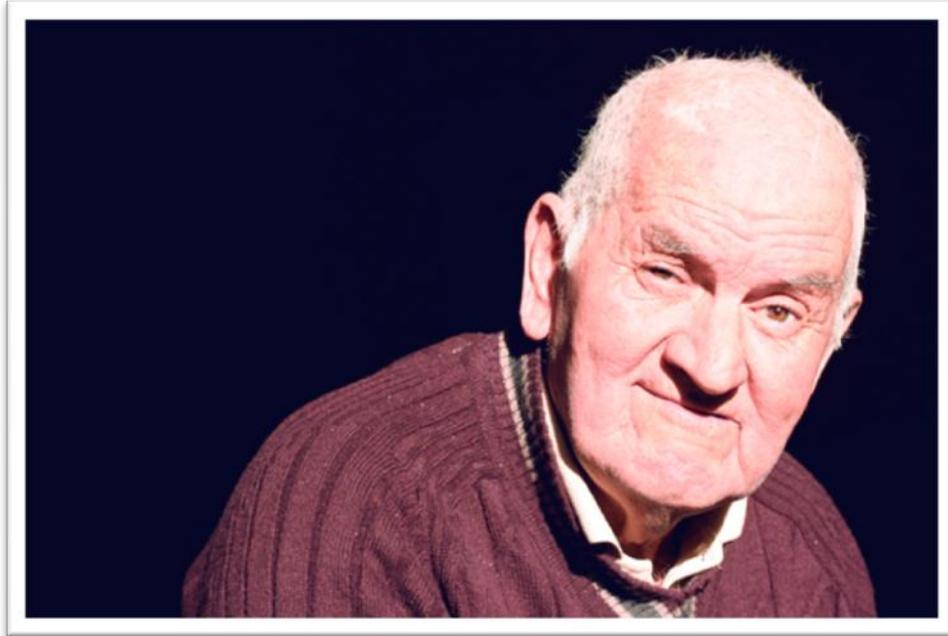


Figura 26: Sr. Lamartine.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

O Sr. Lamartine tem 67 anos, é viúvo e mora no Asylo há cinco meses. Tem um casal de filhos e um casal de netos. O filho está distante, e o Sr. Lamartine esboça muita saudade, que é justificada pelo orgulho de ter um filho graduado em fisioterapia com bolsa de estudos em Portugal. Desde que optou por trazer o pai para morar no asilo, a filha de Lamartine vem lhe visitar semanalmente, acompanhada pelo marido e os dois filhos. A mesma afirma que foi necessário levar o pai para o Asylo devido à dificuldade de tomar conta dele em casa, por causa das limitações leves que o mesmo apresenta em decorrência da isquemia.

No seu primeiro dia no Asylo, o Sr. Lamartine estava motivado. Ao falar de si, fala sempre do filho que está longe para estudar. Pouco a pouco começa a ficar menos motivado e mais introspectivo. Quando se refere ao filho, chora e deseja que ele obtenha sucesso na vida. Um mês depois afirma que o filho está por voltar e expressa um grande sorriso ao comentar.

²⁰ A cada encontro Lamartini afirma que o filho chegará de viagem em uma semana.

Apesar de passar longos períodos em aparente estado contemplativo, o Sr. Lamartine aderiu bem à proposta e começou logo a narrar fragmentos da memória pessoal que mais tarde foram novamente reforçados em outros encontros. O Sr. Lamartine não tem fotografias pessoais consigo, mas pediu à filha que lhe trouxesse duas imagens específicas para responder à demanda da pesquisa. Uma foto referente ao exército da salvação, e outra de si próprio no terraço de um edifício no centro da cidade.



Figura 27: Foto do exército da salvação.

Fonte: Fotografia da autora, sobre o acervo pessoal de Lamartine, 2012.

A primeira foto lhe serviu para introduzir o assunto da desterritorialização iniciada na infância, pois foi nesse local que ele foi morar quando perdeu a família aos oito anos: “aí eu tive que ir para o internato do exército da salvação” (09, out. 2012 00:17min.), e só saiu de lá com 18 anos, para o alistamento militar. A segunda fotografia foi utilizada por Lamartine para falar do hotel que ele possuía e ao qual atribui grande importância.

É habitual encontrar Lamartine com o olhar no horizonte, imerso em pensamentos sobre o passado. Olhares que sugerem outra rota no sentido futuro/passado, porque o movimento da cabeça sugere uma sequência de pensamentos: futuro, passado; futuro, passado/presente.

1.3.12 Kyev Mello Valerko

“A gente não vive do passado, vive de presente e de futuro.”²¹



Figura 28: Sr. Kyev. Foto realizada durante conversa sobre objetos pessoais.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

O Sr. Kyev, tem 70 anos e está no Asylo há dois, mas esta é a terceira vez que ele é “internado” no Asylo. Segundo Kyev, ele veio para o Asylo a primeira vez com 28 anos: “me atestaram como doente mental” (KYEYV. Diário de Campo 29, jan. 2013). Ele disse que sempre vinha e voltava, pois em algum momento lhe mandavam sair, mas desta vez ficou.

É viúvo e tem uma filha e um neto, dos quais recebe visitas esporádicas. É sempre receptivo. Contudo, fala pouco e aparenta esconder um segredo doloroso. Sua esposa faleceu quando a filha tinha seis anos. Desde então, devido ao abalo do pai, a filha foi morar com os padrinhos “e eu fiquei rolando pedra pra ver se quebrava” (Diário de Campo 29, jan. 2013.). Após a morte da esposa, o Sr. Kyev retornou ao Asylo em episódio de depressão.

Ao falar sobre o seu nome, afirma que o pai era russo e que seu nome se deve à capital da antiga Rússia. Kyev demonstra prazer pela companhia e faz

²¹ (Kyev. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas. Pelotas. 18 set. 2012. A gente não vive de passado. 00:20 min.).

relatos tranquilamente quando incentivado, mas, na maioria das vezes, é bastante introspectivo e evita estar em meio aos demais. É sempre uma figura solitária que parece exprimir força ao invés de tristeza.

Não possui muitos objetos pessoais, contudo o cachimbo desempenha a função própria de fiel escudeiro.



Figura 29: A Janela do quarto de Sr. Kyev.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

A janela deste quarto é diferenciada, pois geralmente está aberta, e a partir dela tem-se a visão única de um pomar com figueira, caquizeiro, algumas bananeiras, uma parreira e uma ameixeira, o que contribui para a ideia de casa.

1.3.13 Doralice Teixeira

“Ah, eu já nem sei mais nada pra contar.”²²



Figura 30: Retrato solicitado por Doralice para presentear uma sobrinha.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Doralice tem 74 anos e mora no Asylo há 12. Viúva, nunca teve filhos e perdeu o marido muito cedo, com trinta anos. Depois da morte do marido, vendeu a casa por um preço muito baixo, segundo ela. Ela expressa o desejo de possuir uma casa sua e rancor pelo sentimento de abandono familiar. Afirma: “minha vida é muito sofrida, nunca controlo o que eu quero. Não gosto daqui.” (DORALICE 11, set. 2012).

Diz que não se lembra mais de nada. Contudo, menciona de forma espontânea o bairro onde passou a juventude.

Fala quase diariamente do incômodo devido ao seu problema nos olhos. Ela disse: “a doença estraga a gente, é uma vida muito triste a minha” (19, set. 2012).

²² (Doralice. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas. Pelotas. 19 set. 2012. Meu nome. 00:09 min.)

2 MEMÓRIA.

Da mesma forma, desprovido de memória, é claro que não apenas não poderias recordar-te de que havias tido algum prazer, como também passaria sem deixar rastro algum o prazer do momento presente [...]. Não seria vida de gente, mas de algum pulmão marinho, ou desses animais do mar providos de conchas [...] (Platão, p. 99, n/a).

Em Filebo, dos Diálogos de Platão, a memória enquanto registro proveniente de uma experiência sensível diferencia o ser humano que recorda dos seres desprovidos de memória: “pulmão marinho [...] animais providos de conchas”. Assim, a memória, antes de tudo, é capacidade intelectual que permite aos indivíduos a aquisição de uma consciência de si. Portanto, é possível pensar, já nos diálogos de Sócrates com Protarco, numa associação entre memória e identidade. Sócrates evidencia a instauração da pessoa a partir de sensações oriundas da experiência corpórea em comunhão com a alma. Contudo, seria demasiado simplista encerrar a questão no âmbito das sensações, é necessário ter consciência dessa sensação e simbolizá-la.

A memória, nesse sentido, pode ser o veículo de acesso a diferentes concepções de conjunto em circulação entre os grupos. Com isso, o conjunto de memórias de que a pessoa dispõe possibilita avaliar, selecionar, enaltecer ou descartar momentos que, no tempo presente, ressignificam sua vida, atualizando parte de si²³. A partir disso, deduz-se que as experiências sensíveis são passíveis de registro e é através desse registro que a pessoa apreende o mundo e nele se comunica, unindo experiências passadas com o presente e possibilitando um vínculo com o futuro: “Ao que parece, primeiro precisaremos saber o que seja memória, ou mesmo, antes dela, o que é sensação, se quisermos elucidar de uma vez para sempre essa questão” (SÓCRATES apud PLATÃO, idem).

Ao continuar a discussão, Sócrates situa o corpo como mediador da experiência que dá origem às memórias e afirma que de todas as afecções a que o corpo está sujeito, algumas se extinguem na superfície própria ao corpo, sem atingir a alma, sendo a alma o lugar de registro que acompanharia a pessoa no curso do

²³ Candau (2011, p. 61) cita Santo Agostinho para falar do nascimento da consciência de si próprio no indivíduo que toma consciência de suas memórias, estendendo a experiência para além das sensações: “é aí que me encontro comigo mesmo”. Candau afirma ainda que é na duração ou na repetição que surge uma consciência de si.

tempo. Com isso, o ser humano compartilha da experiência sensível, tal como os animais²⁴, mas é a consciência temporal que os diferencia.

Em Aristóteles, a memória encontra uma associação ao tempo: “a memória é do passado” (ARISTÓTELES apud RICOUER, 2010 p.35) e Ricouer compreende o pensamento do filósofo grego como a memória num contraste entre o futuro da conjuntura e da espera e o presente da sensação. Tal percepção provém da marca da anterioridade que diferencia o antes e o depois no tempo, uma noção de continuidade alicerçada na experiência vivida em associação a um fluxo contínuo. As noções de percurso temporal²⁵ e de continuidade no fluxo do tempo na forma de etapas sucessivas são inerentes à essência da memória e asseguram a distinção entre memória e imaginação. Através da fixação²⁶ das experiências em pontos demarcados no fluxo temporal, eventos ou espaços de memória mais amplos é possível observar uma sensação de pertencimento social a partir de uma memória compartilhada.

A memória é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais [...] (NORA, 1993, p. 14).

Assim, as lembranças revisitadas na forma de imagens não assumiriam um caráter de pura imaginação fantasiosa, mas seriam forma ou aderência representativa do passado, com forte caráter de semelhança ao objeto lembrado. Desse modo, a experiência da rememoração é identificada a um acontecimento singular que não se repete: “a busca constitui uma espécie de raciocínio”, o que Bergson chama de “esforço de rememoração” (RICOUER, 2010, p. 38). Os eventos e pessoas lembradas parecem ser os mesmos e é nessa “mesmidade” do reaparecimento que ocorre a rememoração. É também dessa forma que se dá o aprendizado: “Lembrar-se e saber coincidem inteiramente”, e é assim que a história,

²⁴ Izquierdo (1988) fala de memória humana e animal em horizontalidade, entendendo-a como armazenamento e evocação de informações adquiridas através de experiências. Essa aquisição de memórias é denominada aprendizado.

²⁵ O conceito de *a posteriori* de Freud, abordado em Farias (2008), possibilita compreender a dissimetria entre fato e lembrança: o primeiro relaciona-se à experiência, a segunda trata de uma narrativa construída a partir do primeiro.

²⁶ No contexto das neurociências, Izquierdo (op. citado) fala de quatro fatores que, relacionados à intensidade, determinam a formação ou não de memórias, bem como a resistência à extinção e à interferência sobre as mesmas: seleção, consolidação, incorporação de mais informação, formação de registros que ele chama de *files*.

enquanto operação intelectual, assume seu estatuto documental sobre os fatos (RICOUER, 2010, p. 42).

Autores como Foucault e Marcel Mauss ampliam essa compreensão à medida que incluem um aspecto político e social de enquadramento da pessoa em sociedade. Na introdução do livro **Microfísica do poder**, de Foucault (1989), Roberto Machado fala de um poder disciplinar que funciona como técnica, dispositivo ou mecanismo, ou seja, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo [...] fabricam o tipo de homem necessário ao funcionamento e a manutenção da sociedade industrial, capitalista” (FOUCAULT, 1989, p.17). Aqui a experiência deve ser considerada como uma impressão sobre o corpo, a partir do compartilhamento de técnicas corporais (MAUSS, 2011). Tanto Foucault (1989) quanto Marcel Mauss (idem) percebem o corpo como o local a partir do qual a pessoa experimenta o mundo e nele se coloca. A diferença entre esses autores e Sócrates é a percepção de que a experiência humana é mais complexa que este modelo do tipo concha: corpo x alma, pois, mesmo sendo sentida individualmente, essa experiência está sempre dentro de um conjunto prescritivo²⁷ de formas de saber, fazer e sentir socialmente partilhadas que configuram a pessoa em sociedade. Pressupõem, portanto, uma prescrição social, geral, da experiência que geraria um tipo de memória coletiva para além da memória individual de cada pessoa do grupo.

O exemplo do personagem Kaspar Hauser do filme **O enigma de Kaspar Hauser**²⁸ ilustra a ausência de códigos sociais que permitiriam a simbolização das experiências vivenciadas pelo corpo para além do corpo. Kaspar Hauser foi criado em uma instalação subterrânea, isolado de qualquer contato social sem ao menos saber da existência de outros seres humanos até os dezoito anos. Quando foi abandonado em uma praça com um bilhete na mão, mal conseguia caminhar e não possuía uma consciência de si próprio e tampouco uma memória linguística, já que sua experiência, instintiva, foi inscrita em um limitado ambiente de reclusão. Kaspar não teve acesso a nenhum tipo de técnica corporal de seu meio social e, portanto, agia de acordo com a animalidade própria ao corpo concha, desprovido de qualquer

²⁷ Poder-se-ia falar desse conjunto prescritivo como um mecanismo de regulação na forma da tradição. A tradição aqui dita como herança coletiva, legado do passado com função de manutenção, renovação e transmissão do conteúdo simbólico a que se filia a pessoa em sociedade.

²⁸ Filme alemão: **Jeder für sich und Gott gegen alle** (1974) do cineasta Werner Herzog, que deu origem ao livro de Izidoro Blikstein intitulado **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**, destinado ao estudo da semiótica.

código social introjetado na forma de memórias-hábito, tal como proposto por Bergson, ao distinguir memória-hábito e memória-lembrança, ambas vinculadas a uma experiência anterior e, portanto, relacionadas ao tempo. Contudo, a memória-hábito apresenta a característica de continuidade, de um conhecimento adquirido, ainda no presente (RICOUER, 2010, pg. 43). Assim, por não possuir uma série de comportamentos adquiridos socialmente, na primeira vez em que saiu do espaço de isolamento, o personagem Kaspar Hauser, (HERZOG, op.cit.) não foi capaz de reconhecer este mundo que lhe “abriu os olhos ao meio”, nos termos de Didi-Huberman (1998, p.39):

Esse objeto que vejo é aquilo que vejo, um ponto, nada mais. Terá assim feito tudo para recusar a temporalidade do objeto, o trabalho do tempo, ou da metamorfose no objeto, o trabalho da memória – ou da obsessão – no olhar [...] ao ostentar um modo de indiferença quanto ao que está justamente por baixo, escondido, presente, jacente [...].

Isso que ele vê pela primeira vez, em estado de catatonia, também o vê, o toca, de certo modo, o invade, pois vivencia elementos aos quais não é capaz de compreender e aos quais se sente compelido à compreensão, para tanto, simbólica. Faltam-lhe os códigos²⁹ sociais aos quais toda criança é introduzida, a princípio a partir do vínculo materno ou do cuidador.

Nesses termos, a psicanálise, na figura de Winnicott³⁰ (1983, p. 80), delega à mãe a função de primeira ponte com o mundo. A partir de uma relação inicial simbiótica com a mãe, a mesma passaria a ser o objeto libidinizador³¹ que apresenta o mundo à criança, tornando possível seu progressivo desligamento do corpo materno e sua progressiva inserção como sujeito no mundo. A partir disso, outras pessoas sociais cumprem a mesma função até que a criança comece a fazer parte de outras estruturas sociais que não a estritamente familiar, tal como a escola, por

²⁹ Blikstein, (1990, p.20) define signo como algo que substitui ou representa a realidade, numa teoria semiológica baseada na representatividade, que liga um conceito a uma imagem.

³⁰ O pediatra e psicanalista Winnicott, principal referência para psicanálise da infância, compreende o desenvolvimento infantil a partir do ambiente familiar. Assim, a criança aprende sobre o mundo a partir de uma vinculação com personagens muito próximos a ela, inicialmente a mãe apoiada pela figura do pai, ou na ausência destes o seu cuidador imediato. Estes seriam pontes para o mundo, apresentando à criança a partir de estímulos paulatinamente incorporados e simbolizados na forma de um adestramento.

³¹ Entende-se por libidinização um conceito desenvolvido por Freud (1976) que parte do princípio do prazer. Trata-se de moções do desejo em direção a objetos da realidade. Platão em Filebo (op. citada) fala de uma função da memória na recordação dos prazeres. Contudo, é com o final do princípio do prazer e o início do princípio da realidade em Freud que a pessoa, ainda criança, desenvolve consciência e memória.

exemplo. O contato crescente com o meio social e a assimilação de regras e padrões compartilhados em sociedade permitem à criança um tipo de formatação ou enquadramento que paulatinamente configura a identidade da pessoa em sociedade. Essa ponte de ligação do sujeito com o mundo permite, portanto, o exercício da imaginação e o desenvolvimento do potencial criativo na área da ilusão, que corresponderia para Winnicott (op. cit.) à capacidade de criar o próprio viver.

É nesse contexto que a memória-hábito de Bergson toma corpo: “faz parte de meu presente do mesmo modo que meu hábito de andar ou escrever; ela é vivida, é ‘agida’, mais do que é representada”. (BERGSON, 1999, p. 88). Assim, o acúmulo de experiências vai possibilitar através do armazenamento de memórias aprendidas e de memórias afetivas a configuração de uma identidade em sociedade. Um registro de pessoa que integra e se altera coletivamente a partir de associações e contrastes. Para Bergson (op. cit.), a memória é aprendida e reproduzida socialmente a partir do hábito: uma lição decorada, o modo de andar ou de escrever; pertencem a um conjunto de habilidades que estão, por característica, sempre disponíveis, sem que seja necessário aprender novamente no ato em que se executa a ação. O personagem Kaspar não possuía um conjunto de memórias-hábito internalizadas e disponíveis na forma de habilidades socialmente transmitidas, e esse aspecto, provavelmente, é o que primeiro evidencia, a olhos vistos, a sua dissonância com relação à sociedade na qual se insere.

Percebe-se com o personagem Kaspar Hauser (HERZOG, 1974) a intervenção de um poder externo que o condiciona, através de um mecanismo simbólico de controle e vigilância, nos termos de Foucault (1989), alterando seu estatuto de humanidade. Além disso, percebe-se que a ausência total de um treinamento social, nos termos de Marcel Mauss (2011), impossibilita o acesso aos códigos sociais que lhe possibilitariam o próprio ato de memória para além do que perpassa o corpo e as imagens em associação a ele. O exemplo de Kaspar Hauser sugere que o ato memorial e a formação de memórias estejam relacionados à capacidade de simbolizar, a menos que se fale de memórias meramente sensoriais: visuais, sonoras, táteis, dissociadas de contextos associativos.

Em paralelo à emoção que desencadeia a fixação das memórias, ocorre uma associação entre as “coisas” lembradas e os lugares habitados pelo corpo (RICOUER, 2010, p. 57). O que ocorre é, portanto, a vinculação das memórias a imagens do local onde se deram as experiências memoráveis. Ricouer fala da

distinção entre “lembrança-pura” e “lembrança-imagem”, proposta por Bergson (1999). A primeira ainda não está posta em imagens, e a segunda é já uma espécie de reconstituição do passado a partir da atribuição de valor e do sonho, uma espécie de encenação (RICOUER, 2010, p. 67-69).

Imaginar não é lembrar-se. Certamente uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem; [...] e a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade para a luz. (Grifado no original) (Bergson, 1999, p.158).

Com isso, apesar da característica preponderantemente visual das memórias, que denota um aspecto de presença do passado, equivalente ao anulamento³² da distância e da ausência, destaca-se o aspecto duvidoso da imagem associado à imaginação. Quando o limite entre imagem/lembrança e imagem-imaginação se confunde no campo da percepção, a imagem assume características mágicas e alucinatórias e deixa de ser um traço da memória-pura para ser considerada uma memória-inventada de caráter virtual. O texto de Jean Paul Sartre, **L’imaginaire**, (1940) é citado em Ricouer, (op.cit, p. 69) ao abordar uma diferença essencial entre a tese da lembrança e a da imagem: “Se me recordo de um acontecimento de minha vida passada, não o estou imaginando, eu me lembro dele, [...] como **dado-presente no passado**” (grifo nosso).

O diferencial na percepção da memória-imagem com relação à veracidade da imagem associada a uma memória-pura ou a uma memória-imaginação pode partir do lugar da pessoa que lembra, inserida no contexto da imagem. Nesse sentido, a sua incorporação, como dado-presente, no lugar da lembrança a partir da habitação do espaço pelo corpo, corresponde a ver-se e reconhecer-se no passado revisitado na imagem.

2.1.1 Inscrição, esquecimentos, compartilhamento e estigma

A metáfora da impressão do sinete em placas de cera, elaborada por Platão (apud Ricouer, 2010), sugere o ato de armazenamento de lembranças na memória enquanto registro da experiência sobre o indivíduo da lembrança, uma inscrição que se dá por meio dos afetos, deixando marcas semelhantes a uma assinatura:

³² Conforme Ricouer (2010, p. 69): “uma maneira de encenar a satisfação”.

Sócrates: Pois então, digamos que se trata de um dom da mãe das Musas Memória: exatamente como quando, à guisa de assinatura, imprimimos a marca de nossos anéis, quando pomos esse bloco de cera sob as sensações e os pensamentos, imprimimos nele aquilo que queremos recordar, que se trate de coisas que vimos, ouvimos ou recebemos no espírito. (RICOUER, 2010, p.28).

Na citação feita por Ricouer (2010), Platão se refere a *Mnemosyne*, palavra derivada do verbo *mimnéskein* que significa “lembrar-se de”. Na mitologia grega, *Mnemosyne* é a mãe das musas, que presidem diversas formas do pensamento, e irmã de *Chronos*, o que denota o aspecto intelectual associado à memória em sua relação com o aprendizado e o tempo. *Mnemosyne* se opõe a *Léthé*, o rio do esquecimento. Contudo, embora sejam antagonistas por natureza, memória e esquecimento podem ser considerados como complementares no âmbito da compreensão do campo mnemônico, uma vez que o ato memorial parte de um processo de expansão e retração onde nem tudo pode ser incorporado e nem tudo descartado.

Sabe-se que grande parte das memórias é descartada, e possivelmente este seja um recurso favorável à formação de novas memórias. Um sujeito incapaz de esquecer seria como Funes, personagem do escritor Jorge Luis Borges (2012), atormentado pelo acúmulo de representações memoriais, concomitantes à aquisição detalhada de toda e qualquer experiência. Imagine-se uma pessoa que armazena e sente tudo o que lhe chega através dos sentidos. O excesso dessa capacidade sensível e intelectual é fonte de um colapso nervoso e é improdutiva socialmente.

O esquecimento faz parte das funções normais da memória, contudo é geralmente entendido como uma perda, ou associado a uma falha. Mas o esquecimento pode ser benéfico? Na mitologia grega, *Léthé* aparece como antagonista de *Mnemosyne*, “mas *Léthé* é então um rio, intitulado filho do oceano, *Okéanos*, pai de todos os rios. Ele corre aos infernos, que são a ‘morada’, e separa o Tártaro dos Campos Elíseos. Assim, proporciona esquecimento a qualquer um que entrar nele³³”. (KOSSAIFI, p.1).

Outro exemplo de benefício do esquecimento foi descrito, em relação a situações de memórias dolorosas, no canto XXII da *Ilíada*. Uma droga que Helena

³³ Mais *Léthé* est aussi une rivière et, à ce titre, elle est fille d’Océan, *Okéanos*, père de tous les fleuves. Elle coule aus Enfers, qui sont ‘as demeure’, et separe le Tartare des Champs Elysées; son eau procure l’oubli à quiconque en boit”.

haveria oferecido a Ulisses para aliviar o sentimento de luto e ira. Um tipo de soro do esquecimento, que possibilita um doce esquecimento: “*la droga vierte el olvido de todos los males*” (LORAU, 1998 p.38).

Sabe-se que a memória é condição indispensável para a vida saudável do ser humano, e que a ausência de memórias pressupõe também ausência de referências sobre a própria vida. Assim, ausência com relação ao lugar de origem e aos que conheceu, ausência com relação às relações afetivas, familiares, de amizade, românticas, ausência das próprias habilidades desenvolvidas para o trabalho, ausência das práticas aprendidas e, portanto, dos sentidos a elas atribuídas. Ausência do ser.

Contudo, o vislumbre da maravilhosa capacidade de tudo armazenar mostra-se ineficaz ao provocar uma sobrecarga de funções, sobretudo as sensoriais. A pessoa se torna atormentada por memórias que são de certo modo alucinações sensoriais onipresentes.

O problema de Funes não se limita à experiência sensível de todas as coisas, mas ao fato de percebê-las intelectualmente como sempre presentes, uma vivência fantasmagórica. De modo que o significado de *scordare*, etimologicamente do grego “tirar do coração” pressupõe para Funes uma espécie de paz necessária. Assim, esquecer é uma forma de abrir espaço. Limpar a tela para que novas imagens sejam inscritas. E, nesse sentido, também a palavra inscrição é importante, uma vez que é nela, através dos traços memoriais, que as lembranças são registradas e transformadas em memórias fortes.

A memória pode ser pensada, portanto, como um recurso para a manutenção de identidades, situada em um limite tênue entre a eleição de memórias que se preservam e daquelas que se cancelam. É entre memórias e esquecimentos que se configura a pessoa enquanto sujeito evidentemente social. Portanto, do mesmo modo que se considera a inscrição física e simbólica da memória, percebe-se igualmente como inerente à faculdade memorial e aos mecanismos de armazenamento da memória que nem toda lembrança se incorpore à memória e que parte delas seja alterada ou cancelada.

Percebe-se que, em se tratando de memória, nada é estável, nem tudo é registrado e, provavelmente, as lembranças não sejam armazenadas como cópia fiel da experiência, já que as lembranças são constantemente atualizadas e ressignificadas pelo sujeito da lembrança em relação a novos estímulos.

Para Ricouer (2010), é no contexto sofista da dúvida que a memória associada aos termos *eikon*³⁴ e *phantasma*³⁵ assume um aspecto de suspeita. A ideia de impressão como uma marca ou representação associa o ato de rememoração a um processo imagético. Apesar do aspecto de ficção assumido pela imagem e o distanciamento entre o instante registrado e o objeto real da lembrança, a imagem possui o caráter de representar, ou de apresentar na forma de registro, algo que não existe mais e, antes de falsificar o instante passado, ressalta o que já não está mais ali. Ressalta um instante passado que pode ser rememorado no presente a partir de uma representação que aviva a memória na imagem. Sugere-se, desse modo, que a imagem permite a encenação de lembranças. É o vazio das linhas em baixo relevo que salta aos olhos como metáfora do que não há mais. E esse registro ocupando um espaço simbólico na memória pode provocar a rememoração agindo como evocativo de momentos significativos do passado experimentados pelo sujeito das lembranças.

O processo de elaboração das memórias tem sido analisado por diferentes abordagens, seja a partir de uma lógica biologicista, que tenta explicá-lo como impulsos nervosos em resposta às sensações decorrentes das experiências marcantes, seja através da psicanálise e das teorias freudianas³⁶, seja através da mitologia, como é o caso do mito do Rio *Lethé* e de *Mnemosyne*, ou a partir de estudos sociológicos que demonstram a incorporação de elementos memoriais. Essas abordagens expressam tentativas de compreensão de um fenômeno dinâmico de múltiplas arestas, todas relacionadas à identidade individual e coletiva. Para Farias (2008), a construção mítica de *Mnemosyne* e *Lethé* integra as origens da memória no campo subjetivo da psicanálise.

Para Candau (2011, p.107), o homem, não contente com sua capacidade cerebral como única unidade de estocagem de informações memorizadas, desde muito cedo recorre a extensões da memória a partir da produção de traços com o objetivo de compartilhar sinais de caráter transmissivo. Tal preocupação, acessível pela primeira vez através de gravuras pré-históricas, como em *Lascaux*, grutas de

³⁴ Representação presente de uma coisa ausente.

³⁵ Simulacro próprio à arte fantástica de forjar a realidade.

³⁶ O pensamento freudiano compreende o trauma como algo de natureza inassimilável que produz o sintoma na forma de uma memória-lacuna. Uma memória inacessível que, contudo, permanece ativa e se manifesta na forma de sintomas. Para Farias (2008), a memória decorrente de um trauma: “é como um corpo estranho incrustado no psiquismo, e não como o regresso a um passado já vivido”. Portanto, cabe salientar o conceito de *a posteriori*, já mencionado anteriormente, na formação de memórias acessíveis.

Cosquer e Chauvet, expande-se até o advento da escrita e das modernas formas de expressão, como a fotografia. Desde os primórdios, é possível, portanto, perceber o caráter inscrito relacionado à memória e à identidade. Inscritões, a princípio individuais, que comunicam, dialogam e até mesmo contrastam em um panorama geral que configura memórias passíveis de ser compartilhadas³⁷. Para Candau (idem, p. 35):

Os atos de memória decididos coletivamente podem delimitar uma área de circulação de lembranças, sem que por isso seja determinada a via que cada um vai seguir. Algumas vias são objeto de uma adesão majoritária, mas memórias dissidentes preferirão caminhos transversais ou seguirão outros mal traçados.

Por outro lado, ao abordar a questão da marca, ou inscrição, como forma de comunicação intersubjetiva em sociedade, abre-se caminho para uma discussão sobre o contraste no ato de compartilhamento das percepções de mundo, pois a marca pode assumir um aspecto negativo e, ao contrário de agir como elo simbólico entre as partes, assume um caráter taxativo que tende ao isolamento das identidades desviantes em conflito com a identidade coletiva oficial. O termo “estigma” foi desenvolvido por Erving Goffman (1993) como um atributo negativo surgido em sociedade a partir da categorização³⁸ de seus integrantes.

Vivenciada como perigo social, a condição de desvio adquire uma forte característica visual, naturalizada na forma da linguagem: o gordo, o mendigo, o louco, o velho, quando a estes são conferidos atributos negativos: o mendigo é sujo, cheira mal, não se lava, é vagabundo; o louco não é confiável, diz asneiras, é perigoso; o velho não sabe o que diz, é demente, incapaz e feio. Enfim, tais marcas vão sendo incorporadas, compartilhadas e, com o tempo, naturalizadas em oposição ao princípio que rege determinada sociedade.

Pensar identidade e memória em termos de inscrição negativa é, portanto, compreender a presença de marcas como feridas sociais, introjetadas em nível psicanalítico ou incorporadas em nível antropológico.

2.1.2 Cartografias da memória

³⁷ Ricouer (2010, p. 142) introduz o tema de uma memória coletiva ao falar em uma tríplice atribuição da memória: “a si, aos próximos, aos outros”.

³⁸ Goffman (1993, p. 11) faz referência ao uso da palavra estigma pelos gregos: “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava”.

A pessoa, que também é personagem na ação social, compõe, ao longo da vida, um mapa que se pode chamar de memorial. São marcadores no tempo que traçam não apenas um percurso narrável, mas um documento de características imagéticas (Cf. ACHUTTI, 1997), pessoal e de restrito acesso, que revigora constantemente a sua noção de pessoa a partir das memórias vividas e incorporadas. Com isso, é possível pensar a relação estreita entre memória e identidade.

Parte-se do princípio que uma importante função da memória seja a de manter vivo o sentido de “ser” que constitui as identidades individualmente. Trata-se de uma memória neurológica, mas também de uma memória do sonho, virtual e acessível, e, pode-se dizer, construída culturalmente pelo indivíduo como a sua própria memória. Nesse sentido, acredita-se que a experiência seja um propulsor, mas não um determinante. É a partir da interpretação dos fatos, do modo de reagir aos mesmos, da importância dada a determinados fatos em detrimento de outros, da força da gravação das memórias no ato da experiência e na frequência de estímulos com que se dá a rememoração de determinadas memórias, que se pode pensar em uma memória não determinada pela experiência, mas por escolhas e descartes, conscientes e inconscientes, de cada pessoa.

Em um segundo momento, não menos importante, o sentido de pertencimento que se dá através da memória de experiências compartilhadas ou afiliadas apenas é possível a partir de um jogo flexível de identidades que se constituem nas relações e que, com estas, constituem memórias fortemente compartilhadas.

A pessoa, como tal, somente se constitui em um contexto de trocas simbólicas mínimas, no qual é iniciada paulatinamente a partir de diversos estímulos. A vida em sociedade por si acaba sendo um fato demasiado naturalizado, que chega a parecer inerente à natureza humana. Contudo, é através da memória que o ser humano é capaz de introjetar e reproduzir o sentido de humanidade e todas as regras de conduta e modos de fazer e ser em sociedade, atribuídos por diferentes grupos sociais.

É assim que o trecho de Luis Buñuel (1982) citado abaixo expressa com clareza a relação entre ausência de memória e ausência de si mesmo. Pois a pessoa desmemoriada não possui seus referenciais, que no sentido cartográfico a orientam sobre sua própria identidade. Não é por acaso que a palavra desorientação

seja um termo utilizado pela psiquiatria para definir alguém em estado de confusão mental.

É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela não somos nada. (BUÑUEL, 1982, p.11)

Nesse sentido, novamente percebe-se uma noção de identidade intimamente ligada à faculdade da memória, pois é a partir da memória coletiva, aquela compartilhada entre pessoas de um mesmo grupo, que as mesmas se autorrepresentam, e se apresentam enquanto identidade particular. Quando há convergências memoriais, ou seja, quando as memórias de um grupo são equivalentes, constituem um mapa de registros com os quais todo o grupo se identifica.

As relações de reciprocidade ou de contraste também compõem traços que podem ser entendidos como cartográficos sob o ponto de vista das relações estabelecidas, pois é também a partir desses agrupamentos, seleções e descartes que o sujeito se estabelece enquanto indivíduo, o que o caracteriza como ser único.

2.1.3 Tempo e incorporações

Como definir o tempo se, por ora, nos parece tão abstrato, tão sinuoso e, no entanto, tão evidente como marcação dos próprios ciclos da vida? Fomos nós a inventá-lo ou estaria já ele na essência do próprio ser humano³⁹? Desde a fecundação, o ser humano passa a ser conectado a ciclos: são dias, semanas e meses, associados a etapas de desenvolvimento, até o nascimento. Depois, as consecutivas fases do desenvolvimento como o caminhar, a fala, a comunicação, enfim, capacidades que vão sendo aprendidas e forjadas em associação aos ritmos do corpo e ao tempo no qual transcorrem.

Tal como ocorre com relação ao desenvolvimento biológico, o tempo marca eventos importantes na vida social. São ritos de passagem, como o batismo; as

³⁹ Hartog em **Tempo e patrimônio** (2006) cita Ricouer na designação “a condição de ser histórico” e Lyotard, “o homem presente a ele mesmo enquanto história”.

festas de quinze anos; os dezoito anos, ou maioridade penal; a formatura; o primeiro emprego; o casamento; o nascimento dos filhos. São, portanto, formas de marcação temporal nas sociedades ocidentais contemporâneas. É evidente, portanto, que o tempo participa da organização da vida sob o ponto de vista biológico e social. Contudo, o fato de se tratar ou não de uma invenção social pouco importa, uma vez que sua condição é indissociável do meio social do qual falamos.

O aspecto biológico evidenciado pelo tempo é fundamental quando se fala de traços memoriais. Não são apenas as memórias que ficam registradas em profundidade na pessoa, constituindo sua identidade, mas as próprias marcas do tempo cronológico iniciado com a concepção que vão alterando a aparência da pessoa, acrescentando-a não apenas de marcas advindas da experiência, cicatrizes propriamente ditas, como também de alterações estéticas feitas conscientemente e da própria degradação decorrente do envelhecimento.

Assim, como afirma Benjamin (1984 p.199): “[...] a palavra história está gravada, com os caracteres da transitoriedade, no rosto da natureza”. Pois os registros são feitos sempre na forma física, sobre o corpo e através de memórias, e dão sinais da passagem do tempo. A pessoa da memória a percebe de duas formas: uma individual e sensível, a outra social. Algumas memórias permanecem íntimas, outras são partilhadas e formadas na essência da coletividade. Ambas participam da consolidação da identidade da pessoa. Algumas memórias favorecem o fortalecimento de grupos sociais associados a elas por afinidade. É nesse sentido memorial que é possível pensar a pessoa presente a ela mesma enquanto história sentida no tempo.

As alterações do modo de vida contemporâneo determinam novos registros de experimentação e do tempo. Os longos períodos de imaginação livre de vivência em ambiente familiar pelas crianças são substituídos por novas formas de inserção precoce em ambiente escolar. O tempo é fragmentado e refletido sobre novas formas de formatação social da temporalidade. O imperativo da produção capitalista pressupõe novas formas de organização, experiência e formação de memórias que acarretam uma preocupação maior com o armazenamento das experiências cotidianas. Ou seja, com a aceleração dos modos de produção gera-se a demanda de armazenamento das múltiplas experiências. Além disso, é necessário estancar, mesmo que provisoriamente, a ansiedade de não poder participar de tudo nem absorver toda a informação gerada e disponível a cada dia.

A fotografia, o vídeo, a internet e outros recursos⁴⁰ da atualidade, como a própria imagem e vídeo do ultrassom gestacional, são incorporados como recursos memoriais em um tempo onde a velocidade produz insegurança. A partir de um viés psicanalítico, é possível a associação do pânico contemporâneo de esvaziamento à própria perda de identidade frente à velocidade e ao excesso de informação aos quais se percebe necessária uma adequação contemporânea de todos, incluindo crianças e velhos.

A necessidade de preservar para o futuro, em paralelo com a sensação de um passado ameaçado, além de revelar insegurança com relação ao futuro, talvez possa ser compreendida em associação ao estigma do envelhecimento como perda. O imperativo do registro memorial entra em contradição com o lugar contrastante⁴¹ do idoso, localizado numa condição de quase contaminação simbólica em associação ao perecimento e à finitude. Que lugar é este que nos aguarda no futuro? Quem são esses personagens da velhice com os quais não quero ser identificado? Nesse sentido, parece-nos que a insegurança com relação ao futuro confunde-se com o medo de envelhecimento e morte.

2.2. MEMÓRIA E SAÚDE

É indiscutível a relação entre memória e identidade, do mesmo modo que é indiscutível a importância da preservação da identidade para a saúde mental de qualquer pessoa. A memória enquanto função intelectual permite que traços do passado vivido acompanhem indivíduos e grupos como dados que, ao mesmo tempo em que sinalizam um percurso, localizam-nos. A memória permite o reconhecimento e é, portanto, estabilizadora. Entretanto, a frágil natureza da memória pode representar o tendão de Aquiles da identidade, pois perder a memória geralmente significa perder a identidade (Cf. Izquierdo (2002); Velho (2003); Goffman (1988)). Buñuel descreve a perda de memória como “a pior das angústias: estar vivo, mas já não reconhecer-se a si mesmo, já não saber quem se é” (p.11).

⁴⁰ Assim, imagens feitas na tentativa de captar todo e qualquer instante, assumem um caráter de *big brother* familiar. Mas, antes de serem fixadas sobre o papel, são disponibilizadas em redes virtuais, preservadas através de recursos eletrônicos como *pen drives*, HDs externos e bancos de dados virtuais, na forma ampla de uma tecnologia que não oferece garantias de permanência, estando, contraditoriamente, alicerçada sobre a efemeridade contemporânea do presente contínuo. A virtualidade da memória nunca foi tão acentuada.

⁴¹ O idoso assume, geralmente, uma posição de desvio social, em função de sua inadequação biológica ao ritmo das sociedades industriais capitalistas.

Por outro lado, a ideia de morte pode ser um fator altamente estressante e causar depressão e transtornos de pânico, por exemplo. Maria Laura, que vive um estado de luto constante, relata uma experiência muito simbólica sob o ponto de vista do esvaziamento, o medo do buraco negro que se aproxima. Ela diz:

Tu sabes que eu perdi um irmão. Ele tava tão feio, todo roxo. O meu filho não, ele tava muito bonito. Eu fiquei a noite toda sozinha com o meu irmão e fui abrir os olhos dele. Qual não foi a minha surpresa. Menina! Tinham arrancado os olhos dele. Tinha só **um buraco**. Coisa mais horrível. Agora me diz, pra que fazer isso com o pobre-bicho?! (Grifo nosso)

Memórias relativas à morte de entes queridos podem ser, com frequência, associadas ao esvaziamento físico que reforça a ausência. Além disso, a experiência com a morte de pessoas próximas, muitas vezes leva a uma acentuação da função memorial. Assim, a identidade dos mortos é redesenhada a partir da narrativa dos que permanecem.

2.2.1 O ponto de vista neurológico da memória

Ivan Izquierdo (1988) afirma que é provável que a armazenagem de grande parte das lembranças se dê a partir de circuitos múltiplos, o que explica a sobrevivência de algumas memórias a lesões muito amplas e difusas. A partir disso, foi possível a Izquierdo provar que existe mais de um mecanismo neural envolvido com o aprendizado e a duração da memória e que existem locais específicos para tipos de memórias específicas. Simplificadamente, não há somente um local no cérebro que seja responsável pelo processo de formação e duração das memórias. Sobre a persistência das memórias no tempo, acredita-se ser possível que esta ocorra a partir da estimulação repetida dos grupos sinápticos envolvidos com a lembrança, ou seja, o trabalho de memória, e também a partir da eliminação progressiva de sinapses ou neurônios desnecessários e potencialmente interferentes.

Segundo Izquierdo, o esquecimento pode ser entendido como uma parcela da experiência selecionada para ser descartada em associação a tais ou quais grupos. Por outro lado, o esquecimento extremo pode apagar a presença de traços que identifiquem os indivíduos a si mesmos e ao grupo. Este é o caso de amnésias

decorrentes de traumas localizados, com lesões de origem física ou química, e o caso de idosos portadores de distúrbios como o mal de Alzheimer e outras demências degenerativas decorrentes da idade.

Em visita ao Centro de Neuropsicologia do Hospital das Clínicas em Porto Alegre, coordenado por Lenisa Brandão, foram mencionados casos de perda de memória atribuída à ingestão de substâncias químicas, à depressão e ao estresse. Substâncias químicas como álcool, por exemplo, foram associadas a casos de demências transitórias ou permanentes, como na síndrome de Korsacoff (MONTEIRO, 1989).

Além de possíveis causas de origem química e degenerativas, causas de fundo psicológico podem interferir tanto na aquisição de novas memórias como no acesso a memórias pregressas. Em entrevista realizada em abril de 2013, Izquierdo indica o estresse como o principal vilão da perda de memória por causas “naturais”, e recomenda, portanto, evitá-lo: repousar, manter a mente limpa, adquirir hábitos como o de leitura, em que o cérebro necessite decodificar estruturas e interpretar conteúdos.

2.3 MEMÓRIA E SAÚDE MENTAL

A definição do que é normal e do que é patológico, como propõe Canguilhem (2002), assume dimensões que extrapolam os campos de ação das ciências da saúde. O autor compreende a doença como parte do processo de saúde, sem vinculá-la a aspectos negativos. O antropólogo Marcel Mauss, citado por Caillé (2002), também se ocupa da codificação social que, a partir de um padrão, determina o que é normal e o que é patológico, cambiável de sociedade para sociedade. Na opinião de Caillé, o sociólogo Marcel Mauss superou o pensamento durkheimiano sobre normal e patológico:

O domínio do patológico jamais se confunde com o domínio do individual, pois diferentes tipos de perturbações ordenam-se em categorias, admitem uma classificação e as formas predominantes não são as mesmas segundo as sociedades e segundo tal ou qual momento da história de uma mesma sociedade. (CAILLÉ, 2002, p.8).

Da mesma forma, o envelhecimento e a sua associação à morte poderiam ser apropriados socialmente como parte integrante da vida, e não em oposição a ela.

Com relação à definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ressalta-se que, para além da ausência de doenças, saúde pressupõe bem-estar, um estado determinado por um conjunto amplo de fatores que não os compreendidos meramente no plano fisiológico. Tal definição, mesmo obsoleta, ao passo que estabelece uma relação compartimentada da noção de pessoa⁴², também a complexifica a partir de um conceito que possui implicações legais, sociais e econômicas. Permeiam-se, com isso, os campos sociológicos e das ciências exatas, e evidencia-se a noção de pessoa como paralela à de identidade, uma pessoa fisio-cultural, que, além de fisicamente, está sempre simbolicamente vinculada ao contexto social no qual vive: às trocas que estabelece e às memórias que compartilha.

A proteção legal do idoso é recente e pode-se perceber na leitura de seu estatuto, a partir da Lei nº 10.741, de outubro de 2003, condutas direcionadas à manutenção do idoso enquanto pessoa social, sua inclusão no mercado de trabalho e a manutenção do vínculo familiar, bem como a indicação de cuidado pela própria família em detrimento do asilamento, este aplicado em casos extremos. O Art. 3.º, parágrafo único, assegura garantia de prioridade que compreende:

- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência. (BRASIL, 2003).

É evidente a preocupação, expressa na lei, com relação às carências presentes na sociedade com relação ao idoso, quais sejam: integração entre pessoas idosas e as novas gerações, e valorização de seus saberes e da condição de “ser” idoso, com a destituição dos estigmas sociais relacionados a essa fase da vida. Larraia (2003, p. 49) afirma que a cultura se dá por um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, o que evidencia uma função integrativa dos saberes culturais, bem como da difusão de tais saberes

⁴² Segundo o sociólogo francês Marcel Mauss (2011), a noção de “pessoa” relaciona-se com os aspectos simbólicos das palavras *persona* (“máscara”, em latim), vinculando-se, portanto, à noção de personagem. Mauss salienta que a noção de pessoa adquiriu corpo em diversas sociedades, passando da máscara ao personagem, ao nome, à consciência moral e finalmente chegando à noção de pessoa, construída socialmente como uma forma fundamental do pensamento.

pelos idosos para as novas gerações. Além disso, é importante destacar o reconhecimento da necessidade de preservação dos vínculos sociais e familiares e a redução do asilamento enquanto prática naturalizada, citados no Estatuto dos Idosos.

O Art. 8º afirma o envelhecimento como um direito: “O envelhecimento é um **direito personalíssimo** e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente” (Grifo nosso) (BRASIL, 2003). Tal afirmação associa o direito de ser idoso a uma condição de pessoa propriamente dita a partir da definição: um direito personalíssimo, ou seja, direito natural do qual é constituída a pessoa.

O Art. 9º determina que: “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em **condições de dignidade**” (Grifo nosso) (BRASIL, 2003). Com relação a esse artigo, salienta-se a orientação para a elaboração e efetivação de políticas públicas marcadamente sociais comprometidas com a dignidade das pessoas que envelhecem, garantindo a dignidade das pessoas – sua vida e expressões culturais – enquanto detentoras e difusoras de um saber inscrito na tradição, ou mesmo de uma experiência pessoal ou personalíssima, datada e integrada como componente de um meio social em transformação.

É interessante refletir sobre a autodefinição de Deolinda como “centenária” após uma longa experiência em ambiente asilar. De certo modo, estar há setenta e um anos em uma instituição total pode acarretar à pessoa o peso da carga de alguém que viveu cem anos.

A partir da característica da convivência de modo uniforme e regrado, é possível inferir o acréscimo de uma sensação de continência e estabilidade relacionada ao espaço, às marcações temporais em torno das principais atividades do dia e à transparência dos eventos, inclusive o adoecimento e as perdas dos pares no cotidiano. Note-se na fala do Sr. Garcia que os únicos compromissos do dia são os horários das principais refeições: “Depois das duas horas e antes das cinco e meia, tô livre.” (GARCIA. Mai. 2012). Também se percebe a movimentação e o cuidado por parte dos moradores com relação aos demais quando estes passam mal ou têm alguma perda marcante. Geralmente a reação é de solidariedade e companhia.



Figura 31: Nesta foto, o Sr. Rosalvo dá a mão ao amigo do quarto que se sente mal.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

É importante destacar que outros estudos já foram feitos envolvendo memória e fotografia, e foi possível perceber alterações de humor que influenciaram não apenas na sociabilidade, mas que puderam inclusive ser quantificados a partir do controle periódico através da aferição da pressão, que demonstrou alterações com relação ao aumento do ritmo cardíaco em momentos imediatamente posteriores às intervenções com meios artísticos.

Em projeto semelhante envolvendo oficinas de produção autobiográfica (REIS; AMARAL, 2008), foi constatado que a rememoração foi positiva ao observar a redução dos níveis de depressão e o aumento do vínculo entre os moradores participantes. Além disso, também foi observada a relação entre memória e afetividade que, conforme foi abordado anteriormente, tem relação com categorias como família e casa, memórias afetivas que agem como suporte de identidade. Percebe-se, na prática da interlocução em campo, que, assim como foi dito por Izquierdo (2002), a memória é modulada pela emoção: “No momento de evocar, muitas vezes é o coração quem pede ao cérebro que lembre, e, muitas vezes, a lembrança acelera o coração.” (op. cit, 2002, p. 12).

Em outro estudo realizado com idosos através de oficinas que utilizaram o método narrativo através de cartas e fotografias foi igualmente observada melhora dos sintomas depressivos, além de uma melhoria da qualidade de vida, aumento da interação social e manifestação de recordações saudáveis (GIL, 2010).

2. 3.1 Antes que a morte venha

“Vamos, vamos, estou atrasado”, dizem algumas pessoas durante grande parte das suas vidas. Atrasados para os compromissos do dia a dia, imersos na organização temporal e funcional a partir da qual se organiza a vida em sociedade. Mas, de repente, a mão treme, as forças faltam, não há mais com o que se atrasar, e algumas dessas pessoas sentem um grande vazio. O que fazer nessa fase da vida? O que fazer antes que a morte venha?

Galeano cria uma cena possível para um velho que antecede a sua própria partida. O autor fala de amarração como tentativa de preservação num contexto de fragilidade consciente: “Guarda alguns jornais velhos, velhos como ele, embrulhados em panos velhos, cuidadosamente arrumados. Ele tem medo que as palavras escapem.” (GALEANO, 1994 p. 99). Talvez seja este o principal motivo das atribuições negativas em relação ao idoso pela comunidade dos jovens. Nega-se o envelhecimento em cada um, a natureza humana no outro. E por isso, os jovens são festejados e os idosos tratados com desdém. Pois, como afirma Norbert Elias (2001 p. 8), ocorre um “isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos”.

O autor enfatiza que a capacidade humana de ser consciente da própria morte transforma a morte em um problema que nenhuma outra espécie enfrenta: “a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte” (idem p.16-17). Logo, quanto mais presente a ideia de morte, maior a angústia. Essa angústia, associada ao envelhecimento e às marcas da passagem do tempo sobre o corpo são um problema social e uma fragilidade das sociedades ocidentais. Para Elias, “o problema social da morte é especialmente difícil de resolver porque os vivos acham difícil identificar-se com os moribundos” (ELIAS, 2001 p.9). Ao perceber-se a transitoriedade humana em movimento, durando no tempo, ocorre uma negação da morte, ela é recalçada⁴³.

Apesar de conscientes da morte, é possível “adiá-la”. À medida que a qualidade de vida aumenta, a longevidade também aumenta e, com isso, é comum que as pessoas permaneçam um tempo mais longo distantes da ideia de morte, esse tipo de preocupação é adiado. Aposta-se alto nas tecnologias modernas, nos

⁴³ No sentido freudiano do termo. Uma emoção que causa sofrimento permanece na memória, mas não é consciente.

recursos de saúde e em pesquisas que prometem milagres em termos de saúde e estética. Nega-se a morte como evento biológico. Atribui-se à velhice essa condição, considerada natural e menos sofrida, que, contudo, é mantida ao largo enquanto for possível.

Norbert Elias (2001 p.17) sugere que o sofrimento decorrente da consciência de morte pode ter origem nos mitos que descrevem a morte como um castigo. Quando Adão e Eva desrespeitaram o mandamento imposto por Deus, toda a humanidade foi condenada à morte e ao sofrimento, dando fim ao paraíso terreno. Atrelado a isso, foi-lhes imposto o trabalho também como castigo. A vida começa a ser pautada pelo tempo de trabalho e pelo tempo de repouso. O homem cristão passa a projetar o paraíso como um prêmio pós-morte, uma noção de continuidade metafísica que reduz a angústia associada ao encerramento. Contudo, não é possível evitar a passagem do tempo. E ao mesmo tempo em que a categoria “tempo” age como um organizador da vida em sociedade, ela representa uma ameaça.

“Quando passa aquele troço, todo mundo aqui dentro sabe que morreu mais um.” (IVONE, 11 out. 2013). No inverno de 2013, Ivone, Maria Laura e José Garcia exprimiram a experiência de presenciar várias mortes em um período tão curto de tempo. Alguns atribuem o fato ao frio, como problema enfrentando na casa, de pé direito muito alto. A frequência com que Maria Laura ia ao necrotério velar (zelar) pelos companheiros de Asylo mortos, foi ritmada pelo trânsito rumoroso da maca que marca e avisa que mais alguém morreu. O que também esteve presente na fala de um dia frio, no banco do jardim central, ao desfrutar do sol: “23 ou 24 já morreram aqui. Isso aqui é pra passar o tempo. Sabe quantos já morreram aqui?” (GARCIA-“voz 28”- 15, ago. 2013).

Estar no Asylo é, em outras palavras, assumir que este seria seu último local antes da morte. Uma pré-morte, ou uma morte anunciada, como fica claro na fala de Doralice: “Vim porque quis, porque vendi a casa muito barata. Agora vou ficar aqui até o fim da minha vida. Não tenho mais para onde ir” (Doralice 11, set. 2012).



44

Figura 32: Fotografias de Doralice durante primeira conversa individual.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Falar da morte é situação muito presente, geralmente devido à sensação de estar ficando só. Com o passar dos anos, não são apenas as alterações físicas que recordam o envelhecimento e o desgaste da vida, mas um somatório de perdas do universo afetivo próximo. Conforme é evidente nos relato das perdas de Maria Laura: “Perdi meu filho. Perdi meu marido. Perdi há pouco um irmão. Só tenho um agora” (21, nov. 2013). É a sensação de que todos os próximos estão “se indo” e só você restando, e a ausência do outro também remete à minha (Cf. DIDI HUBERMAN 1998). Há uma série de pessoas que fazem parte do referencial de pessoa que o idoso endossa que, pouco a pouco, vão partindo: “esse é o meu último irmão, esse que tá doente.” (MARIA LAURA, 05 fev. 2013).

O envelhecimento físico, as perdas pessoais afetivas e as perdas de referência social delineiam um quadro de pessoa marcado fortemente pela ideia de finitude: “A morte é certa, a gente só não sabe quando” (colega de quarto de Ataltibanoé ao saber do falecimento do cunhado do Sr. Ataltibanoé – Diário de Campo, 29 Jan, 2013).

⁴⁴ Doralice no ângulo do seu antigo quarto compartilhado. No final do ano de 2012, após várias demonstrações de descontentamento com a divisão do espaço, Doralice conquistou o direito de morar em um quarto individual.

O diretor de cinema Luis Buñuel escreveu uma autobiografia, que chamou de seu “último suspiro”. Nela compartilhou sentimentos íntimos e verdadeiros em relação à percepção do próprio envelhecimento, a importância da memória e a noção de encerramento de um ciclo. Ele diz que após fazer seu último filme “começou a verdadeira velhice”, o que o autor associa a problemas relacionados ao corpo: pernas fracas, visão enfraquecida, perda auditiva, esquecimentos frequentes e falta de coordenação que fizeram com que o sentimento da velhice se tornasse um problema:

Estou velho, essa é a minha principal doença. Só me sinto bem em minha casa, fiel a minha rotina diária. Levanto-me, tomo um café, faço meia hora de exercício, faço minha toalete, tomo outro café comendo qualquer coisa. São nove e meia ou dez horas, caminho um pouco e depois me entedio até meio-dia. Minha vista está fraca. Só consigo ler com uma lupa [...] Então espero, reflito, relembro, extremamente impaciente, olhando seguidamente para o relógio. (BUÑUEL, 1982 p.358)

Fato pouco habitual, embora presente na prática de muitos idosos, o registro, ou inventário, de defuntos próximos pode ser uma forma de recordar e acomodar aqueles que se foram, mas também uma maneira de naturalizar a presença da morte entre os vivos. Com relação à morte daqueles que estão próximos, Buñuel fala de um caderno onde ele registrava os nomes dos amigos, à medida que faleciam.

Chamo o caderninho de livro dos mortos. Folheio-o com bastante frequência. Ele encerra uma centena de nomes, seguidos por ordem alfabética. Só anoto os homens ou mulheres com quem tive, ainda que uma só vez, um verdadeiro contato humano [...]. Alguns de meus amigos detestam esse caderninho, certamente temendo figurar nele algum dia. (idem, p. 360).

A sensação de esvaziamento de vida ocorre em paralelo à evidência da morte na vida de “outros” que são “semelhantes a mim”. O que é explícito na fala de Ivone: “Hoje é ela naquela situação, amanhã pode ser eu” (21, nov. 2013). Ivone estava falando do que havia acontecido com a colega de quarto, “Senhora E”, que após um acidente vascular cerebral (AVC) foi transferida para outro quarto, onde ficam aqueles idosos mais debilitados.

Levaram ela pra lá, pra economizar as pernas das enfermeiras. Aqui eu via ela o tempo todo. Fui eu que achei que ela estava demorando no banheiro e chamei as enfermeiras. Por que levaram ela pra lá? Tiraram ela do quarto dela. Por que tirar ela de perto das coisas dela?...(IVONE, 21 nov. 2013).

A relação que cada sociedade estabelece com a morte é variável. Contudo, ela é fato comum a todos. De acordo com os valores atribuídos à morte, é possível identificar diferentes formas de lidar com a finitude da existência. Sofrimento, luto e medo são sentimentos relacionados à percepção da morte no ocidente, mas não se pode afirmar que seja assim em todas as culturas.

Para Ricouer, uma questão importante em relação à morte é inerente ao imaginário da sobrevivência. Nesse sentido, o trabalho de luto, anterior à própria morte, é decorrente do apego de si e remete à “perda”. “A morte é verdadeiramente o fim da vida no tempo comum a mim, vivo, e aos que sobreviverão a mim. A sobrevivência são os outros” (RICOUER, 2012 p.39). Por outro lado, para Ricouer, o desapego é considerado um ganho, pois a partir dele ocorre uma “libertação para o essencial”, e “é a disponibilidade para o fundamental que motiva a transferência para o outro do amor à vida” (idem, p.40).

Assim, há uma importante relação entre desapego de si e transmissão, que pressupõe continuidade a partir do “outro que sobrevive a mim” (ibidem). Esta espécie de “força positiva do desapego” (idem, p.48) é imperfeita quando baseada em crenças de uma vida após a morte. Para o autor, a morte bíblica está associada à ideia de “morte redentora”. A expressão de desapego nesse caso equivale a morrer em “benefício de”, introduzido pelo exemplo cristão. Se para Norbert Elias, identificar-se com a morte do outro pode ser ameaçador, para Ricouer, a morte, apesar de ser sentida como uma ameaça, pode ser apaziguada se houver generosidade em relação à comunidade de viventes. “O vínculo morte-sobrevivência no outro é estabelecido no serviço para... associado ao dom da vida.” (idem, p.51). Ricouer indica que os que “sobrevivem a mim” deveriam pautar as suas vidas, com vigor, na memória dos que morreram: a memória cura o imaginário. “Mas a memória não é nada sem contar. E contar não é nada sem escutar” (idem, p.28).

A partir do trabalho de memória e da narrativa é possível fazer com que os mortos sejam acomodados entre os vivos. É “por isso que a transmissão da experiência deles é o caminho obrigatório da terapia do morrer ordinário” (idem, p 29). De modo que o luto é uma forma de trabalho de memória pautado nesse regresso do morto a partir da memória, uma maneira de acomodar o morto entre os vivos.

Contudo, como é possível naturalizar a presença da morte entre os vivos, uma vez que a “verdade essencial da experiência da morte” não pode ser transmitida? Ricouer atribui a essa questão humana irresoluta a angústia que circunda o imaginário da morte, e que pode ser equivalente à própria “angústia de viver” (ibidem).

O estado de saúde da “Senhora E”, companheira de quarto de Ivone que, com 94 anos de idade, sofreu recentemente dois AVCs, mobilizou as emoções das pessoas que convivem com ela, provocando reflexões sobre a morte. Percebe-se que os comentários são antecipatórios, antecedem uma possível despedida próxima. Com isso surgem relatos, como os de Ivone, que demonstra tentativas de compreensão do estado mental, emocional e espiritual da “Senhora E” durante esse processo. Por exemplo:

Eu acho que eu era a única pessoa com quem ela conversava aqui dentro. Ela estava sempre amarga, e se referia ao passado com rancor. Um dia eu perguntei para ela se ela nunca tinha sido feliz na vida dela, pois lembrava do passado sempre com raiva. Ela me respondeu que havia tido uma vida muito sofrida, que havia trabalhado demais. Ora, eu também trabalhei muito na minha vida. Agora, o que eu acho estranho é essa mudança radical nela. Depois que ela teve isso, ela parece outra. Ela ficou dócil, aceita tudo, não reclama de nada. Quando ela voltou do hospital ela me disse que ainda não era hora de partir. Que ela ainda tem dívidas para ajustar. Ela que sabe o que ela fez e precisa resolver. (IVONE, 01 dez. 2013).

A “Senhora E”, fragilizada com as recentes limitações impostas pelos traumas provocados pelos AVCs, afirmou durante a visita: “Eu tô melhorando, devagarinho. Quando a carne tá cansada, não adianta. Mas a alma não envelhece nunca. Ela é a verdadeira vida”.

Perceber o cuidado do outro, sentir que não está só, mas que outras pessoas se preocupam com ela, pode ter influenciado a mudança de temperamento da “Senhora E”, mencionado por Ivone. Além, é claro, do fato dela estar consciente e poder refletir sobre a própria morte. Receber o afeto de outras pessoas e perceber que, sinceramente, outras pessoas lhe querem bem, pode apaziguar o coração e afastar as mágoas profundas. Esse é o momento de reconciliar-se consigo própria e com o passado.

O sentimento de solidão sofrido por muitos idosos e moribundos, descrito por Norbert Elias (2001 p.75), ocorre quando “uma pessoa sentir quando está morrendo que, embora ainda viva, deixou de ter significado para os outros”. Nesse sentido,

percebe-se que muitos idosos são solidários com o sofrimento do outro, e que, apesar de ocorrer uma identificação com o estado do moribundo que anuncia a sua própria fragilidade, muitos idosos agem no sentido de tornar mais leve esse momento para quem o vive. Além disso, percebe-se que é comum entre idosos o início de um processo de luto, onde quem “sobrevive” e vive o luto tem no trabalho de memória “um socorro” que faz “prevalecer a vida sobre a ‘memória da morte’” (RICOUER, 2012 p.29).

3 VELHICE E IDENTIDADE

De um lado, o velho; de outro, o avô. Atribuições diversas para uma mesma fase de vida. O idoso representa a duração de um ciclo, a incorporação de marcas, a transmissão da experiência, a permanência pela memória, rugas do tempo.

A noção de pessoa vinculada ao personagem do velho, carregada simbolicamente de um mal-estar contemporâneo relacionado ao envelhecimento e à morte, favorece a segregação dos idosos em sociedade. Bosi afirma que “A velhice é uma categoria social [...] o velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias da classe dominante, agem como loucas, porque delineiam assim o seu próprio futuro.” (BOSI, 2009 p.77-78). No calor da juventude, ninguém se lembra de que, pelo curso natural das coisas, todo mundo envelhecerá.

A interlocução entre o idoso e o círculo familiar e social é, por si só, promotora de qualidade de vida e saúde. O simples sentimento de pertença a um grupo reafirma a sua identidade e repercute sobre o estado de humor. A sensação de ser útil acrescenta ainda mais valor à fase de vida em que o idoso se encontra, pois ao invés de atribuir a ela aspectos do desgaste do tempo, reafirma condutas eficazes no tempo que dão provas de sua permanência.

Ao questionar aos participantes: “O que é patrimônio?”, “O que você considera patrimônio?”, observaram-se longas pausas reflexivas.

A resposta, na maioria das vezes, esteve desvinculada das noções de herança ou de valor financeiro, histórico, artístico ou cultural; contudo, esteve intrinsecamente associada à noção de valor. Três pontos foram elencados como importantes: a saúde, o armário pessoal e a vida. A saúde, mencionada repetidas vezes como fundamental, uma vez que relacionada ao “bem-estar físico, mental e social”, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde OMS (SEGRE; FERRAZ, 1997). O armário foi mencionado como o lugar onde estavam protegidas as suas relíquias pessoais, lugar que garantia certo grau de identidade conservada em cada um, o “estojo de identidade”, nos termos de Goffman (2003, p. 28). A vida como maior patrimônio que qualquer pessoa possa possuir, grosso modo, uma valorização concentrada no presente, sem projeções para o futuro.

A partir dessas descrições de patrimônio, duas coisas podem ser pensadas. Em primeiro lugar, a maioria dessas pessoas não considera possuir um futuro pela

frente. Em segundo, a maioria dos que ali estão não possuem descendência, e isso salienta o pouco investimento no futuro.

Além dos três casos citados, não foram elencadas outras perspectivas de patrimônio, o que é possível analisar, considerando o que afirmou Lenisa Brandão, em entrevista realizada no dia 21 de março de 2013, no Instituto de Psicologia da UFRGS: “a maioria dos idosos institucionalizados estão deprimidos”, e esse estado de humor favorece reflexões pessimistas com resguardo ao presente e ao futuro. O que essa pesquisadora pôde constatar como movimento contrário em idosos que não vivem em regime asilar. Segundo Brandão, pesquisas com esses idosos revelaram certa leveza e uma postura positiva em resguardo ao presente, visto que “eles procuram aproveitar o tempo de forma positiva”. Por isso é fundamental salientar que as falas consideradas nesta pesquisa são provenientes de um diálogo estabelecido com idosos asilados, sendo que a perspectiva do asilamento pode determinar o caráter das respostas.

Para Ecléa Bosi, a velhice seria “o momento de desempenhar a alta função da lembrança” (BOSI, p. 81). Para que isso ocorra, é necessário que o idoso esteja consciente da autoridade de sua ancianidade. É necessário que ele exerça a sua “memória como função social”.

Outra das constatações feitas a partir das respostas dos asilados à pergunta “O que você considera patrimônio?” foi a de que no momento em que os planos de vida já foram seguidos, realizados ou não, o bem-estar físico e mental se torna algo muito valioso. Nesse contexto, é comum ouvir dessas pessoas frases com frequência relacionadas à saúde, como, por exemplo: “Tendo saúde, tem tudo” (MARIA LAURA, nov. 2012), ou “Coisa triste a gente não ter saúde” (DORALICE, nov. 2012).

3.1 O LUGAR DO IDOSO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Pensar o lugar do idoso na sociedade pressupõe a busca de indícios de sua inserção em sociedade, e parece impossível falar do idoso sem pontuar a associação de palavras de cunho pejorativo relacionadas à identidade na velhice de

modo naturalizado. A mais comum é a palavra “velho”⁴⁵, associada a algo retrógrado, com validade vencida. Mas, conforme indicado por Motta, citado por Graeff (GRAEFF, 2005 p. 20), “grupos de idosos podem construir novas e mais positivas identidades coletivas de ordem geracional”. Essa possibilidade refere-se àquela parcela de idosos que, segundo Graeff, “resgata o prazer em danças e viagens” (ibidem), uma parcela da população idosa que proporciona lucro às empresas de turismo e hotelaria e, desse modo, encontra um lugar em sociedade.

Percebe-se na sociedade contemporânea uma exagerada preocupação com o presente e o futuro, e uma espécie de luto em relação ao passado, como um passado perdido. Esse modelo de sociedade é marcado pela velocidade e pela fragmentação do tempo a partir de um ritmo industrial centrado na produção. A pessoa idosa encontra-se a meio caminho entre passado e presente, sem grandes projeções para o futuro, e quando desconectada da vida familiar e produtiva, encontra uma inadequação em relação à sociedade na qual está inserida.

É contraditório pensar que a sociedade contemporânea aprimore seus meios de armazenamento e registros do passado e, contudo, ignore a pessoa idosa como potencial arquivo vivo de memórias de um tempo ao qual não temos acesso. O tempo passado, presente na memória de idosos e em seus saberes, é muito pouco acessado na prática. Pode-se sugerir que o idoso, geralmente posto à margem da coletividade, experimente uma sensação de deslocamento temporal, um estar fora do tempo, simbólico. Pois, por estar a ele associada uma série de estigmas de improdutivo e incapaz, este sente, no seu futuro que se tornou presente, uma desvalorização da sua história e da própria identidade.

O idoso, mesmo quando possui família, pode sentir-se deslocado do eixo familiar e, ao rememorar o passado, perceber o presente com nostalgia. Tal fato ocorre pela sensação de decadência decorrente da desvalorização atual, marcada por um encolhimento de sua prática social. Para Ecléa Bosi (2009, p. 83), “o velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos”. O termo encolhimento, utilizado por Bosi, refere-se ao sentimento de perda de participação em sociedade vivenciado pelo idoso.

⁴⁵ Para Ecléa Bosi, que utiliza o termo “velho” como categoria social, em seu livro **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**, “a velhice, que é fator natural como a cor da pele, é tomada preconceitualmente pelo outro.” (BOSI, 2009, p. 79).

Por outro lado, a experiência de idosos asilados, com perda de vínculo familiar, evidencia ainda mais o aspecto de inutilidade, muitas vezes por eles incorporado. A sensação de abandono, em paralelo à de isolamento social, potencializa no idoso uma sensação de finitude antecipada. Nesse sentido, o ato de compartilhamento⁴⁶ a partir de narrativas de histórias anestesiadas pelo tempo e pela vida institucionalizada, pode ser benéfico e positivo, desde que se perceba na narrativa do idoso uma ação cultural que implica em uma humanização do presente. Registrar tais memórias em diálogo com o presente é uma maneira de compreender a própria cultura e as identidades nela submersas. Por outro lado, é a própria carência de escuta e este esquecimento velado proposto pelas instituições a favor de um presente minimamente confortável que salientam no idoso asilado o sentimento de esvaziamento, ou encolhimento, que antecipa a morte, tornando-a vivamente presente.

Ecléa Bosi vê no idoso a função social própria de rememorar. Sua imaginação faz longos voos em direção ao passado e com maturidade seleciona aspectos que considera importantes no presente. A rememoração é espontânea e natural, no entanto, muitas vezes se volta a espaços estéreis, onde a escuta é negativa:

Mas, o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens: [...] Ele, nas tribos antigas, tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição. (BOSI, 2009 p. 82)

Ao afirmar que o idoso não sonha, a autora exprime uma relação entre a maturidade do idoso e sua função como difusor de experiências, e pressupõe que com o idoso a projeção para o futuro se dê a partir de outros, os mais jovens, aos quais se vincula a ideia de sonho, e não do seu próprio futuro. Embora se estabeleça uma diferenciação entre a faculdade da memória e a imaginação, com fins de validação das pesquisas em memória social, sabe-se que os mecanismos de ação do cérebro no exercício de rememoração estão vinculados a um ato de imaginação.

⁴⁶ O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, demonstra a notoriedade da função de compartilhamento do idoso e a importância do cumprimento dessas recomendações como incremento para a memória e a identidade culturais: “Art. 3º. IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio dos idosos com as demais gerações; Art. 21º - § 2º- os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e das identidades culturais”(BRASIL, 2003).

Nenhuma memória é reflexo fiel da experiência rememorada, mas uma referência que se altera com o tempo à medida que se rememora. É nesse percurso temporal que se altera também a identidade do sujeito das lembranças. Perceber o idoso enquanto categoria social faz necessária uma imersão nas origens dessa categorização para gerar novas formas de percepção de sua função no tecido social.

Com isso, é possível alargar não apenas as margens das lembranças no presente, mas possibilitar a compreensão do idoso como ser cultural, em posição privilegiada no compartilhamento de memórias, numa função que parece inerente à essa fase da vida.

3.2 ASILAMENTO

O Asylo, onde se desenvolveram os encontros narrativos, possui atributos que já foram descritos por Goffman no estudo de instituições totais, abrigando pessoas com carências sociais de diversos níveis, como problemas de ordem física, ou mental, além de casos de extrema pobreza, orfandade e viuvez. Um lugar para cuidar dos renegados, em uma cidade que queria caminhar em direção ao futuro. O Asylo foi, nesse contexto, um instrumento de proteção dos interesses da sociedade pelotense.

É importante falar do Asylo, embora a pesquisa não seja sobre a instituição, para contextualizar as memórias abordadas nesse estudo. São memórias de pessoas asiladas, cuja transmissão quase nunca acontece. A sensação é de que vivem isolados em pequenas ilhas, seus ângulos do quarto, onde armários ou camas possibilitam a criação de fronteiras. Cada um estabelece para si seu local de intimidade, onde a identidade se impõe. Submersos em lembranças de uma época feliz, essas são memórias de pessoas que vivem solitárias, embora cercadas de gente, pois, mesmo quando conseguiram refazer vínculos afetivos e reformular suas vidas no Asylo, ainda assim, resta a sensação de estar ali por não ter outra opção, por exemplo, a casa própria ou uma família.

Este não é um viés de vitimização, espera-se com isso não confundir o leitor. Mas é importante falar dessa associação negativa entre Asylo e falta de opção, de fim da vida, ou de morte, pois essa associação foi feita diversas vezes pelos seus moradores. Em primeiro lugar, porque a essa altura da vida não há mais o que ser construído, e essa seria a última morada antes de partir; em segundo, porque, convivendo apenas com velhos, a morte torna-se frequente entre os moradores, situação solidarizada conjuntamente por alguns idosos que participam dos rituais de despedida, como o velório, por exemplo.

Pensar a velhice em contexto de asilamento é pensar a moradia e, nesse caso, a vida coletiva em um formato que limita a alteridade e estipula certas formas de enquadramento em isolamento social. Como já mencionamos, a vida coletiva aqui compreendida é restrita ao ambiente físico de uma instituição asilar criada no século XIX, com propósitos filantrópicos voltados à população carente da cidade de Pelotas, que por algum motivo precisou de abrigo. Assim, a inscrição “Asylo de

Mendigos”, na fachada do prédio, denota em alguma medida uma visão de época em relação à assistência a que se propunha.

Atualmente os moradores do Asylo continuam sendo pessoas em condições de vulnerabilidade social, o que se altera é a possibilidade de angariar benefícios para os mesmos e de recolher a contribuição dos outros habitantes de Pelotas para a manutenção do serviço, que é feita com a contribuição exclusiva dos próprios moradores. Outra coisa que se altera, conforme afirma Hermanova em citação de Haddad⁴⁷, é a faixa etária mínima para entrada no Asylo, que passa a ser de 60 anos, idade atribuída pela Organização Mundial da Saúde como a data que marca o início da velhice.

A velhice inicia naturalmente antes dos 60 anos, contudo, é concebida no campo médico como a fase posterior à infância e à idade adulta, a terceira idade na vida de uma pessoa, conforme terminologia proposta pelo gerontologista francês Huet. Essa fase é associada geralmente ao período em que a pessoa começa a receber os benefícios da aposentadoria por idade. (Cf. SIMÕES *apud* BARROS, 1998). Ainda no campo médico, Osvaldo Fustinoni, membro da Academia Nacional de Medicina da Argentina, propõe uma divisão entre as fases da vida:

Contanto que levem uma vida normal, os seres humanos passam por uma série de três estágios desde o nascimento até a morte: o primeiro, época de progresso, desenvolvimento e evolução, é a juventude; o segundo, época da estabilização e equilíbrio, é a idade adulta e a maturidade; e o último é a época da regressão ou velhice. (FUSTIONI *apud* HADDAD, 1986, p. 25)

Sendo assim, o Asylo passa a acolher somente pessoas idosas, e não mais “mendigos”, alterando o seu caráter genérico sobre a mendicância. Cabe ressaltar que ainda moram no Asylo idosos que ali chegaram sozinhos, ou até mesmo com familiares, quando ainda eram jovens em condição de vulnerabilidade social ou abandono, como Deolinda (Polaca), que chegou aos 13 anos, e os irmãos José Inácio, Inês e Maria Regina, falecida em 1992, quatro anos após a chegada no Asylo. José Inácio tinha 34 anos na época, e Inês, 36. Hoje, como mostramos nos retratos dos moradores, Deolinda tem 87 anos, e José Inácio e Inês, respectivamente 58 e 60 anos. Quando fala do momento em que passou a morar no Asylo, Polaca narra a história de abandono que sofreu quando, aos 13 anos, por um

⁴⁷ Hermanova (1982 p.3) *apud* Haddad (1986, p. 25).

problema de visão bastante perceptível, ela foi internada no Hospital Santa Casa de Misericórdia para um tratamento, e depois foi informada que não havia nenhum familiar ou responsável para retirá-la no momento da alta hospitalar. Sendo assim, foi encaminhada ao Asylo de Mendigos, onde vive desde então. Hoje Polaca diz ter 102 anos de idade.

Ressaltam-se no discurso de José Inácio as falas do passado e do presente sempre amarradas às datas que marcam a passagem do tempo. Por exemplo, quando fala da morte da irmã: “Maria Regina, falecida há 20 anos”. Ou da sua interdição judicial⁴⁸, que limita, entre outras coisas, a sua saída das dependências do Asylo: “Faz seis meses e seis dias que não saio daqui de dentro, seis meses e seis dias”. É um exemplo claro da presença do tempo no trabalho de memória como um agente durante a rememoração. O tempo presente associa-se ao tempo transcorrido e passa a integrá-lo. Nesse sentido, o passado se suspende e gera uma imagem/lembrança que permite a narrativa de uma história, reforça a própria história, a reitera, e é a partir dela que o sujeito se identifica enquanto Ser no tempo e no espaço.

O Asylo possui uma série de rotinas ordenadas temporalmente e marcadas pelo bater do sino com precisão de horários. Assim, existe uma rotina baseada nas refeições: café da manhã às 07:30, almoço às 11:30, café da tarde às 14h, papa para os mais idosos às 17h, janta às 17:30. Para a grande maioria que não sai das dependências do Asylo, esses horários são os únicos marcadores pelos quais orientar-se e aos quais precisam adaptar-se. O restante do tempo é livre, e quase sempre ocioso. Como diz Maria Laura: “Nada. Não faço nada. Se eu quiser posso dormir a tarde inteira” (Diário de Campo, 10 jul 2012).

⁴⁸ A ação de interdição está descrita no Art. 1.767 do Código Civil Lei nº 10.406 e normatiza a cassação de direitos da pessoa que passa a ser representada através de curatela, ou de um tutor. Quando interdita, a pessoa não responde mais penalmente pelos seus atos.



Figura 33: Fotografia do sino localizado entre as alas masculina e feminina.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Esse ciclo seguido de dias e noites, cartesianamente determinado pelo sino, acrescido de outras características institucionais, como os horários restritos de visita, quintas-feiras e domingos, das 14:30 às 17h, estrutura interna para assistência médica básica e odontológica, capela e trabalho nas dependências do Asylo, caracterizam contornos de uma instituição total.

O termo foi primeiramente empregado por Goffman para tratar de um local que tem por característica isolar o sujeito do convívio social pela sua moldura organizacional, que direciona todas as práticas cotidianas aos limites da sua estrutura. Como exemplo, os casos sobre o qual o autor se debruçou: manicômios, prisões e conventos. No livro originalmente intitulado **Asylums: essays on the social situation of mental patients and others inmates**, escrito na década de 1960, o autor aborda a estrutura de instituições definidas como:

um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo levam uma vida fechada e formalmente administrativa. (2003, p. 11)

Nesse livro, o autor busca uma análise sociológica do que ele chama “a estrutura do eu” (*op.cit.* p. 11) em relação a essa separação da vida e do contexto social amplo. Assim, as instituições do tipo *Asylo* comportam na sua terminologia uma associação com um local de contenção, uma espécie de redoma invisível que exerce função isolante separando os que estão dentro dos que estão fora. Mesmo que a função original desses sistemas seja o de proteção, o local acaba desenvolvendo condutas despersonalizantes. O autor distribui cinco grupos de pessoas a que se destinam as instituições totais, e é possível pensar o *Asylo* de Mendigos de Pelotas como integrante do primeiro grupo, que contempla o perfil dos moradores, alguns com todos estes atributos. Conforme Goffman, “Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para **cegos, velhos, órfãos e indigentes.**” (2003, p. 16). (Grifo nosso).

As instituições totais contrastam com a estrutura básica das sociedades ocidentais, onde a pessoa tem suas práticas de circulação em torno de ações diárias como: estudar, brincar, trabalhar, comprar, entre outras múltiplas formas de inserção e participação em sociedade, que pressupõem em algum momento diferentes tipos de interação social com os demais atores sociais. Em instituições totais, como é o caso do *Asylo*, ocorre uma ruptura com as práticas sociais que passam a estar circunscritas a um espaço centralizador onde todas as práticas da vida cotidiana se desenvolvem em um mesmo local coletivo e sob uma determinada autoridade. A ruptura que se dá ao ingressar em ambiente de convívio coletivo, muitas vezes de forma compulsória, acaba por gerar no idoso uma sensação de desorientação. A dificuldade de adaptação é, na maioria dos casos, devida às referências anteriores e aos valores que consideram relevantes no momento com relação à fase de vida atual. Aparece em seus relatos uma relação nostálgica com a habitação anterior, a casa própria, e a família é vista como núcleo das lembranças felizes.

Assim, quando o Sr. Garcia, que está no *Asylo* há oito anos, refere-se à experiência de habitar o *Asylo* como “estar num convento”, ele salienta o aspecto fechado e que, de certo modo, coíbe sua espontaneidade de ser. O que se deduz pela associação feita ao local em que mora com um local de moral religiosa associado à ideia de reclusão e abdicação de valores mundanos a favor de uma vida centrada em parâmetros religiosos.

Um dos eixos memoriais das lembranças evocadas por José Garcia, mais conhecido pelo apelido de Charuto, trata de salientar seus tempos de boemia, um tempo que aparece sempre enrustido nas narrativas quase homéricas com que retoma o passado: “fui o melhor corneteiro”, “toquei sax e pandeiro com o grupo que tocava no Liberdade”. Note-se o verbo no passado que marca a transição de uma configuração identitária associada à juventude como o boêmio, corneteiro e tocador de sax em diversos locais na noite pelotense, para a de recluso. Quando falo “recluso”, transponho o sentimento de Charuto quando diz: “Eu tava pensando em fugir, eu tô preso aqui, eu não gosto de ficar preso, viu ali? (Gesto em direção à parede.) Eu tirei todas as fotos”.

Pois bem, a princípio parece-nos que não é a moradia coletiva que gera um conflito identitário em Charuto, nem a própria experiência da velhice, tampouco a sensação de solidão própria a essa fase da vida em muitos idosos, mas a impossibilidade de adequar-se ou habituar-se a um novo modo de vida. Ocorre um contraste entre uma memória constituída no passado que não se identifica com a condição de vida que se apresenta no presente. É como se o contenedor do presente não desse conta das memórias do passado sem duração no tempo presente, o que acaba por sufocar a identidade real do sujeito, não aquela do personagem posta em jogo no ato social.

Nesse sentido, é interessante citar a definição de pessoa proposta pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (2011), que, no ensaio **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de Eu**, utiliza o conceito de *persona*, relacionado à própria ideia de máscara, artefato através do qual se faz possível a proclamação da voz do personagem: “*persona* vindo de *per/ sonare*, a máscara pela (*per*) qual ressoa a voz (do ator)” (MAUSS, 2011, p. 385). O autor relaciona o direito ao estatuto de pessoa com a aquisição do direito à voz, de modo que ao escravo esse direito é negado. Mauss (*idem*) estabelece assim uma associação entre a participação social e a expressão da identidade através não apenas de um rosto que apresenta, mas que incorpora no sujeito a função e o direito de compartilhar (através da oralidade).

A outra questão que Goffman aborda, e que tem fundamental relevância, refere-se às atividades diárias que interferem sobre a identidade e a alteridade dos internos em contexto constantemente coletivo, como é o caso da rotina alimentar, da

divisão dos banheiros coletivos e espaços de socialização: pátio, corredores e salas de TV.

O último ponto abordado pelo autor se refere aos horários que dividem rigorosamente a experiência diária a partir de um sistema de regras que envolve um grupo de funcionários e um modo padrão de funcionamento rotineiro: por exemplo, o café da tarde, que não dura mais que 15 minutos. O sino toca e as pessoas abandonam o que estão fazendo, caso já não estivessem se preparando para tanto, e saem em direção ao refeitório. Sentam-se e utilizam utensílios que também denotam a falta de expressão pessoal e a padronização da vida institucional: canecas de plástico azul.



Figura 34: Idoso fotografado durante a refeição.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

A alimentação é outro aspecto que revela a falta de identificação das pessoas a partir dos órgãos dos sentidos, como os do paladar, já que o cardápio é também determinado pela instituição, cozido a vapor em cozinha do tipo industrial, simples e geralmente repetitivo, como aparece na fala de Ivone, que, devido ao problema de diabetes, gostaria de uma dieta diferenciada: “é sempre a mesma coisa, arroz, feijão e batata, ou abóbora, elas me dizem ‘você pode comer a sobremesa, porque é com açúcar *diet*, mas a comida é só carboidrato”. E não é apenas a questão de saúde

que está implicada na questão do cardápio alimentar, mas a própria relação que a pessoa estabelece com o alimento e o ritual de alimentação que assume outro aspecto, o de ração, no sentido de nutrição necessária, mas não prazerosa.

Segundo Pezeu-Massabuau (1983), citado por Ferreira (1995, p. 109), além da satisfação material que envolve o ritual da alimentação, há também o aspecto interacional entre os indivíduos que, no caso do Asylo, ocorre, em alguma medida, de forma menos íntima, ou no que se pode chamar de uma forma de presença aparente ou transitória. Uma presença muitas vezes não intencional, onde a interação preserva traços do que é circunstancial.

Além disso, a *persona* (MAUSS, 2011) varia de acordo com as funções que a pessoa desempenha, o lugar que ocupa, as trocas que estabelece e as atribuições que lhes são dedicadas. Isso é evidente, mesmo quando a instituição não está no foco da discussão. Percebe-se que a instituição asilar atua como palco (Cf. BENJAMIN, 1984 p.115) da velhice e das experiências sociais dos seus moradores. Esse espaço por onde muitos idosos passaram, permanece como função social e representa, em muitos casos, a totalidade das experiências sociais destes que vivem asilados nessa fase da vida. Nesse contexto, a noção de “palco”, associada ao ambiente onde se produzem as narrativas, faz sentido se o Asylo for pensado em sua função histórica, função que interfere de modo prático e subjetivo na experiência e no imaginário dos moradores. É comum, portanto, observar muitos casos de idosos que demonstram um sentimento de desenraizamento, o que pode se manifestar através da angústia ou da resistência.

Um caso muito nítido de possível consequência do desenraizamento é a situação de uma senhora que perambula pelos corredores, desorientada, e pede aos visitantes que a ajudem a sair de lá: “Me diz como eu faço para sair daqui. Eu quero ir para minha casa. Como se sai daqui?”. Esse caso, dramático, provoca uma sensação muito incômoda. O que dizer quando o quarto não funciona como referência e o espaço presente é sentido como uma prisão? Esse é um possível caso de Alzheimer, em que a memória preservada é a memória da casa familiar, de modo que a pessoa não identifica o espaço presente como seu, nem mesmo o quarto, ou o ângulo do quarto que para alguns funciona como estabilizador.

Contudo, em alguns casos o Asylo assume o lugar de casa, com é o caso da Polaca, que chegou ao Asylo com 13 anos. Ou de Ataltibanoé, que tinha o caminhão

e a estrada como referências anteriores e entende o Asylo como um tipo de hotel, no presente.

No entanto, a insatisfação com relação à instituição de convívio coletivo aparece inclusive em casos de pessoas que possuem quarto individual, como é o caso de Maria Laura, que procurou no Asylo um refúgio após a perda do filho. Em junho de 2013, ela demonstra uma mudança do seu desejo de permanência: “Caiu a ficha. Esse lugar não é pra mim. Estou muito magoada. Não me fizeram nada de mal aqui. Fui eu que (gestos). Caiu a ficha. Assim que eu receber meu INPS vou me sumir daqui”. Após essa primeira fala, Maria Laura expressou a mesma intenção em todos os outros encontros. Em 21 de novembro de 2013, ela disse: “Eu não vou ficar muito tempo aqui, vou morar com a minha sobrinha. Ela precisa de alguém. Ela mora sozinha. Tô só esperando para arrumar puxadinho nos fundos da casa dela”.

Essa associação entre tempo, permanência e casa foi muitas vezes assinalada pelos participantes. O Sr. Garcia, por exemplo, sempre diz: “Tô quase saindo daqui. Estou vendo uma coisa aí. Tem a fulana que vai me dar a resposta, ela vai assinar os papéis para mim.” (GARCIA 21, mai. 2013). Apesar de não serem encorajadas, consideram-se positivas essas movimentações em direção à saída e à autonomia, pois exprimem uma forma de resistência que indica desejo de continuidade e negação do presente como fim, como encerramento. Essas falas demonstram que ainda há desejo de exercer a individualidade e de praticar atividades que não podem ser realizadas no contexto asilar. Como, por exemplo, participar de uma roda de samba ou desempenhar atividades de vida diária tão simples como preparar um bolo.

Portanto, em muitos casos, viver em um Asylo desse porte significa estar asilado de sua condição social e privado de muitos direitos elementares. O mais evidente é o próprio sentido dado à casa e à administração do tempo, que na instituição passam a ser uniformizados. Nesse sentido,

a abolição dos asilos e a construção de casas decentes para a velhice, não segregadas do mundo ativo, seria um passo à frente. Mas, haveria que sedimentar uma cultura para os velhos com interesses, trabalhos, responsabilidades que tornem sua sobrevivência digna. Como deveria ser uma sociedade para que, na velhice, o homem permaneça um homem? (BOSI, 2009 p. 81).

3.2.1 Casa do passado e espaço do presente

Entende-se casa como local de abrigo ao qual o sujeito se vincula por boa parte de sua vida, ou por períodos determinados. É local por excelência para a liberdade do eu, um refúgio e, ao mesmo tempo, um trampolim para voos individuais. Nesse espaço, aprende-se a exercer a independência e autonomia em conformidade com as regras compartilhadas em família, ou pelo grupo que a habita.

A casa do passado é a casa do sonho, o lugar privilegiado para o desenrolar da infância, palco da juventude, das primeiras relações afetivas, do aprendizado de base. Portanto, vinculada à casa está uma série de lembranças de todas as ordens, declarativas, episódicas, semânticas e procedurais⁴⁹, pois é nos contornos simbólicos da casa que o sujeito tem suas primeiras experiências e se prepara para ampliar as relações com o mundo.

Não é por acaso a relação entre a casa do passado e a casa do sonho, pois toda lembrança sofre alterações e a interferência de outras lembranças, de modo que não existe uma memória pura, ao menos não na forma consciente, e a memória da casa de origem é sempre lembrada com uma série de minúcias e coloridos que a dignificam e a elevam sob o ponto de vista afetivo. Morar em uma residência coletiva salienta ainda mais o aspecto excepcional e afetivo da casa de origem, pois na experiência coletiva o espaço íntimo é reduzido ou quase sempre anulado.

Apesar do trabalho de memória constante, é comum que essas pessoas se vejam privadas de sua função e identifiquem o envelhecimento com uma fase de encerramento, o período de fazer conclusões, já que não identificam nas práticas diárias muitas expectativas para o futuro, o que aumenta à medida que estejam distanciadas do que Halbwachs chama de “função de conservar os traços do seu passado”⁵⁰ (HALBWACHS, 2004. p.92). O idoso asilado, na maioria das vezes, localiza-se em estado de isolamento da ação social.

É importante salientar que, apesar de se tratar de uma instituição de características totalizantes, nos termos de Goffman (2003, p. 16-17), o Asylo cumpre a função de abrigo e de cuidado a que se propõe, o que fica expresso na fala de Doralice, que apesar de dizer que não gosta de morar ali por estar em meio a

⁴⁹ Iván Izquierdo, em seu livro **Memória** (2002), fala de dois grandes grupos de memórias: declarativas e procedurais. As memórias procedurais, ou de procedimentos, equivalem às técnicas corporais de Mauss (2011) e à memória hábito de Bergson (1999), ou seja, são todas aquelas habilidades motoras ou sensoriais aprendidas e aquelas que chamamos de hábitos.

⁵⁰ “*la fonction de conserver les traces de son passé*”.

estranhos, afirma que é bem cuidada: “É muito triste. Aqui todo mundo mora junto, mas é todo mundo estranho. Eu não posso reclamar. Na época das freiras bateram numa aí, fizeram denúncia e tiraram elas. Elas são muito boas aqui. Cuidam muito bem da gente.” (DORALICE 11/09/2012). Polaca narrou um episódio que indica a problemática do período em que a administração do Asylo foi feita pelas irmãs de uma ordem católica: “Perguntaram pra mim se era melhor na época das freiras. Não! É muito melhor agora. A freira Maria – como era malvada! – me enchia de cotovelada. Me ameaçava com a vara e depois mentiu: ‘eu não’, diante do Nosso Senhor no altar” (POLACA. 22, mai. 2013).

Assim como mencionado por Graeff (2005), instituições totais como asilos, leprosários e hospícios nasceram de iniciativas sociais e religiosas, que integravam práticas de higiene social, muito difundidas a partir do século XIX.

Segundo Goffman (2003), as instituições totais podem ser classificadas em cinco agrupamentos, e o local que serve de campo empírico para esta pesquisa, como já destacamos, enquadra-se no primeiro grupo, destinado aos cuidados de pessoas inofensivas, consideradas incapazes de cuidarem a si próprias, por exemplo, idosos, cegos, órfãos, indigentes, etc. A característica de “fechamento” simbólico das instituições totais funciona como uma barreira ao relacionamento com o mundo externo, sua organização possibilita e às vezes determina que tudo seja circunscrito ao espaço físico da instituição sem a necessidade de buscar serviços fora do ambiente institucional.

Nunca foi tão clara a noção de assistencialismo de tais instituições, a ponto de limitar a espontaneidade de ações cotidianas simples dos moradores, como escolher as próprias roupas, o local onde cortar os cabelos ou o cardápio das refeições. Ocorre uma forma de isolamento prescrito a partir de sanções que levam em consideração a proteção. Em outros casos, a instituição é destinada a pessoas que oferecem risco não intencional à sociedade, como é o caso de leprosários e sanatórios para tuberculosos.

Outras instituições são criadas para isolar da sociedade elementos perigosos intencionalmente, como é o caso das prisões. Existem também instituições que consideram necessária essa configuração para a execução de determinados trabalhos, como é o caso de navios, escolas, etc. E, por último, instituições que isolam do mundo e servem como refúgios religiosos, como é o caso de abadias, conventos, etc. No caso específico do Asylo de Mendigos de Pelotas, parece-nos

que não é a instituição em si, mas a ruptura com os vínculos do passado que desterritorializam as pessoas que ali residem. Além disso, a subtração do idoso da cena enquanto ator social se torna mais evidente quando ele tem reduzidas drasticamente suas funções em sociedade e nenhuma outra função lhe é atribuída nessa fase da vida.

Alguns idosos que mantêm os vínculos familiares, conforme Tedesco (2001), desempenham funções sociais próprias à terceira idade em família. Os *nonos* cumprem a função de auxiliar os filhos na criação dos netos e no compartilhamento de histórias do passado da família, e muitas vezes acrescentam à renda familiar. Segundo o autor, os *nonos* por ele estudados em ambiente camponês, desejam participar do futuro reconstituindo relações do passado, e “seu desejo se realiza na medida de sua utilidade”. Tedesco (op. cit) observou que as funções de *nono* acrescidas do incremento financeiro no orçamento dos filhos “demarcam novas *fronteiras funcionais* dos idosos na família. Talvez até justifique a alteração de trajetória: em vez de sair, ficar.” (TEDESCO, 2001, p.124-125, grifo do autor). Nesses casos, a identidade do idoso não sofre fissuras e é reforçada juntamente com as memórias individuais e familiares.

Complementando, Bosi afirma que, com o interesse voltado para o passado, o ancião tem no presente “a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.” (BOSI, 2009, p. 82).

Para Halbwachs (2004), quando o idoso já não é uma pessoa ativa em sociedade, inibido de suas ações no presente, faz diversas imersões no passado através da imaginação. Assim, o autor afirma que o ato rememorativo no idoso transforma-se numa “verdadeira ocupação”. É nesse contexto que a ação de lembrar pode ser uma função social de transmissão no presente de um “tesouro comum do qual eles se constituíram como depositários⁵¹” (HALBWACHS, 2004, p. 129). A categoria idoso, na maioria das vezes abordada de maneira depreciativa pelo jargão do “velho”, é, em contrapartida, incorporada em sociedades não ocidentais com uma importante função social de coesão do grupo através da transmissão geracional.

Halbwachs (2006) atribui ao espaço onde se desenrolam as experiências de vida e aos objetos nele circunscritos uma função estabilizadora, diretamente

⁵¹ “tesoro común del cual ellos se han constituído como depositários”.

relacionada à personalidade: “Eles são uma espécie de companhia silenciosa e imóvel [...] e nos dão uma sensação de ordem e tranquilidade.” (HALBWACHS, 2006, p. 157).

Da mesma forma, Bosi fala dos objetos como objetos biográficos por se tratar de objetos que se incorporam à vida, envelhecem junto com a pessoa e nos rodeiam, criando, como diria Mazzuchi Ferreira (1998, p. 209), uma espécie de moldura social para as lembranças e uma sensação de continuidade: “mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade.” (BOSI, 2009, p.441).

Assim, são as próprias lembranças que tomam o lugar de patrimônio, bem como os objetos pessoais que mantêm vivas e próximas essas experiências marcantes do passado, como é o caso do relicário de Maria Laura, guardado e protegido entre seus pertences pessoais, com a foto do filho falecido aos 18 anos. Além do relicário, ícone de proteção de algo valioso, e do aspecto visual diretamente relacionado à lembrança na forma de imagem, Maria Laura possui outras quatro fotografias compreendidas como relíquias sobre a mesa de cabeceira: um quadro em formato oval com a foto em preto e branco dos pais, a foto do falecido marido, a foto do aniversário de três anos do filho morto e a foto do neto, filho do falecido.

Tais elementos constituem, de certo modo, uma coleção mínima de objetos privados que, contudo, não obedece a nenhum critério de seleção além do afetivo. O que está em questão ali é somente a preservação dos últimos registros visuais que ela possui dos familiares e de si mesma. São fotografias salvas de uma enchente que Maria Laura viveu antes da morte do filho. São, portanto, seus únicos e raros *reminders* (RICOUER, p.55-56) eleitos, já que optou por morar no Asylo para evitar o constante ato rememorativo desencadeado pela casa, *reminder* (ibidem) das lembranças do filho e da sua morte. Conforme Ricouer, “A transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, **acima de tudo, habitar** [...] assim as coisas lembradas são intrinsecamente associadas a lugares.” (RICOUER, p.57) (Grifo nosso). A casa como registro extenso de lembranças não permitiu descanso à memória, e Maria Laura optou por um distanciamento que delega à casa uma forma de esquecimento ou sepultamento imputado.

Bachelard, em **A poética do espaço**, fala da casa como um objeto referencial fornecedor de imagens, local de enraizamento, “o nosso canto do mundo”

(BACHELARD, 2000, p.24), ao mesmo tempo um cosmos e um local de intimidade. Para o autor, memória e imaginação não podem ser dissociadas, já que estão sempre vinculadas às emoções do passado, manifestas a partir de uma vinculação das lembranças às imagens oriundas do espaço em que foram geradas:

Pelos sonhos as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da infância [...] vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção. Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa. Nunca somos verdadeiros historiadores; somos sempre um pouco poetas, e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida. (BACHELARD, 2000, p. 25-26).

A vida atual em asilamento busca a manutenção de vestígios do que foi habitar as casas do passado. Percebe-se que as lembranças de si estão enraizadas na memória da própria casa. Além da busca de conforto físico, os moradores buscam uma forma de conforto subjetivo, a partir da tentativa de preservação de seus locais individuais. Estabelecem-se fronteiras invisíveis que são pontos de encontro entre subjetividades.

Muitas vezes esses encontros forçados geram atritos e até mesmo disputa, com embate físico. Como ocorreu nos últimos dias do mês de novembro de 2013, com a chegada de uma nova moradora para o quarto de Ivone. Nessa ocasião, uma das companheiras de quarto, a “Senhora E”, havia sofrido um segundo AVC e os ânimos estavam fragilizados em relação a isso. Nenhuma das quatro idosas do quarto estava satisfeita com a decisão do deslocamento dessa senhora para um quarto próximo ao posto de enfermagem. Elas perceberam isso como uma situação desconfortável, e temiam pela desterritorialização da companheira.

Justamente nesse período, a nova moradora foi acomodada nesse quarto, e houve um atrito de causa irrelevante que, contudo, acabou em agressão física. Segundo a narrativa de Ivone, a justificativa da senhora que iniciou a briga foi: “Eu já estou neste quarto há um ano, ela chega agora e quer mudar as coisas?!” (IVONE, 01 dez. de 2013). Percebe-se, grosso modo, a tentativa de imposição de uma autoridade pelo domínio do território, de acordo com o tempo de ocupação do mesmo. Contudo, é na própria busca de preservação da identidade que se manifesta a necessidade de identificação do território como seu.

Além das tentativas de tornar o espaço coletivo mais íntimo, percebe-se que as moradias do passado são sempre a referência de “casa”, e que o Asylo é uma condição imposta pelas circunstâncias do presente. Ao falar da tendência contemporânea à busca de origens, Candau cita o manual de zoologia fantástico de Jorge Luis Borges, no qual o autor descreve um pássaro particular, Goofy Bird, que constrói o seu ninho em sentido contrário e “voa para trás”, porque ele não se preocupa em saber aonde vai, mas de onde vem” (CANDAU, 2010 p.43). Nesse sentido, a construção do ninho é, na verdade, a reconstrução mnemônica do que foi esse ninho um dia. Além disso, a afirmação de Candau com relação a uma preocupação com as origens e não com o futuro salienta essa vinculação da identidade com o passado. A memória como a própria identidade. E esse regresso ao passado na velhice é potencialmente importante, principalmente para idosos asilados, pois estes buscam nas memórias de casa vinculadas à sua identidade, formas de interação e estabilidade no presente. Mesmo que a casa figure como um “sonho” do passado, uma imagem/lembrança (Cf BERGSON, 1999; HALBWACHS, 2004).

Maria Laura, que teve a casa devastada pela enchente, refere-se a ela como lugar das lembranças felizes: “Naquela casa fomos felizes, nós três” (MARIA LAURA 01 dez. 2013). Assim, apesar de todas as adversidades e problemas, cotidianos, práticos ou extraordinários, a casa permanece sempre sagrada na memória. Cúmplice, companheira e protetora, casca, casulo, ninho, a casa é parte do que fomos e do que somos, e segurança de que ainda seremos. A casa nos estabiliza, nos ajuda a “ser”.

Nesta casa fomos felizes. E também nós tínhamos encontrado alegria naquela casa, de repente amaldiçoada pelos ventos ruins, e a alegria tinha sabido ser mais poderosa que a dúvida e melhor que a memória, e por isso mesmo aquela casa entristecida, aquela casa barata e feia, num bairro barato e feio, era sagrada. (GALEANO, 2007 p. 194).

3.2.2 Memórias de família

As memórias de família fazem parte de um conjunto de memórias individuais consideradas biográficas, ou declarativas⁵². São memórias das quais o indivíduo tem consciência e narra ao compor um relato de si e de suas experiências. Ao observar as narrativas dos idosos que atualmente vivem longe da família, percebe-se

⁵² Cf com Izquierdo (2002, p.22) sobre os tipos de memórias conforme o seu conteúdo.

claramente uma contínua rememoração de eventos marcados pela convivência familiar (Cf. HALBWACHS, 2004 p. 175).

Nesse sentido, a casa de origem e a família que a povoa é um marco da história individual de quase todos, e com relação às pessoas sem uma casa de origem, como é o caso do Sr. Garcia, que perdeu a mãe aos dois anos e meio de idade, essa lacuna é realçada nos discursos sobre a falta da casa, as andanças, o aspecto imaterial da vida que não encontrou estabilidade. O Sr. Garcia não teve uma casa familiar de referência, mas locais que o acolheram até o casamento e a separação da esposa, com quem não teve filhos.

O mesmo foi relatado pelo Sr. Adelino, que afirma ter sido casado, mas nunca ter tido filhos e, devido a isso, quando a esposa faleceu ele ficou sem ninguém. Trabalhador nas lavouras de fumo, não teve o bastante para construir ou comprar a casa própria, e, na velhice, precisou ir para o Asylo.

Semelhante às histórias dos dois, Doralice expressa muita solidão: “Ninguém da minha gente vem aqui. Se eu tivesse perto da minha mãe, do meu pai... Tem que ter coração. Toda essa gente, sobrinho, sobrinha,... não querem compromisso. A gente tá só no meio dos estranhos, né?!” (Doralice 11, set. 2012).

Durante o ato rememorativo, as viagens ao passado trataram sempre de memórias felizes junto aos familiares e nostálgicos com relação à perda e ao afastamento:

A minha mocidade foi uma mocidade maravilhosa, eu era muito tnhosa, né, eu gostava muito de andar namorando, mas só namorar, só olhar, agora em casa, não. Aí o papai sempre dizia: essa não vai casar, vai ficar solteirona. Aí, quando bem ele não esperou, eu arrumei um esposo pra mim, que é aquele ali que tá ali no quadro. Aí, então, nós casamos e tivemos o nosso filho. Só saí de casa quando me casei, e quando o papai morreu, eu já tava casada. (Maria Laura. Vídeo: Asylo de Mendigos de Pelotas. Pelotas. 19, set. 2012. Mocidade, função dos pais. 00:13 min.)

As lembranças da mocidade quase sempre associadas ao núcleo familiar são como uma mala cheia de lembranças que se transporta do passado durante as andanças no presente. Uma mala que pode parecer gasta pelo tempo, mas preserva o essencial para os novos locais de chegada. São como um kit de identidade.

3.2.3 Identidade mínima

Junto ao peito, a chave do armário indica que há algo a proteger. Contudo, basta participar dos momentos em que os armários são abertos para perceber que

eles refletem a própria ausência de bens. Não há quase nada de material, e quando há, são pertences singelos: um pacote de bolachas, balas, um rádio de pilha que faz companhia, roupas provenientes de doações, um cartão recebido de crianças em homenagem aos idosos, objetos imbuídos de outra lógica sobre o valor.

Ao perguntar sobre o motivo do cadeado, todos atestam a necessidade de fechar o armário, mesmo afirmando nunca terem sido furtados: “aqui tudo some, só não some a gente” (DORALICE, 12 nov. 2012). Percebe-se que o espaço do armário é como um refúgio, um espaço de dimensões ampliadas, um espaço de intimidade, um lugar para guardar a si próprio, para não perder-se das referências que se leva intimamente e que podem ser revisitadas sempre que lembradas. Desse modo, o espaço do armário é, acima de tudo, uma expressão da dignidade do morador do Asylo, ameaçada simbolicamente pela perda de um espaço só seu.



Figura 35: Detalhe onde um morador mostra a chave que carrega no pescoço.
Fonte: Foto da autora, 2012.

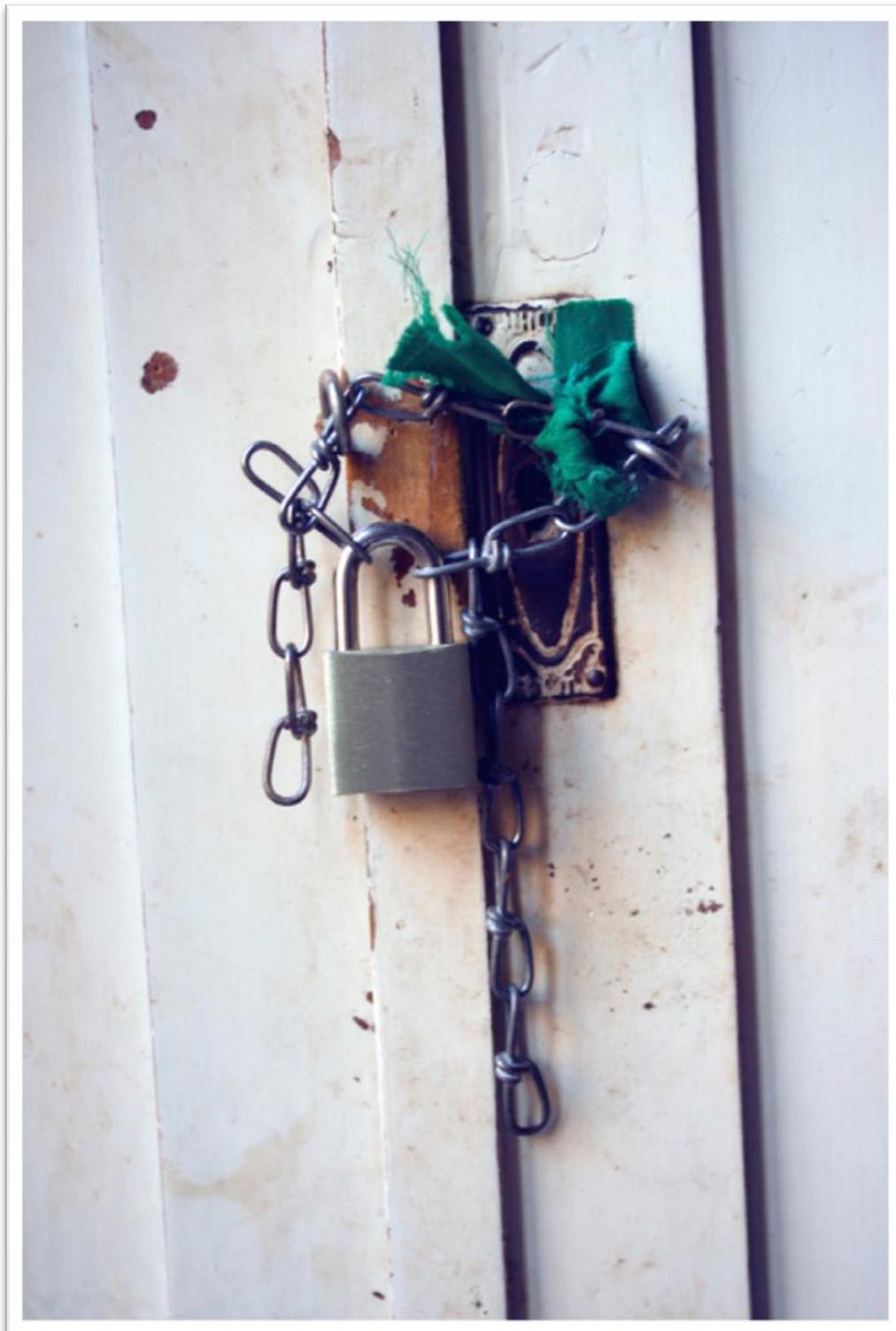


Figura 36: Detalhe do cadeado que fecha o armário de Doralice.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.



Figura 37: José Inácio se arruma para a fotografia. Percebe-se a chave carregada junto ao corpo.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

No bolso da camisa xadrez, no interior da caixa de sapatos gasta pelo tempo, no fundo do armário, atrás das velhas roupas desbotadas, há de estar algo próprio, um universo privado ainda preservado. Um espaço onde enfiar-se quando o espaço de convivência parecer demasiado estrangeiro.



Figura 38: João mostra a imagem de São Judas Tadeu, que carrega consigo no bolso da camisa.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Goffman (2003, p. 28) afirma que “um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o eu”, ou seja, as pessoas lançam mão de uma série de objetos selecionados que irá auxiliá-los a interferir sobre a aparência pessoal de modo que possuam controle sobre ela e sejam capazes de mostrar-se de um modo determinado. Assim, precisam de roupas, acessórios, cosméticos, utensílios, bem como de um local seguro para guardá-los, do mesmo modo que abriga a pessoa que os utiliza. Esse conjunto de itens relacionados ao *mise en scène*, o autor define como estojo de identidade, que no contexto do asilo estudado, pode ser pensado como um estojo de identidade mínima.

Com relação a isso, é interessante pensar como se dá a relação entre os moradores do Asylo – ambiente de convivência coletiva onde se compartilha o espaço, as rotinas – e os objetos, que possuem, muitas vezes, marcas de presença

e ausência de pessoas indeterminadas. Tais objetos, como mesas, cadeiras, camas e vestuário, salientam a sobreposição de camadas de um tempo que não é íntimo, mas compartilhado. Quem haveria sentado naquela poltrona, deitado naquela cama, usado aquela camisa ou preenchido aquele que hoje é o seu armário, e que coisas haveria guardado nele? Como se configura esse estojo mínimo em um espaço de características tão coletivas?

É importante destacar que o aspecto coletivo mencionado como característica da moradia compartilhada não pressupõe o compartilhamento de memórias pregressas ou a afinidade identitária; muitas vezes ocorre a convivência inevitável de pessoas anteriormente desconectadas entre si, que a partir da experiência asilar desenvolvem, ou não, laços afetivos por afinidade, o que em alguns casos equivale a reconstituir laços e atribuir aos afetos relações de parentesco. “É difícil a convivência, olha.” (IVONE, 08/12/2013).

A memória compartilhada em ambiente asilar é uma memória do cotidiano, prenhe de lembranças do passado e profícua em novas memórias de um presente compartilhado, uniforme e regrado. Aparentemente o espaço configura-se como uma instituição total, com aparência de hospital, um local que, nas palavras de Baudelaire se explica pela sensação de que “não há espaço para a intimidade”, pois não é sentido como refúgio simples e íntimo (BAUDELAIRE, apud BACHELARD, 2000, p. 47).

Contudo, mesmo seguindo o horário dos sinos para os principais eventos que marcam o dia – café da manhã, almoço e janta – cada um possui seu modo de estar. Por exemplo, os lugares são sempre os mesmos, ocupados por cada um nas mesas. Alguns trazem utensílios pessoais para as refeições, mas a maioria utiliza os copos e pratos plásticos da instituição. É nesses detalhes que é possível verificar a resistência em sucumbir ao cancelamento involuntário e à despersonalização abordados por Goffman (2003) com relação às instituições totais. A preservação de antigos hábitos, assim como proposto por Bergson (1999, p. 86) como memória-hábito, é uma forma de visualizar a presença da memória na manutenção das identidades.

Bachelard se refere a uma comunidade de objetos que se abrem, esvaziando-se de seu espaço de intimidade, que não podem ser comparados a joias comuns, mas aos tesouros de um poeta: “é no cofre que estão as coisas inesquecíveis; inesquecíveis para nós, mas também para aqueles a quem daremos os nossos

tesouros. O passado, o presente e o futuro nele se condensam.” (BACHELARD, 2000, p 97).

O autor destina ao armário um espaço de intimidade observado entre os moradores do Asylo, uma vez que o ambiente coletivo não possibilita locais de intimidade e seus armários parecem dilatar-se em possibilidades de segredos e tesouros pertinentes à memória individual e à própria identidade: “Todo poeta dos móveis – mesmo um poeta [...] sem móveis – sabe por instinto que o espaço interior do velho armário é profundo. O espaço interior do armário é um espaço de intimidade, um espaço que não se abre para qualquer um.” (BACHELARD, 2000, p.91). Enfim, nos parece que a relação temporal estabelecida no Asylo, onde tudo é compartilhado, possibilita a permeabilidade de diferentes pontos de toque temporais, sem que isso signifique, contudo, um compartilhamento de memórias ou de registros. Salienta-se a sobreposição de tempos e o esquecimento relacionado ao espaço e a tais objetos.

Assim, do mesmo modo que é possível considerar a memória enquanto potencial suporte da personalidade, tanto espaço quanto objetos que fizeram ou ainda fazem parte da vida das pessoas agem como suportes de memória e personalidade.

4. PATRIMÔNIO

A noção de “patrimônio”, originalmente associada a uma noção de “propriedade”, referia-se, no modo mais coloquial do termo, a um conjunto de bens que exerciam função estabilizadora no presente e transmissora em relação ao futuro. Diferentemente de uma concepção cristalizada sobre o patrimônio, este pode ser considerado em sua relação com o tempo.

Para Poulot “o patrimônio podia inscrever-se em uma relação com o tempo que não era a da história” (POULOT, 2009 p.27), pois o patrimônio não é o testemunho de um tempo cristalizado, isso seria história. O patrimônio exprime uma intenção, que lhe é atribuída socialmente, assim como os “Lieux de memoire” de Pierre Nora, que “são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais” (NORA, 1993 p. 21); é vivo, tal como a memória. Nesse sentido, ao invés de valor histórico ou artístico, o que vale é a anciandade do bem (idem, 2009 p.217), valor que inclui a passagem do tempo e suas marcas, a “pátina”, mas também a sua transformação a partir da “duração”, esta considerada no presente do expectador, portanto fruto ideológico presente da sobreposição de vários estratos temporais.

Percebe-se que um caráter eminentemente material marcou o início da história do patrimônio, que aconteceu a partir da necessidade de construção de uma identidade nacional própria, e não mais influenciada por modelos europeus, no caso brasileiro, e da monumentalização da França desfigurada pelas guerras. Os contextos políticos indicaram a necessidade da identificação de um patrimônio comum e, portanto, estabilizador da identidade cultural das nações. Pois, conforme Candau (2010, p.46), a memória assegura “não apenas o sentimento de continuidade pessoal, mas aquele de uma continuidade social” (ibidem).

Esses lugares de memória (idem, 1993), entendidos como patrimônio, possibilitam a continuidade de elementos históricos identificadores que a eles estão **amarrados**. Assim como os marcos sociais (HALBWACHS, 2004) que servem como referência às pessoas e possibilitam não apenas a ancoragem da memória, mas o sentimento de pertencimento. Percebe-se, com isso, que o patrimônio exerce função de coesão ao “autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado”, o que, segundo Halbwachs (1925 p. 130), é um processo coletivo de identificação que ocorre a partir de um sentimento de pertencimento, de adesão às memórias coletivas, e que garante a continuidade. Ou seja, só assumem um sentido

patrimonial ao fazerem sentido para as pessoas, devendo para isso compor parte da experiência social, da história dos grupos.

Assim, quando Alberti afirma que é importante não polarizar o discurso entre memórias oficiais e subterrâneas, a autora propõe, tal como Halbwachs (1925 p.7), que a memória coletiva deve ser pensada como produto de adesões e sentimentos de pertencimento aos grupos. Desse modo, assim como não há apenas uma memória, não há apenas um grupo social e, portanto, não é interessante falar em uma memória nacional, sobretudo em países como o Brasil, onde a diversidade étnica, racial, regional e religiosa produz um panorama de alta complexidade cultural e de interesses ideológicos. Pode-se afirmar que a partir da definição política desses “lugares de memória”, o patrimônio emerge como proteção ampla à cultura dos povos, às diversas manifestações e expressões artísticas, sociais, religiosas, étnicas, políticas, que, ao serem desenvolvidas em todos os tempos e em diferentes espaços, ganham o direito de não serem esquecidas.

A Declaração de Nara (ICOMOS, 1994. p.3), sobre a autenticidade, realizada no Japão em 1994, sugere, entre outras coisas, que mais fontes de informação sejam consideradas como autênticas, já que esse é um parâmetro para a definição, de modo tênue, do que é e do que não é considerado patrimônio. Seriam assim considerados suportes do patrimônio cultural, por exemplo, “as tradições e as técnicas”, “o espírito e o sentimento”, bem como “o uso e a função”, entre outros que não serão enumerados aqui. Destaca-se a imaterialidade das “amarrações” que fazemos com o passado.

A imaterialidade do patrimônio, que Tornatore (2010) chama de “espírito do patrimônio”, anima, de qualquer modo, a matéria que conserva os traços do passado. Mais do que indicar os vestígios de uma existência no passado, os bens entendidos como patrimônio, sejam eles materiais ou imateriais, são monumentos da memória e indicam uma presença do passado no presente (um passado que integra o presente).

Desse modo, a invenção do patrimônio como proposta de preservação da memória e da identidade dos povos, passa a ser também uma brecha para a introdução de elementos imateriais do patrimônio, o que irá realmente acontecer com a ampliação do conceito de cultura e com a participação da antropologia (Cf. GONÇALVES, 2003 p. 31) para a compreensão das diversidades culturais.

Com a ampliação dos campos de manifestação do patrimônio cultural, agora entendido como tangível e intangível, busca-se, como sugere Munjeri (2004), a convergência entre esses dois campos de força: “material e imaterial”. Antes de salientar a dicotomia, é importante perceber o patrimônio como um veículo de memória e de identidade, antes de tudo, um dispositivo ideológico, político e também educativo. Pois o patrimônio, que continua a ser entendido como herança, indica sempre uma sensação de pertencimento e uma ideologia engajada na direção da busca de direitos, mesmo que seja o direito de não silenciar, ou o direito de reconhecimento, característico do séc. XX.

No século XXI, a característica que nos parece evidente é a busca pelo reconhecimento e a projeção para o futuro, uma preocupação em produzir suportes e garantir registros de explicitação do presente para o futuro, que pode ser entendido como imediato. Como exemplo, podemos citar a utilização de uma gama variada de dispositivos de registro fotográfico na atualidade, nos quais se registra tudo o tempo todo, avaliam-se imediatamente as imagens e estas são ou não compartilhadas. Ou seja, além de ser possível realizar muitos registros, a partir de muitos recursos, também pode-se ter acesso à imagem e compartilhá-la com um número muito grande de pessoas e abrangência intercontinental.

Hartog (2006 p.262) fala de uma inflação do presente, fenômeno chamado pelo autor como “presentismo”. Candau fala de uma “inflação da memória” (CANDAU, 2010 p.44), evidenciada pelo fenômeno de patrimonialização excessiva e da obsessão identitária. O que surgiu como necessidade de preservação de um passado comum – no caso francês, especificamente voltado ao patrimônio edificado –, transformou-se em uma espécie de “devoção patrimonial” que gerou aquilo que Candau chama de “mnemotropismo”. Para o antropólogo, tal fenômeno seria reflexo da emergência da vítima, do essencialismo contemporâneo e do medo do vazio, pois onde não há memória não há identidade.

O patrimônio como aparelho ideológico (Idem p.43) é ferramenta de apropriação por parte de indivíduos e grupos em busca do direito de afirmação que estabilizaria o sentimento de pertencimento aos grupos. A memória expande sua função inicial como identificadora da nação e pode ser considerada sob o ponto de vista das fronteiras ou minorias, memórias dolorosas e memórias étnicas, que buscam o reconhecimento de traços e de sua continuidade no passado. Ou seja, as

memórias passam a ser atestados de identidade, e o tempo, um critério de avaliação da continuidade.

A partir disso, pode-se observar a manifestação de memórias em disputa. Memórias oficiais e memórias minoritárias surgem no centro de lutas pelo direito à diversidade. E a obsessão “identitária conduz a pensar um patrimônio contra o outro” (Idem, 2010 p.53). Sobre isso, Candau sinaliza o exercício de uma política da “justa memória” de Ricouer (2010) para o desenvolvimento de uma prática “que saberia manter o balanço entre o dever de memória e a necessidade do esquecimento”. (Idem p.54). Verena Alberti (1996), ao utilizar o termo “memórias em disputa” de Pollak (1989), fala das “armadilhas da memória ‘oficial’” e afirma que à medida que os grupos minoritários se organizam e têm sua memória reconhecida, estas passam a ser “oficiais” e que, portanto, o melhor é reduzir as polarizações entre “oficial” e “subterrâneo”. Nesse sentido, é importante pensar a multiplicidade de memórias coletivas no interior dos grupos sociais, pois, conforme salientou Pollak (1989, p.12), existem tantas memórias coletivas quanto unidades que compõem a sociedade.

4.1 PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA VINCULADA AOS AFETOS, UMA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA EM IDOSOS

Uma vez que o conceito de patrimônio esteja sempre sujeito ao imaginário e à expressão de uma pessoa ou um grupo de pessoas, os conceitos são sempre coletivos e integram um conjunto de preceitos sociais vivenciados de forma interacional. Mesmo quando sozinhos, não somos seres incomunicáveis, como é o caso do personagem do filme **O enigma de Kaspar Hauser**, já comentado, e compartilhamos valores de origem social. Toda posição que tomamos é reflexo, associação ou oposição a determinados valores. No entanto, com tudo isso, é possível pensar em uma categoria patrimonial relacionada aos afetos.

Ao afirmar que a categoria patrimônio está etimologicamente vinculada a uma noção de valor, já que as representações que se faz dela estão sempre associadas a herança, transmissão e tempo, pensar uma concepção de patrimônio na velhice pode assumir outros aspectos e exercer outras funções que não aquelas relacionadas a patrimônio financeiro, genético ou cultural. Nessa fase da vida em que e a perspectiva de futuro muda, é provável que os conceitos já tenham sido

testados, avaliados, e a prática tenha se convertido em determinada forma de ver e integrar o fluxo temporal.

Do mesmo modo que a atribuição de valores pode ser deslocada para outros elementos ou aspectos da vida que extrapolam o meramente material, é provável que o patrimônio nesse contexto se constitua de outro modo. Assim, pode-se inferir uma aproximação natural entre imaterialidade no campo patrimonial e imaterialidade com relação à vida individual.

Pode-se falar, nos termos de Riegl, de um valor rememorativo vinculado a monumentos não intencionais. Para Riegl (2008, p. 29), esses monumentos são aqueles que apresentam um valor histórico de caráter rememorativo e que, no entanto, não foram criados com intuito ou função rememorativa. Assim, o valor monumental é atribuído a *posteriori*, como é o caso de objetos com função rememorativa e historicidade. Objetos que assumem simbolicamente a posição de monumento de resistência ao esvaziamento. Propõe-se pensar a memória e os objetos de memória como monumento à personalidade, a favor da identidade pessoal, resistência contra o esquecimento e contra o silenciamento.

Opta-se por não usar a categoria patrimônio cultural, pois o desenvolvimento da pesquisa ressaltou a quase total ausência dessa categoria no imaginário investigado. Portanto, a categoria patrimônio que aqui se apresenta está estritamente vinculada aos afetos íntimos, individuais e familiares dos informantes.

Desse modo, o patrimônio pode ser também reivindicado como vínculo memorial, afetivo, em que as lembranças gravadas no passado sejam atualizadas a partir do trabalho de memória de modo que o reconhecimento se dê como forma de preservar a si próprios no presente. Desse modo, pode-se compreender o ato rememorativo a partir de uma ação em que se percebe a “lembrança como uma espécie de imagem e a recordação como uma empreitada de busca, coroada ou não pelo reconhecimento” (RICOUER, 2010, p. 135).

Na fala de Ivone, é clara a busca de uma definição de patrimônio a partir de uma análise da própria vida:

Antes eu trabalhei muito, mas só pensava em fazer um futuro, alguma coisa assim, dar uma resposta... Porque aí depende, né... Se é patrimônio histórico, se é financeiro... Eu, pra mim, o maior patrimônio do ser humano é a vida. Por isso que eu te falo que se alguém me dissesse que quando eu tinha vinte anos eu ia fazer sessenta, eu mudaria alguma coisa, porque eu acho que o maior patrimônio é a nossa vida. (Entrevista com Ivone, 23 out. 2012).

Além disso, destaca-se que a intenção de futuro, presente nas ações do passado, hoje é entendida com menor valor que no período ao qual se referia. Como é o caso de Ivone que, no momento da pesquisa, recorreu às suas memórias e atribuiu à própria vida um valor patrimonial. Tal fato só foi possível à medida que Ivone pôde realizar um trabalho de memória. Para Halbwachs, a memória é resultado de um trabalho que envolve “reconhecimento e localização” (2002, p.107). Para Bosi, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (2009, p.55).

Nesse caso, ao localizar-se nesse tempo linear ao qual chamamos “o presente da pesquisa”, Ivone já havia chegado em seu futuro. O futuro de Ivone era aquele no qual ela havia projetado suas expectativas, seu investimento laboral e afetivo. Essa escrita linear do tempo na memória autoriza a fala de Ivone como uma contribuição a partir das próprias experiências. Ao realizar esse trabalho de memória, Ivone desloca valores dos bens aos quais havia investido atenção durante a vida e realoca valores em memórias de experiências significativas na categoria que para ela tem o maior sentido patrimonial de todos: a vida como um canteiro de experiências e como um produto de escolhas.

Conforme dito antes, no grupo de idosos investigado, a categoria patrimônio está ligada a algo valioso, um valor atribuído com base nas experiências de vida e na própria lembrança de si. Algo que, registrado no tempo, reafirma a própria identidade. Observou-se que nesse caso o valor é atribuído às lembranças que envolvem as categorias família e casa.

Percebeu-se nos quartos visitados uma tentativa de “familiarizar” o canto que corresponde ao seu espaço íntimo no Asylo, local onde ficam a cama e o armário e alguns objetos pessoais, entre os quais as fotografias. A imagem que faz companhia silenciosa ao morador daquele canto do quarto amplia o espaço, carregando consigo lembranças de outros tempos e outros espaços que, de algum modo, vêm povoar o presente através da memória. Contudo, percebe-se, por outro lado, que a evocação de pessoas faltantes através da fotografia evidencia no presente um aspecto de ausência mais que de presença.

Por outro lado, destaca-se o aspecto “raro” de alguns poucos objetos preservados que, além de rememorativos, simbolizam um último elo físico em

relação ao passado, mesmo que absolutamente representacional e, portanto, da ordem do intangível. Embora se tratando de objetos tangíveis integrantes da cultura material, os mesmos são pessoais e íntimos e, portanto, resguardam apenas as pessoas com as quais se vinculam diariamente. Contudo, seu aspecto imaterial possibilita reflexões e auxilia no estudo sobre memória e identidade, por serem estes objetos que atuam como veículos de lembranças. Poderíamos falar de transmissores de lembranças do passado verso o presente, ou de *reminders*, nos termos de Ricouer. (2010, p. 55-56).

Desse modo, além de objetos de excepcional valor afetivo, esses elementos aglutinadores do tempo podem ser considerados, como Allan Radley (1994) propõe, objetos de uma coleção pessoal, de cunho biográfico. Não apenas pela característica material pela qual foram escolhidos, mas pelo fato de emanarem contemporaneamente a certeza de terem estado presentes em diversos estágios de vida da pessoa à qual, de algum modo, se assimilam. Allan Radley introduz o tema da memória como assunto de interesse científico não mais vinculado apenas a uma faculdade centrada no indivíduo e em seu psiquismo, mas considerando-a em seu sentido coletivo e de confluência social.

Radley, citando Bartlett, salienta o aspecto coletivo da memória ao dizer que esta não é um mecanismo de recuperação de informação armazenada, mas uma atividade construtiva onde há a união afirmativa de assuntos em estados passados por meio de um quadro de entendimento compartilhado (RADLEY, p. 46). Segundo o autor, Bartlett descreve a memória como “um ato construtivo ‘dentro da cabeça’ do indivíduo social”⁵³ (ibidem) entendida como o discurso que as pessoas mantêm sobre o seu passado. Radley afirma que a memória, enquanto objeto de estudo, deixa de ser um assunto pertinente exclusivamente às faculdades psicológicas, e passa a ser considerada sob seu aspecto social nas pesquisas.

Segundo o autor, “esse movimento, no entanto, ainda está aquém de abordar questões relativas à rememoração sobre um universo de coisas, de maneira tanto natural como produto de um esforço cultural, onde se concentra toda a memória como produto do discurso.”⁵⁴(ibidem). Para o autor, a esfera dos objetos materiais é ordenadora e afirma um senso de continuidade, além de agir como marcador das

⁵³ “as a constructive act ‘inside the head’ of the social individual”.

⁵⁴ “[...] this movement, however, still falls short of addressing questions relating to remembering in a world of things, both natural and products of cultural endeavor where it concentrates upon memory as a product of discourse

mudanças temporais (ibidem), pois muitos objetos evocam um senso de tempo e lugar, assim como, afirma Halbwachs, nossas lembranças se fixam em quadros sociais que servem como referência à identidade e auxiliam na reconstituição da imagem gravada como memória:

Há por um lado um quadro espacial, temporal, e, mais geralmente social. Esse conjunto de representações estáveis e dominantes nos permitem em efeito, finalmente, nos lembrar dos eventos essenciais de nosso passado.⁵⁵ (HALBWACHS, 2002, p.89).

Para Halbwachs (idem) os quadros da memória são como uma moldura que circunscreve a imagem/lembrança e pressupõe estabilidade e permanência das lembranças vinculadas a pontos de contato. A ausência de tais quadros acarretaria o desaparecimento ou a transformação das lembranças.

4.2 LEMBRANÇAS EM IMAGENS

“Eu fico sempre vendo as coisas na minha cabeça” afirma Polaca (22, mai. 2013) ao terminar de narrar uma de suas experiências. Para Halbwachs (1925, p.41), as memórias imagens são provenientes da experiência individual e estão ancoradas em marcos sociais de natureza coletiva. Segundo o autor, esses marcos podem ser suficientes para reconstruir as imagens, funcionando como índices.

Com relação à memória dos idosos pesquisados, a associação da memória com lembranças-imagem (RICOUER, 2010, p.61) e uma datação no tempo se faz mais no sentido da imagem que de uma data precisa. A análise das narrativas indica sempre o verbo como uma ação no passado, mas nem sempre é importante precisar há quanto tempo o evento da memória se deu. É sempre com um sentido de afirmação da existência de tal evento no conjunto da história pessoal que se dão as amarrações ao espaço⁵⁶. Nesse sentido, o corpo constitui o lugar privilegiado de discurso: o “aqui” de onde todas as coisas partem. Nesse ponto, “a simetria entre

⁵⁵ *Il y a d'une part un cadre spatial, temporel, et, plus généralement social. Cet ensemble de représentations stables et dominantes nous permet en effet, après coup, de nous rappeler à volonté les événements essentiels de notre passé.*

⁵⁶ Candau afirma que “uma história de vida consiste em dar uma **fisionomia** aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista **de sua identidade**.” (CANDAU, 2011, p. 101) (Grifos nossos). Note-se que os termos “fisionomia” e “de sua identidade” formam um texto à parte que reafirma a ideia de uma imagem/lembrança que integra e compõe a identidade por assimilação, assim como para Bergson (1999) a memória se dá de forma acumulativa. (BERGSON, op. cit. p. 178).

espacialidade e temporalidade é completa.” (RICOUER, 2010, p.59). O ato de habitar constitui a mais forte ligação entre o espaço e o tempo como ponto de apoio no registro das memórias, pois os lugares atuam como documentos das inscrições memoriais. Assim, as narrativas dos idosos quando fazem parte de voos ao passado são, como chama Ricouer (idem), declarativas, pois não se tratam de afecções, mas de um esforço que pressupõe uma reconstrução do passado no presente, a sua atualização feita a partir da imaginação, das lembranças/imagem, e de pontos de apoio que podem ser tanto espaciais como temporais, ou ambos, além de objetos particulares que desempenham a função de estabilidade e sincronismo temporal, participando dessa relação íntima com o tempo vivido pelo corpo⁵⁷.

É a representação presente de uma coisa ausente, *eikon*, herança grega situada em Ricouer (2010 p. 27) juntamente à *tupos* para falar da impressão das lembranças, da manifestação das mesmas com a ausência do objeto que as originou. O que seria a marca do sinete na cera usada para ilustrar a ideia de *eikon* em Platão, se não os registros afetivos gravados a ferro e fogo no coração do homem e armazenados na forma de imagens? Porque a memória é predominantemente visual, mesmo quando não se trate de fotografia. Lembramo-nos através de imagens ou de espaços mentais formulados através dos sentidos. Para Graeff (2005, p. 29), “basta afirmar que o pensamento humano não tem outro conteúdo senão imagens [...]” e o processo de imaginação está ancorado em sistemas de significação coletivos.

São as impressões sensíveis, tal como a imagem fotográfica, que possibilitam que pessoas, lembranças e lugares permaneçam vivos para aqueles a quem agregaram significância. Pois uma fotografia só conserva o aspecto de “vivacidade” de algo memorável quando se reconhece “a coisa” da memória a ser lembrada.

Um exemplo de atribuição rememorativa de um ausente é o valor dado à imagem fotográfica emoldurada da mãe morta pelo Sr. Ataltibanoé quando abordado sobre sua definição de patrimônio: “patrimônio a gente cuida, é uma coisa de valor, um quadro da mãe da gente na parede. Tu sabe que fica ali e não mexe, não pode mexer.” (Diário de campo, 06 nov. 2012).

⁵⁷ Cf. Bergson (1999, p. 178) fala de uma memória do corpo que é associada ao hábito e acessada de modo quase instantâneo. Além disso, afirma que o presente equivale à consciência que se tem do próprio corpo (BERGSON, 1999, p.162). O autor diz ainda: “o que chamo meu presente é minha atitude em face do futuro imediato, é minha ação iminente. Meu presente é, portanto, efetivamente sensório-motor. Do meu **passado** apenas se torna **imagem** e, portanto, **sensação** [...]” (op. cit., p. 164) (Grifos nossos).

4.3 RELICÁRIOS DA MEMÓRIA: A FOTOGRAFIA COMO FORMA DE ORAÇÃO

A preservação de objetos pessoais que acompanham e testemunham a presença da pessoa no tempo pode servir como artifício antiesquecimento, como resistência ao tempo que, conforme Aristóteles apud (RICOUER, p. 60), também “‘consome’ e ‘desfaz’”. Os objetos como suporte da memória pessoal, estreitamente vinculados à personalidade e à categoria identidade agem assim, como afirma Ricouer: “como a testemunha numa investigação policial, posso dizer sobre tais lugares que ‘eu estava lá’” (RICOUER, p.57).

A fotografia possibilita, em essência, a fixação da imagem no tempo como veículo de memórias a ela associadas. Assim, acredita-se que a fotografia, e o retrato em particular, possui a capacidade de “vivificar” ou manter viva a pessoa retratada, criando a sensação de acesso àquele momento particular de vida dessa pessoa. Conforme Dubois, “uma foto é sempre uma imagem mental”, e o equivalente visual exato da lembrança. O autor reforça: “em outras palavras, nossa memória só é feita de fotografias.” (DUBOIS, 2007, p. 314). Com a imagem, uma série de outras recordações são processadas e configuram um quadro geral de memórias, caracteristicamente visuais, que compõem um arcabouço sensível.

Dentre inúmeras possibilidades de suporte da memória, a fotografia parece ser o objeto por excelência a tornar material o instante intangível que se perde no tempo. A característica de registro da imagem fotográfica acentua a sua função rememorativa nesse ato de materialização do instante efêmero. A fotografia não atesta uma presença no mundo e não narra uma história com viés subjetivo, mesmo quando faz parte das escolhas subjetivas do fotógrafo. É capaz de declarar a presença através da sua capacidade intrínseca de apresentação que não forja, manipula ou recria a realidade, mas a toma e a reproduz conforme esta se apresenta. Conforme Barthes, “a essência da fotografia é ratificar aquilo que representa” (2010, p. 96), o que para o autor não significa que a fotografia seja capaz de restituir aquilo que se perdeu no tempo, mas a “fotografia tem algo a ver com a ressurreição [...], o real no estado passado: simultaneamente o passado e o real” (idem, p.93).

Contudo, qualquer objeto “eleito” pode cumprir a função rememorativa como suporte de memória, objetos nos quais a vida deixou seus registros de forma

simbólica e que só fazem sentido para a pessoa da memória que lhes atribui significado.

Para o idoso, a ideia de morte pode ser diferente daquela que circula entre os jovens, pois o modo de sentir o tempo é diferente. O idoso percorre longos períodos de ócio e rememoração do passado. Às vezes o retrato de um idoso revela um olhar vago, uma forma de morte que antecipa a morte. Outras vezes vê-se que o brilho das lembranças preserva frescor e ânimo, dando sentido ao presente, fortalecendo e enaltecendo as identidades. É interessante pensar nas relações que tais idosos estabelecem com a câmera fotográfica. Quais são seus interesses de registro fotográfico nessa fase da vida? O que retratam de si e do seu cotidiano? O que preservam em imagens? Tais questões não convergem em respostas, mas propõem uma viagem imaginativa no que seria o universo subjetivo do idoso nessa fase em que se evidencia a proximidade de encerramento de um ciclo.

Aqui, novamente, a noção de tempo é a de um tempo que se esvai, numa marcha que não permite regresso físico e cada momento conduz a esse “buraco negro” que aguarda a todos, sem exceção, no final da trajetória. É assim que o homem fecha os olhos e volta-se uma última vez para dentro de si mesmo, até que o desprendimento deste corpo seja fato, e a câmara, então vazia, deixe de ser câmara para integrar novamente o tempo através da dissolução da matéria. Com o sepultamento do corpo, surge a necessidade imperativa de preservação da vida esvaída em associação ao corpo. Com isso, uma busca memorial é acionada, e as lembranças tomam forma em relicários⁵⁸.

⁵⁸ Relicário é um objeto feito com o propósito de preservar, conservar, relíquias, pressupondo o isolamento de algo precioso em relação ao espaço de degradação de onde foi retirado.



Figura 39: Detalhe do relicário de Maria Laura. Ela pede que o rosto do filho seja evidenciado.
Fonte: Fotografia da autora, 2013.

Sendo assim, a fotografia pode ser um recurso potente para os idosos em suas inflexões sobre a vida numa fase, que subjetiva ou objetivamente, antecede a morte e salienta o escoamento no fluxo temporal. Pois a fotografia que caracteristicamente acompanha todas as fases de vida da pessoa, desde os primeiros registros neonatais, participa da inscrição íntima da história e das memórias da pessoa ao longo do tempo. Como se fosse possível através dela visualizar uma linha temporal delineada pelas alterações ocorridas com o transcorrer do tempo.

Conforme Dubois (2007, p. 61), a fotografia, antes de ser imagem tomada de alguém ou alguma coisa, “é, essencialmente, da ordem da impressão, do traço, da marca e do registro”, pertencendo, portanto, a uma categoria de signos. O signo, por sua vez, seria algo que substitui ou representa as coisas. Para que isso ocorra, devem ter sido associados a ele significados gerados em um trabalho de memórias que o identifica em relação a tais significados. Segundo Blikstein (1990, p. 20), “o signo seria, afinal, algo que substitui ou representa as coisas, isto é, a realidade”, algo que liga um conceito a uma imagem, o que também facilita a compreensão da fotografia como signo que permite a associação de um conteúdo à imagem representada.



Figura 40: Maria Laura se refere ao ângulo como “coração de mãe”, ou “dor de mãe”.
Fonte: Fotografia da autora, 2013.

Com isso a fotografia assume um duplo papel de apresentação e de representação das coisas ausentes, podendo ser ela própria um tipo de relicário. Acredita-se ser possível observar um testamento⁵⁹ feito na forma de relicários aos que momentaneamente continuam. De outro modo, pode-se pensar que a fotografia, além de um suporte material de fixação no tempo e um recurso catártico de projeção para o futuro, possa ser também uma forma de preencher os espaços vazios com uma espécie de súplica, que encontra na imagem cultuada seu lugar de catarse e consolo. Nesse caso, a imagem torna-se objeto de adoração, elo sagrado com o passado perdido.

⁵⁹ “A foto é, literalmente, uma emanção do referente. De um corpo real que estava ali, são partes das radiações que vem me tocar, eu que estou aqui” (DUBOIS, 2007, pg.60).



Figura 41: Detalhe do altar feito em homenagem ao filho.
Fonte: Fotografia da autora, 2013.

4.4 OBJETOS NARRATIVOS E VELHICE INSTITUCIONALIZADA, RELATIVIZANDO O CONCEITO DE PATRIMÔNIO.

Ao introduzir o tema patrimonial, Certeau (2009, p.190) refere-se a patrimônio como fantasma. O que Certeau evidencia é a presença cotidiana de elementos que comportam a memória no presente como fantasmas em interação com tantas outras experiências desencadeadas no mesmo espaço. Destaca-se em seu texto o aspecto intangível preservado a partir da cultura material. O autor afirma que as práticas patrimoniais estão sempre associadas a práticas de colecionismo, e as políticas museológicas à ideia de “tesouros”. Desse modo, o autor salienta a questão do valor subjetivo agregado aos objetos que se busca preservar do desaparecimento. Com relação à atribuição de valor aos bens, Certeau chama atenção para a tendência das práticas patrimoniais em adotar critérios de seleção pautados na excepcionalidade do bem:

A arte popular só é exaltada quando se trata de um passado longínquo que passou a ser objeto de curiosidade. Por que esta estima desmorona uma vez que se trata de trabalhadores ou de comerciantes vivos, como se eles fossem menos criativos que outrora, ou como se os promotores e os funcionários dessem prova hoje de uma inventividade fora do comum? (CERTEAU, 2009 p.198).

Pensar a expressão humana é considerar uma variedade de manifestações e modos de estar no mundo que pressupõe uma infinidade de universos a ser preservados. Antes de dedicar-se à criação de uma espécie de Arca de Noé, as políticas patrimoniais possuem a missão de identificar os bens de relevância dos diversos grupos sociais e selecionar aqueles bens cujas características representem algum tipo de valor: ambiental, identitário, histórico, cultural, considerados representativos sob o ponto de vista narrativo e seu potencial rememorativo.

Assim, o patrimônio é, grosso modo, uma forma de colecionismo mundial que fornece mostras da expressão humana e de suas coleções individuais ou grupais em sua significância e amplitude social.

Segundo Debary e Turgeon, por exemplo, “As políticas patrimoniais visam formas de afirmação identitária, ou de autonomia, reconstruindo e expondo um

passado”⁶⁰ (2007, p.6). É nesse sentido que a cultura material expressa através de coleções íntimas ou do tipo museológico exercem função afirmativa ao atestar um duplo temporal: presente e passado justapostos e impregnados nos objetos que podem ser lidos como parte da memória e narrar uma história no presente.

É comum associar objetos a pessoas, lugares, viagens, períodos, com o propósito tácito de preservar parte da experiência, como se cada novo contato com o objeto se caracterizasse por um trabalho de memória que aciona uma espécie de filme memorial arquivado.

Ao pensar os objetos como potenciais evocadores de lembranças, Alan Radley considera-os como pontos de contato com as lembranças vividas pela pessoa no processo de constituição de memórias. O autor afirma ainda que é incorreto entender a memória apenas como uma ordenação cognitiva neutra ou passiva dos objetos, pois: “o que e como nós lembramos também são objetivados em formas materiais que, por vezes, são dispostas de modo a incorporar ou balizar o significado dos objetos”⁶¹ (RADLEY, 1994, p.47).

Para dar continuidade ao argumento, o autor afirma ser necessário avaliar o lugar dos artefatos na vida social, assim como indicar como, especificamente, eles estão implicados no modo como as pessoas consideram o seu passado individual e coletivo: “Em um nível mundano, muitos objetos do mundo cotidiano são inseparáveis da memória” (ibidem)⁶². Um bom exemplo são as próprias fotografias ou outros objetos representativos de eventos específicos, como: uma aliança de matrimônio, um sapato de bebê, o presente preservado de um aniversário de 15 anos.

Tais objetos de caráter pessoal ligam-se diretamente à noção de pessoa e à constituição da própria identidade através do tempo, acrescentando significado e incorporando ao objeto as marcas desse tempo que transcorre. Por outro lado, é possível averiguar a constituição de uma coleção de objetos que formam uma narrativa de função estabilizadora (Cf HALBWACHS, 2004, p. 125), à medida que preserva também a identidade. Com relação a isso, Radley afirma: “um estudo de objetos pessoais mostra, como era de se esperar, que os objetos são usados para

⁶⁰ “*Les politiques patrimoniales visent des forms d’affirmation identitaire, voire d’autonomie autochtone, en reconstruisant et en exposant un passé.*”

⁶¹ “[...] *how and what we remember is also objectified in material forms which are sometimes [...] arranged to embody categories and thereby mark out the object’s significance.*”

⁶² “*At a mundane level, many objects in the everyday world are inextricably tied up with memory.*”

estabelecer uma ligação com o passado que ajuda a sustentar a identidade e que estes aumentam à medida que os indivíduos se tornam mais velhos.”⁶³ (RADLEY,1994 p.47). De fato, pessoas desprovidas de objetos pessoais significativos sob o ponto de vista afetivo e temporal demonstram uma ausência de traços que as autodefinam.

Por outro lado, é possível observar pessoas que buscam vestígios e marcas singulares na função de habitar e transformam seus cantos de intimidade (BACHELARD, 2000, p.145) – aqueles ângulos reduzidos na dimensão íntima do sonho, sob medida para as necessidades individuais de recolhimento – em verdadeiros universos reduzidos, almanaques de elementos dissociados do seu cotidiano, que passam a incorporá-los como acervos de curiosidades, quiçá de memórias não vividas.

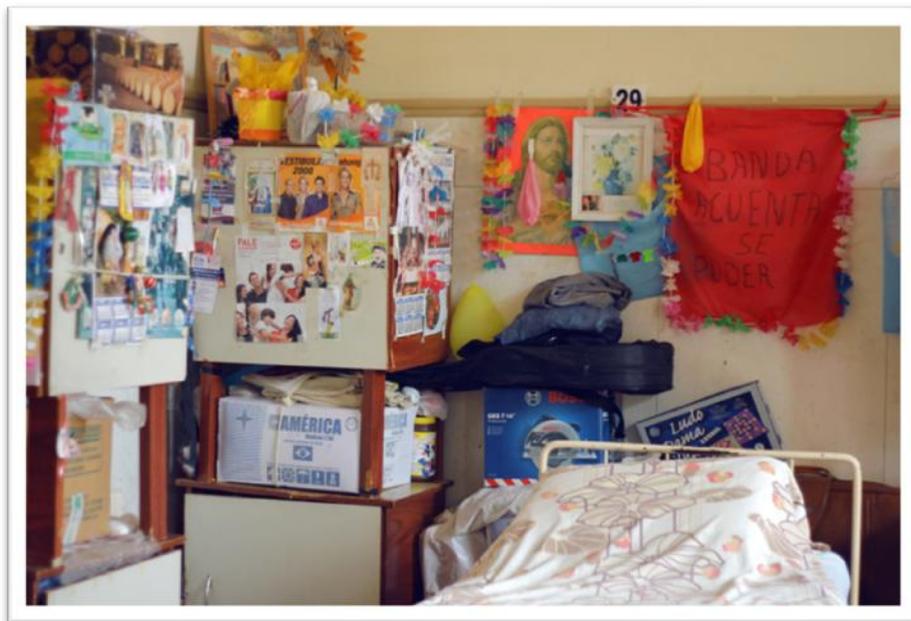


Figura 42: Ângulo do quarto de Sr. João. A partir da prática de colecionismo, ele reinventa seu ambiente.

Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Esse é o caso do canto do seu João, como já comentado, que apresenta uma variedade assombrosa de elementos provenientes de diversas fontes e mantém a característica clara do colecionismo individual: uma vela de dois anos nunca acesa, capas de revistas, recortes sobre animais, faixas, caixas, malas, um instrumento

⁶³ “[...] a study of people's personal possessions shows, as would be expected, that objects are used to establish a link with the past which helps to sustain identity and that this increases as individuals become older”.

musical, fotografias de revista, balões murchos, a caixa de uma serra circular, colares havaianos, calendários de anos passados, enfim, um inventário de elementos que compõem o espaço e inventam uma estória que preenche lacunas de um tempo não construído, o tempo ocioso da instituição, da difícil comunicação, da solidão e, portanto, do esquecimento.

Walter Benjamin (1993) define o colecionismo como uma relação com as coisas que envolve ordem e desordem. Pois, mesmo seguido de critérios de ordenação, o colecionismo confina sempre o caos. Compreende-se a fala do autor ao estabelecer que o objeto das coleções nunca é o objeto em si, mas a sensação de poder envolvida no gesto. O poder de possuir coisas que estão diretamente associadas à memória. Assim, o poder de preservar próximos os objetos de memórias condensadas nos objetos. Com relação à existência do colecionador, Benjamin afirma que esta está relacionada à propriedade:

a uma relação com as coisas que não põe em destaque o seu valor funcional ou utilitário, a sua serventia, mas que as estuda e as ama como o palco, como o cenário de seu destino. [...] Tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences. (BENJAMIN, 1993, p. 228.).

No quarto do Sr. João, não é apenas o produto do colecionismo que chama a atenção. Destaca-se a maneira de comunicação criada pelo Sr. João, quase sem visão e sem fala, e a sua necessidade de apreensão do espaço. É, desse modo, nas palavras de Benjamin, a criação de um palco que se torna alicerce e o projeta em um destino menos desconhecido. A criação de um universo paralelo quase onírico faz pensar na lista de classificação de animais do “Empório Celestial de conhecimentos benévolos”, de Jorge Luis Borges, citado por Izquierdo (1988, p. 93).

Radley fala do “desenraizamento” dos objetos (1994, p.50) para fins de uma rememoração que chamamos aqui de ilustrativa, como é o caso dos museus, mas não apenas:

Não apenas o artefato, mas a pessoa tem sido deslocada [...] os idosos estão sendo removidos do local central de ação socioeconômico da cultura. Esse “sentido de passado” é revelado através de esforços para evocar também um senso de continuidade, apesar de uma discreta ruptura, com o que foi antes. (RADLEY, 1994, p. 51)⁶⁴.

⁶⁴*Not only the artefact but the person has been displaced [...] the elderly being removed from the centre of the socioeconomic stage of their culture. This ‘sense of the past’ is revealed through efforts to evoke either a sense of continuity with a discrete break from what has gone before.*

Assim, antes de dispor memórias e objetos enquanto exemplares de um passado a ser visitado, acredita-se que a função da memória seja mais bem exercida na prática em que se desenvolve e cumprindo a função primordial de suporte de identidade. Halbwachs atribui ao espaço⁶⁵ e aos objetos materiais de convívio diário uma função estabilizadora. O autor associa os objetos do cotidiano a uma “imagem de permanência e estabilidade” (HALBWACHS, 2006, p.157). Ou seja, o espaço no qual se vive e os objetos que escolhemos, materiais que elegemos e preservamos no cotidiano servem como testemunhas da existência do tempo. Quase como um atestado de presença inculcado nas marcas de passagem temporal.

A expressão “desenraizamento”, abordada por Radley, elucida a função identitária da memória associada aos objetos, aos lugares e até mesmo às pessoas, constrictas ao deslocamento do contexto que as identifica como pessoa. Com relação aos idosos pesquisados, a questão do “desenraizamento” é evidente como marca presente à qual muitos resistem de maneira opositiva no presente, tendo como referencial o passado onde se localizam as lembranças construídas de si, de suas famílias, de suas casas e de suas peripécias enquanto atores sociais. Outros, entretanto, deixam-se levar sem expressão e sem interesse aparente pelo passado ou pelo futuro, concentrando-se no presente das meras sucessões cotidianas, regradas pela instituição na qual residem.

Esses objetos e memórias assumem posturas afetivas “em volta de nós como uma sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos” (RADLEY, 2006, p.158). Eles são, na maioria das vezes, o único vínculo com o passado que caracteriza geralmente o momento prazeroso da vida e até mesmo o momento de liberdade, já que, na maior parte dos casos, o idoso relaciona o Asylo como um local quase hermético. Para um: “parece um mosteiro, não gosto de ficar preso.” (GARCIA, 16 out, 2012). Para outro: “Eu não posso sair. O Asylo prende a gente” (GONÇALVES, 02 out. 2012).

Desse modo, é possível pensar em tais objetos como uma coleção mínima individual, que caracteriza o seu maior patrimônio simbólico ao desempenhar uma

⁶⁵Cf. Bergson (1999, p.169) onde o autor afirma que o espaço funciona como um **esquema** para o futuro próximo: “e como esse futuro deve escoar-se indefinidamente, o espaço que o simboliza tem a propriedade de permanecer, em sua imobilidade [...]” (Grifo nosso).

função altamente afetiva, compartilhada por poucos e de preservação da própria identidade. Tedesco denomina esses objetos biográficos como “testemunhos de passado vivido” (2001, p. 37) e afirma que “valores sentimentais estão unidos à memória” ligada a uma figura familiar, “e perdem sua razão se desvinculados de seus possuidores” (idem, p. 37). Para o autor, esses vestígios agem como subterfúgios contra a desfiguração social dos velhos: “contra as fortes alterações do novo, do presente sobre o passado e do futuro sobre o presente.” (ibidem.).

Assim, no contexto da pesquisa com idosos, seus objetos e lugares de memória, que chamamos de coleções mínimas, constituem o seu maior patrimônio simbólico e desempenham uma função altamente afetiva, compartilhada com poucos. Nesse contexto, opta-se por chamar de personalidade, ao invés de identidade, a preservação de si próprios nos pequenos traços distintivos cotidianos.

Não se trata aqui de investigar de que maneiras essas identidades estão ancoradas de forma coletiva, mas sim, do que se preserva e do que se manifesta na forma de personalidade como resistência ao caráter híbrido e alienador das instituições totais.

5. FOTOGRAFIAS PRESERVADAS DE SI, OU MEMÓRIAS DE SI

Conforme Benjamim (1993, p.239), “Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava”. Desse modo, as fotografias ocupam lugar privilegiado por oferecer materialidade às imagens, elas mesmas índices de eventos passados nesse caso.

Uma fotografia do passado nunca vista antes pode descortinar uma parte da história pessoal de um passado que não existiu até o momento, tamanho é o poder da fotografia para reavivar a memória, ou, mesmo que não gere lembrança para compor/forjar ou acrescentar imagetivamente às falhas da memória. Dos treze moradores entrevistados, apenas seis possuíam fotografias pessoais: Ivone, José Garcia, Polaca, Lamartine, Maria Laura e Rosalvo.

Ivone carregou de sua última casa uma caixa de papelão com uma seleção de fotos da família onde apresenta a si própria em diversas fases de vida. O Sr. José Garcia possui uma série de fotos expostas sobre a parede do quarto, inclusive junto aos protagonistas da minissérie global “A casa das sete mulheres”, filmada na Charqueada São João, do seu “sobrinho”, filho do seu antigo benfeitor e que se responsabiliza pela internação do mesmo no Asylo. Mas a predileção de Garcia pelas fotos em pose vai além da intenção de ser fotografado com alguém famoso, pois este senhor possui o hábito de pedir a todos os que convivem com ele no Asylo e em todas as ocasiões festivas um momento para uma foto em pose que também será fixada no mural improvisado em papelão.

Num primeiro momento, Ivone afirma: “tenho horror de foto”, (IVONE. 23, out. 2012), mas se refere ao sentimento que experimenta quando é fotografada, e complementa que se acha muito feia. Já o Sr. Garcia aprecia o ato fotográfico como registro e não perde nenhuma oportunidade, seu gesto é o de festejar os momentos através do retrato. Percebe-se em ambos os casos uma associação entre fotografia e registro do tempo através da imagem.

Dona Maria Laura possui poucas fotos, marcadas fortemente pelo gesto da seleção e da salvaguarda: a foto de seu casamento, a foto do filho, a foto dos pais, todos falecidos, com exceção dela, em uma composição sob o vidro de um porta-retratos de parede. São índices, remanescentes de uma enchente que a mesma sofreu. “Com a enchente que houve lá no Capão do Leão, que foi horrível, eu só

consegui salvar os retratos do meu pai e de minha mãe [...], o resto mais, tudo veio a baixo” (MARIA LAURA, 19 set. 2012).

Os demais possuem geralmente uma foto de si. Deolinda e Rosalvo, por exemplo, possuíam apenas uma e duas fotos, respectivamente, ambas feitas em ambiente asilar em companhia de amigos já falecidos, fotos que igualmente foram guardadas com carinho em caixas de papelão entre seus singelos objetos de estima. O Sr. Lamartine, não possuía nenhuma foto consigo quando foi abordado, mas pediu à filha que trouxesse uma fotografia onde ele aparece sentado no terraço do seu estimado Hotel Goa, e fez questão de mostrar que ao fundo se percebe a cúpula do Grande Hotel.

De todos os entrevistados, apenas quatro possuíam fotos do período anterior à moradia no Asylo: Ivone, Maria Laura, Sr. Garcia e Lamartine. E dessas fotos, apenas três eram em ambiente da cidade de Pelotas. Ivone, na Praia do Laranjal e na Praça Coronel Pedro Osório; Lamartine, nas imediações da referida praça; e o Sr. Garcia, na Charqueada São João. Apenas três possuem memórias vinculadas a pontos patrimoniais da cidade. Dois relacionam o registro fotográfico como garantia de duração no futuro e um relaciona a filmagem como capaz de maior alcance visível sobre as pessoas.

5.1 O TEMPO E A INVENÇÃO DA NARRATIVA

As narrativas são ações de contar histórias, onde um narrador e um receptor trocam informações a respeito de algo que está ancorado no tempo e no espaço. Desse modo, a narrativa pode ser compreendida como um instrumento humano de transmissão organizado na forma temporal. Assim, a partir dessa ação humana de narrar as próprias experiências ou aquelas ouvidas de outros, é possível criar um avatar (versão virtual) do tempo, pois o que passa é o presente e “o presente não tem extensão” (RICOUER, 1994 p.30).

Ricoeur (idem), ao citar Santo Agostinho, afirma que a divisão passado, presente e futuro na verdade não passa uma tentativa de situar a experiência, posto que o passado não existe, o presente irá passar e o futuro é incerto:

[...] **é quando ele passa que medimos o tempo**; não o futuro que não é, não o passado que não é mais, nem o presente que não tem extensão, mas ‘os tempos que passam’. É na própria passagem, no trânsito, que é preciso

buscar ao mesmo tempo a multiplicidade do presente e seu dilaceramento. (AGOSTINHO *apud* RICOUER, p. 35) (Grifo nosso).

Apesar de dinâmico, o tempo não tem espaço. Sendo assim, conforme Santo Agostinho, “o que não tem espaço, **nós não medimos**” (AGOSTINHO *apud* RICOUER, p. 31) (Grifo nosso).

Ricouer salienta ainda a problemática que circunda a classificação do tempo de modo fixo, como um elemento exterior à experiência, o que na visão Aristotélica, citada por Ricouer, indica que não são “os tempos futuros, nem os passados, nem os presentes, nem os que passam, que medimos” (ARISTÓTELES *apud* RICOUER, 1994. p. 36). Para o filósofo, é a partir da experiência e dos registros, “impressão (*affectio*) produzida no espírito pelas coisas que passam” (Idem) na alma, que é possível apreender o tempo.

Não por acaso, Aristóteles fala de “*affectio*”, que pode ser entendido como “afeição e desejo de reter algo”, porque é através dos sentidos que gravamos nossas memórias, as emoções determinam a gravação em nível químico e emocional. Assim sendo, Aristóteles fala de um tempo que é percebido em nós mesmos, o tempo vivido, pois “o que mais amou um dia recordará” (HALBWACHS, 2006 p.35).

Assim, o tempo presente poderia ser entendido como o não lugar onde é possível verificar ressonâncias do passado vivido, bem como sonhos e projetos para o futuro. Nesse sentido, o tempo estaria condensado na forma de contínuo presente, e o presente seria entendido como avatar de memórias, ações e sonhos. Para a pesquisadora em educação Lídia Cavalcante, a categoria tempo é “algo que transcende a preservação da sequência dos fatos vividos pelos sujeitos.” (CAVALCANTE, 2004. p. 62).

Para Agostinho, o futuro está no presente como porvir, como espera (AGOSTINHO *apud* RICOUER, 1994. p.27). Para o autor há “três modos de tempo, e não os vejo alhures [...] o presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão [...], o presente do futuro é espera” (p.28). O futuro nunca chega, pois quando afirmamos “já”, “o que já é não é futuro, mas presente”, ou “já” pode ser entendido como signo, assim “o futuro já é ‘dito antecipadamente’.” (idem p.29).

Não há, portanto, segundo os autores, uma divisão física possível do tempo; o que ocorre é uma sistematização da experiência humana na forma de narrativa. E por isso é possível identificar o tempo como um produto humano. É nesse sentido de

interpretação do tempo como produto humano que é possível identificar uma variedade de suportes de registro nos quais o homem marca suas experiências, aquilo que podemos chamar de memória e que vai sendo alterada à medida que novas experiências ocorrem, já que não há tempo fixo, não há memória cristalizada, pois memória e tempo constituem-se um ao outro a partir da ação.

A afirmação de Ricouer corrobora o que foi dito antes, ao evidenciar o tempo como produto humano, estruturado de modo a possibilitar uma narrativa da experiência: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.” (RICOUER, 1994. p. 15).

Assim, como afirma Barthes, é a partir da

[...] descrição estrutural de uma ilusão cronológica; é a lógica narrativa a dar conta do tempo narrativo. Ou, dito de outro modo, a temporalidade não é nada além de uma classe estrutural da narrativa, como linguagem, [...] o tempo não existe a não ser como sistema, do ponto de vista da narrativa, aquilo que chamamos de tempo não existe, ou pelo menos não existe a não ser de modo funcional, como elemento de um sistema semiótico: o tempo não pertence ao discurso propriamente dito, mas ao referente [...]. (BARTHES, 1966. p.12)⁶⁶.

Barthes também fala da necessidade da presença de um narrador e de um leitor ou ouvinte para que exista a narrativa, ou seja, as narrativas acontecem sempre a partir de um “*donateur*” e de um “*destinataire*”, o que determina a narrativa como uma “grande função de troca” (idem, p.18).

Através das narrativas, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso e jogam com a cadeia de acontecimentos que constrói a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (BAUER; GASKELL, 2002. p.91).

A história de vida de cada pessoa faz parte de um acervo cultural amplo que integra acontecimentos aparentemente “micro” de um universo abrangente. Essas

⁶⁶ [...] *la description structurale d'illusion chronologique; c'est à la logique narrative à rendre compte du temps narrative. On pourrait dire d'une autre façon que la temporalité n'est qu'une classe structurelle du récit, [...] le temps n'existe que sous forme de système du point de vue du récit, ce que nous appelons le temps n'existe pas, ou du moins n'existe que fonctionnellement, comme élément d'un système sémiotique: le temps n'appartient pas au discours proprement dit, mais au referent [...]* Barthes (1966. p.12).

narrativas, quando recuperadas, buscadas e transcritas se transformam em informação, em registro, garantindo que indivíduos e comunidades reafirmem sua história, sua presença no mundo. A memória de cada um é o ponto de partida para a constituição de acervos históricos antes esquecidos, negligenciados pela chamada história “oficial”.

Segundo Cavalcanti, “estamos lidando com recordações em primeira instância individuais, por meio dos depoimentos, no trabalho com os narradores.” (2004 p.54). Entretanto, segundo Halbwachs (2002 p. 6), tais memórias só são acessadas nas relações sociais. Igualmente, toda e qualquer memória é carregada individualmente por cada um, mas é a interação, a necessidade de responder ao outro, ou a ideia de que se precisará responder ao outro, ou seja, durante a busca de ancoragens de identidade, no confronto com o outro, que a memória vem à tona. Para Halbwachs (idem), não importa onde as memórias estão localizadas no cérebro, ou no espírito humano, importa que elas serão evocadas no contexto das relações humanas. É a sensação de partilhar pontos de vista do grupo que faz com que haja um sentimento de pertencimento a um grupo, ou a mais de um.

5.2 OS VALOROSOS

[...] a narrativa pode ser suporte para a linguagem articulada, oral, ou escrita, para a imagem, fixa, ou móvel, para o gesto e para a mistura ordenada de todas as substâncias, ela está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, epopeia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura, [...] vitrais, cinema, histórias em quadrinho, notícias, conversação. (BARTHES, 1966. p.1)⁶⁷

O tempo passado que não passou de todo; o tempo presente que não se controla, contemporaneamente ao ato de estar no presente; o futuro que tanto é contemporâneo ao presente quanto foi projetado do passado enquanto expectativa, são modos de interpretar e organizar os eventos de maneira cronológica conforme uma concepção histórica. A memória é de outra ordem. Embora possa ser situada de acordo com essas modalidades temporais do tipo histórico, conserva sua característica dinâmica.

⁶⁷ [...] *le récit peut être supporte par le langage articule, oral, ou écrit, par l’image, fixe ou mobile, par le geste et par le mélange ordonné de toutes ces substances, il est présent dans le mythe, la légende, la fable, le conte, la nouvelle, l’épopée, l’histoire, la tragédie, le drame, la comédie, la pantomime, le tableau peint,[...] le vitrail, le cinéma, les comisc, le fait divers, la conversation.*

A narrativa por si própria obedece a um critério temporal de contato, descrição e projeção para o futuro do objeto narrado (transmissão). Nesse esquema, registra-se um fluxo mais ou menos ordenado de eventos, que se poderiam chamar de históricos, uma vez que o cotidiano é história num fluxo contínuo do presente das ações, mas que sempre será compreendida como marca de um tempo que já não existe mais.

É também nesse fluxo contínuo de presentes que, segundo Bergson (1999), passado e futuro se configuram, e é nessa divisão que se pode compreender a lembrança e a oralidade como ferramentas para burlar a morte. Morte esta muito ligada ao fluxo do tempo e às fases de vida. É também no campo das representações que a lembrança assume contornos imagéticos. A imagem selecionada da lembrança dentro do quadro geral das lembranças é reforçada e transmitida pela oralidade. Através da lembrança, expressa na oralidade, pode-se projetar o passado em direção ao futuro, salvando-o de um esquecimento associado à morte.

Mas, é também nessa evocação de um tempo pretérito prazeroso, eleito, que se suspende simbolicamente o tempo presente numa tentativa de preservação de si próprio. Assim, o tempo vivido é o tempo passado das lembranças, tempo de uma época boa que se mantém viva no ato de relembrar. As memórias de idosos podem ser comparadas a pequenas caixas de estampa antiga, com publicidades de época, enfeitadas com fitas em *petit pois*, cheiro de papel amarelado, e armazenadas com cuidado, em lugares de afeto nada empoeirados. Revisitados no presente com muita intensidade, esses relicários de tempos idos são não apenas uma forma de resistência ao presente, simbolicamente nulo, mas também uma esperança de futuro que burla a ideia de morte anunciada pelo envelhecimento. Uma morte que se dá em vida quando do aniquilamento da identidade do sujeito envelhecido por uma sociedade altamente mecanicista, quantitativa e materialista, que configura a cultura contemporânea do descartável.

Para Walter Benjamin (1996), a narrativa é marcada pela subjetividade de seu narrador seja a partir de suas vivências, seja a partir de experiências que presenciou. E é na proximidade da morte do narrador que lhe é atribuída toda a autoridade diante dos vivos ao seu redor. Autoridade que estaria na base da boa narrativa, autoridade para preservar, ao transmitir, o arcabouço de lembranças das quais é depositário:

A narrativa, que durante muito tempo floresceu num meio de arteção [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. (BENJAMIN, 1996, p. 205).

Percebeu-se que, pelas narrativas orais, os idosos que participaram desta pesquisa reinventaram a si próprios. Além da função natural de narrador, incorporaram às suas personalidades elementos identitários de resistência à invisibilidade. A possibilidade de escuta, indiferente ao tema, possibilitou ao idoso subir no palco imaginário da própria história e remontar a si próprio a partir de eventos selecionados e destacados do ponto de vista afetivo. Surgem narrativas que, à luz das memórias de um passado áureo, assumem contornos de feitos homéricos. Para além do abandono e do inventário de perdas individuais, aparece o personagem que sente prazer ao narrar os períodos do passado como os melhores momentos.

5.3 FOTOGRAFIA: ENSAIOS E REGISTROS

Durante os registros fotográficos que se configuraram na forma de ensaios espontâneos ou encomendas de retratos, a melhor luz, tanto para a fotografia quanto para a filmagem, é aquela natural, que adentra o espaço através da janela. E não por acaso essa luz que vem de fora pousa e ilumina o personagem da foto destacando-o em relação ao fundo escuro do segundo plano. É nesse caráter simbólico da técnica que é possível focalizar pessoas esquecidas e espaços velados a partir de um olhar que ilumina e convoca as memórias a se apresentarem.

Percebeu-se que o ato fotográfico introduzido ao registrar os idosos junto de suas fotos ou objetos de memórias transformou-se no principal elemento motivacional para alguns, enquanto para outros era a conversa e a narrativa de suas histórias, ou ainda o registro em audiovisual que possibilitava a visualização dos gestos, como um espelho ampliado em outra dimensão perceptiva de si próprios. Ressalta-se que a proposta do retrato como forma simbólica de valorização dos moradores do Asylo em confronto com a situação de esquecimento associada aos asilos em geral, foi aceita de maneira surpreendente. Antes de ser um método de registro, tanto a fotografia quanto o audiovisual foram apropriados pelos informantes como um modo de *mise en scène* e um espelho, pois cada encontro produzia um

“ensaio” no qual o morador se apresentava, selecionava suas imagens e solicitava uma cópia impressa, gerando assim um acervo pessoal de imagens que antes não possuía. Com isso, não apenas as narrativas são importantes, mas também as ações e reações dos participantes diante da figura intrusa do pesquisador e seu equipamento.

A lente da câmera fotográfica, que em certa medida filtrava os olhares e estabelecia uma ponte entre o olhar do operador da câmera e o olhar que se apresentava, transformou-se em objeto de fetiche. Ao final de cada encontro os participantes pediam para ver as gravações e se emocionavam, felizes ao reconhecer a si próprios tanto na fotografia, quanto no audiovisual. Contudo, o audiovisual conferia maior dinamismo e realismo aos registros. Aparentemente, os idosos sentiam nesse processo uma forma de reconhecimento e de valorização⁶⁸, mas também um recurso de visibilidade, por torná-los visíveis a si mesmos sob outro ponto de vista que não o espelho do banheiro coletivo e, ao mesmo tempo, com a expectativa de tornarem-se visíveis para além do ambiente circunscrito do Asylo.



Figura 43: O Sr. João gesticula com o seu violão invisível. Gesto sempre presente.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

⁶⁸ Segundo Bosi, receber a atenção do outro e ter a “agradável sensação de ser ouvido” humaniza o presente e supera o exercício de rememoração (2009, p. 82).

Acredita-se que a encomenda de retratos seja um gesto a favor da preservação e uma maneira de manter-se vinculado com o lado de fora da instituição: “Minha filha, eu quero que tu faça um retrato meu pra eu mandar pra minha sobrinha, mas um retrato de corpo inteiro, porque aquele outro ficou muito feio” (DORALICE. 18 set, 2012). E num outro momento: “Ô, minha filha, eu queria que tu faça um retrato meu pra eu mandar pra minha sobrinha porque aquele outro eu guardei no armário e elas andaram arrumando aí e sumiram com ele.” (DORALICE. 25 set, 2012). Percebe-se na fala uma necessidade de manter contato, o desejo de continuar sendo retratado apesar de esboçar descontentamento com a imagem proveniente do retrato anterior. Além disso, Doralice projeta no retrato, como presente à sobrinha que não vem lhe visitar, uma função de mensageiro capaz de dizer: me veja, ainda estou aqui.

O homem que percebe a si próprio como um ser finito, fadado ao desaparecimento, como uma imagem que se cancela da memória com o passar do tempo, esse homem de existência efêmera e casca frágil, busca justamente na imagem uma forma de fixação no tempo e no espaço. É assim que a fotografia surge para a manifestação de sua presença no mundo, ao ratificar a existência do retratado, ao autenticar o momento vivido como real. Momento esvaído, mas conservado no suporte fotográfico. Portanto, a fotografia funciona também como veículo condutor entre as diversas temporalidades, conectando “memória, presente e tensão para o futuro”, conforme diria Didi-Huberman (2009) no capítulo “ser escavação”. Pode-se, portanto, propor a fotografia como um elemento atemporal⁶⁹, imbuído da função de registro de momentos datáveis, a partir da veiculação de memórias.

Didi-Huberman (*apud* MEDEIROS, 2000, pg. 37) conecta o nascimento do retrato com a função intrínseca de gerar outra forma material que represente o homem que se deteriora com o tempo. É a percepção de finitude que impulsiona o ser humano à busca de soluções que aplaquem essa sujeição às leis ocultas da natureza: “A questão do retrato começa talvez no dia em que o rosto diante de mim

⁶⁹ Entende-se por fotografia atemporal uma imagem que sublima a presença do tempo e passa a ser um ícone desvinculado de datações cronológicas para incorporar uma dimensão etérea. Diferentemente do que seria uma arqueologia da imagem, datá-la seria impossível se a fotografia não fosse vinculada a elementos caricatos ou muito específicos que funcionem como indícios de um período específico. As imagens possuem como característica a possibilidade de serem transplantadas em qualquer período histórico e reapropriadas ou manipuladas de forma intencional, pois é fato que associamos à leitura das imagens informações que temos a respeito delas.

começa a não estar mais diante de mim porque a terra começou a devorá-lo”. A partir disso, Medeiros propõe o retrato como um nó antropológico, decorrente das zonas de contato entre a imagem fotográfica apreendida e a presença real:

[...] as práticas concretas, geralmente designadas sob o termo de “retratos”, tecem qualquer coisa de incríveis tramas contraditórias de representações e de presenças, de semelhanças e diferenças, de seres e existências, além do pequeno labirinto tirânico que forma, sozinho, a palavra “pessoa”.⁷⁰ (MEDEIROS, *ibidem*).

Assim, o ato fotográfico, antes que uma busca frenética de registro memorial, pode ser compreendido como um subterfúgio tranquilizador ante a desfiguração iminente atribuída ao envelhecimento e à morte.

Por outro lado, esse ato compulsivo de fotografar⁷¹, antes de sugerir o caráter menmotrópico das sociedades contemporâneas, na expressão de Candau, é, como sugere Sontag, a transformação da experiência fotográfica em si **num modo de ver** (SONTAG, 2006, p.34) (Grifo nosso). Desse modo, fotografia e narrativa se encontram como uma dupla narrativa, complementares. Imagem e voz animam a pessoa da história, onde a pessoa se consolida enquanto *persona* e evidencia as marcas do tempo que compõem a sua identidade. E assim como não há identidade sem memória, não há memória sem identidade.

A experiência fotográfica com idosos em contexto asilar revelou a expansão da fotografia para muito além de sua possível função instrumental na coleta de dados ou ainda como instrumento evocativo de memórias. A fotografia foi apropriada pelos idosos que solicitaram constantemente o trabalho do fotógrafo. A cada encontro é pedido um novo retrato: com o colega de quarto, o funcionário da limpeza, o auxiliar de enfermagem, a copeira, até mesmo com visitantes assíduos e com o próprio fotógrafo.

O aspecto de *performance* relacionado ao ato fotográfico altera, provisoriamente, a rotina da casa: “alguém viu a fotógrafa?” (GARCIA, 23 out.2012). “Você pode fazer uma foto minha com aquela menina?” (GARCIA, 09 out. 2012) “Eu quero que tu faça uma foto minha com a Rosa, ali nesse cavalo que trouxeram pra

⁷⁰ [...] *lês pratiques concrètes généralement désignées sous le terme de ‘portraits’ tissent chacune d’introuvables tresses contradictoires de représentations et de présences, de ressemblances et de dissemblances, d’êtres et d’existences, sans compter le tyrannique petit labyrinthe que forme à lui seul le mot de ‘persone’*

⁷¹ C.f. com o texto de Italo Calvino onde o autor fala da necessidade de um fotógrafo em armazenar momentos e que, para isso, realiza um inventário fotográfico de sua relação amorosa (CALVINO,1970).

cá.” (LAMARTINE. 14 jan. 2013), referindo-se a um cavalo de concreto doado ao Asylo no início de 2013 e colocado junto ao antigo carro usado para recolher donativos quando o Asylo era mantido somente através de doações da sociedade pelotense.

As fotografias passam a ser vistas no corredor, expostas no mural de fotos do Asylo, ou entre moradores que se apresentam e contam quem são os sujeitos da foto e como foram feitas.



Figura 44: Murais com fotos, no corredor que conecta o setor administrativo do Asylo à ala feminina.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

5.4 ME EMPRESTA OS TEUS OLHOS? VAIS SER MEU RETRATISTA

“Ora, o olhar se insiste (e, com maioria de razão, ele se demora, atravessa, com a fotografia, o Tempo) [...]” (BARTHES, 2010 p.124).

Após aproximados trinta dias sem fotografar, um período em que os contatos foram feitos através de visitas curtas, chega-se na ala masculina e, ao invés de um “boa tarde”, ouve-se: “Vamo tirá um retrato?”. Era Rosalvo, que vinha se aproximando meio sem assunto, mas querendo conversar um pouco.

Mais adiante, alguns instantes a seguir, encontra-se o Sr. Avelino, que, igualmente feliz pela visita do fotógrafo, cumprimenta, fala sobre como foram as festas de final de ano e logo pergunta: “E o meu retrato, o do chapéu?”⁷²



Figura 45: Sr Avelino solicita a foto com o chapéu, que ganhou do irmão.
Fonte: Foto da autora, 2012.

Percebe-se com clareza a requisição do retratista. “Cadê a fotógrafa? Viu a fotógrafa por aí?” (GARCIA, 23 out. 2012); “A fotógrafa chegou” (GARCIA, 4 dez. 2012); “Eu queria te pedir pra fazer duas fotos, uma pra mim e outra pra moça que eu bati a foto. Mas eu vou te pagar, quero te pagar isso” (GARCIA, 16 jan. 2013).

As fotografias encomendadas marcam uma nova etapa na construção das narrativas: quero com o chapéu, com os óculos, com a fotografia do filho, com pose de galã, com um amigo, enfim, consolida-se uma nova forma de apresentação de si a partir da narrativa visual e a construção de um personagem a partir do modo como cada um quer ser visto. O retrato em pose volta à cena.

Quando Dona Maria Laura pede uma foto carregando a foto emoldurada do filho morto, ela delega ao registro de hoje a função de comunicar a perda, salienta onde se concentram os pensamentos do presente. A fotografia nesse caso é um gesto a favor da memória do filho. Ao pedir o retrato junto à foto do filho morto, Maria Laura tenta uma forma de representação do ausente e o reapresenta ao mundo, liberando-

⁷² Sr. Avelino (Diário de campo 23 jan. 2012).

o do esquecimento, ao mesmo tempo em que é relembrada constantemente a sua ausência.

Caso semelhante é o do Sr. José Garcia que, ao iniciar a narrativa de sua infância, pede uma foto sua com a única imagem que possui da mãe morta: “Eu quero que tu faça um retrato meu com a minha mãe. Eu não conheci a minha mãe” (GARCIA, out. 2012). Imagem única também na lembrança, já que o mesmo perdeu a mãe quando era ainda muito pequeno e não se recorda desse período. O retrato colorido à mão, que foi presente de uma amiga da mãe, permite ao Sr. Garcia uma forma de filiação. Quando encomenda uma foto com o retrato da mãe apresenta sua origem; a composição funciona como uma narrativa e uma afirmação que forja um elo com o passado familiar marcado pela carência de referenciais.



Figura 46: Fotografia encomendada pelo Sr. Garcia.
Fonte: Fotografia da autora, 2012.

Assim como aconteceu com os dois casos citados, uma série de outros relatos e relações podem ser estabelecidos a partir da prática fotográfica durante a pesquisa no contexto específico, bem como no que diz respeito à apropriação particular de cada informante, a atribuição funcional e a significância dada por cada informante individualmente, o que expande a possibilidade de análise sobre a inclusão da fotografia no campo de pesquisa em relação à sua função de simulacro.

Nas falas abaixo, percebe-se a dimensão que a fotografia tomou durante a pesquisa e como o processo fotográfico, além de proporcionar novos sentidos à vida individual, no que diz respeito às suas memórias e à sua identidade, é também um veículo que redimensiona a comunicação: “Traz a máquina pra fazer uma foto, a última vez que a senhora vir aqui, traz a máquina, vamos fazer uma foto.” (ATALTIBANOÉ, 21 jan. 2013); “Trouxe as fotos?” (GARCIA, 21 jan. 2013); “Mandou as fotos pro meu sobrinho? Ele queria aquela do relicário.” (MARIA LAURA, 21 jan. 2013).

Além disso, é possível afirmar o uso positivo da fotografia como registro e devolução aos participantes da pesquisa, que não apenas sentiram-se valorizados, mas se valorizaram ao apreciar a sua imagem no retrato. Como exemplo, a reação surpreendente do Sr. Kyev, que é predominantemente austero: lacrimeja e sorri, emocionado, ao agradecer com a frase: “Deus lhe pague.” (KYEYV, 21 ago. 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se uma inadequação do objetivo inicial em relação a este grupo de informantes. Considera-se que contribuam para essa inadequação o local de residência e as vivências pregressas. É possível constatar que não existe patrimônio quando este não for assim entendido pelo grupo. A partir disso, foi necessário compreender o que mais se aproxima da concepção patrimonial na terceira idade entre os participantes deste grupo específico de pesquisa.

A proposta de cruzar as memórias dos idosos com pontos patrimoniais da cidade surgiu no sentido de avaliar até que ponto esses idosos participam do discurso sobre patrimônio e de que maneira se apropriam do patrimônio da cidade. Conforme afirma Halbwachs (2004, p. 128-129), a atribuição social da função rememorativa aos idosos decorre da característica dessa fase de vida em que é

possível realizar retrospectivas e ter a sensação de um sonho. Diante disso, estimular a memória com imagens foi uma forma de delegar aos idosos, no centro do processo de busca, uma localização no ambiente de circulação pregresso. Existem iniciativas em relação à investigação de patrimônios eleitos pela comunidade de modo afetivo. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico criou um projeto que estimula o inventário de bens considerados significativos pela própria população. O projeto “Inventários Afetivos”⁷³ fomenta a participação popular e o fornecimento de informações às equipes técnicas responsáveis pelos inventários culturais de modo a avaliar o que consta como bem inventariado e o que é indicado pela população. A organização disponibiliza uma ficha modelo⁷⁴ para cadastro e o e-mail para encaminhamento dos mesmos.

Evidencia-se com a proposta o início de um trabalho⁷⁵ de memória que, conforme Ricouer (2010, p.58), é também em grande parte um esforço de datação⁷⁶; uma ação rememorativa que envolve o resgate de uma imagem/lembrança⁷⁷ e a sua delimitação em termos espaciais e temporais, como exercício de reconhecimento do passado, e de si próprio nesse passado: “O momento de recordação é então o de reconhecimento”. Portanto, implicado no trabalho de memória, o reconhecimento durante a rememoração é comparado a um despertar que permite a realocação “dos seres e das coisas ao lugar que a vigília lhe atribuíra no espaço e no tempo”. (RICOUER, 2010, p.57).

Com relação ao uso dos postais em associação com a possibilidade de lembranças vinculadas à cidade, na maioria dos casos percebeu-se, entre os informantes, uma vinculação temporal de lembranças associadas aos espaços.

Contudo, outra parte significativa dos informantes não estabeleceu com esses lugares relação de intimidade e tampouco associou aos mesmos qualquer tipo de significado ou lembrança para além do reconhecimento espacial. Deve-se destacar

⁷³ Disponível em: <http://www.defender.org.br/projeto-inventarios-afetivos/> Acesso em: 20/02/2013

⁷⁴ Ficha disponível. ANEXO D.

⁷⁵ Cf Bergson, 1999, p. 156. Sobre o movimento da memória que trabalha, buscando evocar do passado primeiramente a partir de um passado geral e depois num ponto determinado do passado: “semelhante à busca de **foco** de uma **máquina fotográfica**”. (Grifos nossos).

⁷⁶ Cf. Bergson, Idem, p. 86. Ao falar da lembrança independente, desvinculada da lembrança hábito, Bergson utiliza a categoria memória, como **impressão através da imagem**, que marca um evento particular e datado que “não pode se repetir”. (Grifos nossos).

⁷⁷ Cf Bergson, Idem, p. 107. Para acessar a **imagem/lembrança** é necessária uma interrupção dos **estímulos de percepção**, aos quais se poderiam chamar receptores, gravadores. (grifo nosso)

que alguns participantes não eram da cidade, e nesses casos foi considerada uma associação com os locais de origem.

Ao observar que houve pouca expressividade das lembranças relacionadas ao ambiente ou a monumentos da cidade, mesmo estando estas presentes, constatou-se que na maioria dos casos o eixo memorial evidenciado pela narrativa dos idosos é aquele vinculado a categorias espaciais permeadas pela vivência familiar e pela juventude. Assim, não é marcante a restauração do chafariz da praça, mas os momentos em que se sentavam em família na praça a observar os passantes.

Além disso, foi confirmado durante o terceiro encontro que poucos moradores possuíam fotografias de si e também a quase total ausência de imagens referentes a um período anterior à vida em ambiente asilar. Além disso, percebeu-se uma grande resistência entre os moradores em falar sobre o passado da cidade, e tal fato não se relacionava a problemas cognitivos ou neurológicos que poderiam indicar formas de esquecimento orgânico, mas, de certa maneira, a uma ausência de sentido no ato de rememorar um passado que, aparentemente, estacionou do lado de fora da instituição.

Com relação à indagação sobre intenção de registro em lugar do passado e lugar do presente, as respostas geralmente corresponderam a locais da infância ou locais afetivos compartilhados com a família. Elementos altamente relevantes e atualizados constantemente através da memória como referencial de identidade, em contraste com o evento presente de vida extrafamiliar em ambiente de convívio coletivo.

É interessante observar que o exercício de imaginação que induz a uma simulação de retorno físico ao passado, onde me insiro como visitante para registro da cena íntima, foi aceito com naturalidade. O que reforça a fala de Halbwachs ao afirmar que a rememoração para os idosos possui algo de sonho, e é tomada a sério como uma ocupação indicial (HALBWACHS, 2004 p. 128). Além disso, evidencia a imersão reflexiva do idoso no ato rememorativo que se assemelha a um olhar interior de quem busca em si próprio os registros do passado, como desenvolvido por Ricouer ao citar o pensamento de Santo Agostinho: “ao se lembrar de algo se lembra de si. [...] a memória é passado e esse passado é o das minhas impressões” (RICOUER, p. 107).

A técnica rememorativa, além de demonstrar uma naturalização por parte dos participantes da pesquisa com relação ao exercício e ao resgate dessas imagens/lembranças do passado, evidenciou alguns pontos de encontro entre as experiências e locais físicos da cidade como parte da fotografia mental da cena recordada. Com relação a isso é interessante pensar em “Quem é lembrado? O que é lembrado?” (RICOUER p. 135). Quais memórias despertam nos idosos essa fala sobre o passado relacionado à imagem e ao seu valor de registro? As escolhas nesse caso evidenciam a atribuição de valor relacionado a algo que foi registrado e que gostariam que continuasse registrado, ou que fosse registrado na forma de um suporte visual disponível no presente. Tais memórias, mesmo quando apoiadas sobre referenciais físicos espaço-temporais da cidade, não evidenciam memórias compartilhadas para além do âmbito familiar; evidenciam, sobretudo, memórias individuais apoiadas nos pontos como mapas. Assim, as propostas de registro do passado envolveram o ambiente familiar e, em sua grande maioria, a casa original. Quando há ausência da casa, prevalecem lembranças de infância ou de vida adulta e laboral.

Com relação à proposta de identificar possíveis conceitos sobre o que é patrimônio, a resposta, na maioria dos casos, associa a categoria patrimônio à ideia de herança, com uma atribuição de valor econômico. Contudo, é interessante observar que o exercício de um olhar para o passado e a identificação de uma imagem de si “na velhice” forneceram dados que permitiram relativizar a categoria patrimônio e a questão do valor. Entre o grupo estudado foi possível conceituar patrimônio como algo precioso, no sentido de raro e excepcional, selecionado a partir de um ponto de vista afetivo.

Observou-se que, devido à rara presença de fotografias pessoais entre os mesmos, o retrato transformou-se em uma solicitação constante, e o ato fotográfico passou a constituir uma espécie de acervo pessoal que os moradores do Asylo não dispunham. Finalmente, com a exposição e a visita à exposição, que serão comentadas a seguir, o lugar de idoso desses narradores foi relativizado. Ou seja, a condição do asilado foi transposta para a condição aberta do circuito e da circulação dos passantes.

Sontag (2006, p.41) afirma que “fotografar é conferir importância”. A autora salienta que não é possível evitar a tendência intrínseca da fotografia de dar valor ao objeto fotografado. Pois a fotografia, além de gesto, pressupõe uma escolha que

passa pelo olhar e vincula-se a outros olhares. Assim, “aquele que não era visto”, por uma questão espacial e sistemática do social, poderia ser lembrado, ou evidenciado.

Em momento posterior, a partir da seleção de fotos pessoais por eles próprios, procurou-se atribuir valor aos personagens das fotos e às suas identidades vistas para além dos limites do Asylo que os circunscreve e para além do esquecimento simbólico em torno das questões do envelhecimento e da morte. Houve a oportunidade de expor 15 fotografias impressas no tamanho 30 x 40 em papel fosco e impressão colorida, a partir de seleção pública pelo edital do evento Festival de Verão da Diversidade, promovido pelo Núcleo de Arte, Linguagem e Subjetividade⁷⁸.

Foi interessante acompanhar as reações dos idosos que foram à exposição, sua satisfação, uma forma de orgulho ao sentirem-se valorizados, em local de destaque, “o centro das atenções”. Alguns familiares também agradeceram a iniciativa ou expressaram, de maneira espontânea, ter considerado a iniciativa positiva, além de atribuir “qualidade” às imagens. Os comentários foram feitos pessoalmente e através de e-mails. Do mesmo modo, a direção do Asylo de Mendigos de Pelotas e alguns funcionários demonstraram admiração pelo trabalho fotográfico, mencionando a qualidade técnica das fotos e o destaque positivo dado aos retratados.

Através da exposição dos retratos, como uma proposta de poéticas visuais, o idoso foi estimulado a identificar-se como ator e personagem de locais habitados por outro tempo, um tempo paralelo, para além da aparente cristalização do tempo em âmbito asilar, onde a perspectiva do cuidado encerra-se em si mesma.

Finalmente, observou-se que a partir dos registros oriundos das entrevistas e da observação *in loco*, emergiram dados recorrentes que possibilitaram estruturar algumas categorias de análise que foram contempladas na discussão dos capítulos: família, casa, velhice, saúde, asilo e morte.

6.1 PATRIMÔNIO: RELATIVIZANDO A QUESTÃO DO VALOR

⁷⁸ Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, em fevereiro de 2013, no prédio do Mercosul Multicultural. Outra exposição aprovada em edital público para ocupação de um dos espaços da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) de Pelotas ocorrerá em fevereiro de 2014.

Pode-se dizer que o patrimônio seja algo vinculado a partir das emoções e da afetividade. No caso da ausência de um patrimônio material e na carência em identificar bens de habitual natureza intangível (saberes, fazeres, celebrações...) pode-se pensar a memória, não como função em relação a determinado bem, mas ela própria enquanto bem a ser preservado na forma narrativa das lembranças.

A memória de vida do idoso ou o que ele preserva de memória, o que ele seleciona e atribui à narrativa da sua vida, assume um lugar afetivo e de grande valor identitário, neste caso considerado como um tipo de patrimônio. “Recordar” vem do latim *re-cordis*, voltar a passar pelo coração (GALEANO, 2007, p.11). Portanto, a ideia de um patrimônio afetivo é tomada a partir do ponto de vista de quem se lembra e seleciona suas memórias.

Com relação a esta pesquisa com idosos no âmbito da memória social e do patrimônio cultural, apesar do potencial narrativo⁷⁹ dos idosos ao rememorar, e mesmo da significância das lembranças narradas, não existem critérios que os “classifiquem” no sistema de tesouros vivos, já que a única atribuição de valor que há nas narrativas colhidas é individual. Portanto, não se busca registrar exímios trovadores ou instrumentistas, costureiros, enfim, todos esses sujeitos aparecem como pessoas normais que exercitam atividades num nível doméstico.

Pensar a definição de bem patrimonial, seja de natureza material, ou imaterial, requer uma reflexão sobre a identidade a ele correlata, bem como aos aspectos culturais em torno da própria noção de pessoa e de valor em determinado grupo ou sociedade que os elegeu.

Quando Certeau fala de fantasmas, salienta tanto o aspecto finito ou alterável dos objetos e dos espaços originais como a presença concomitante de uma imaterialidade que persiste associada aos objetos e ao espaço.

A notória escassez de lembranças vinculadas aos pontos patrimoniais da cidade revela uma forma de esquecimento que nada tem de neurológico, mas salienta a consolidação de memórias que não atribuem aos principais pontos patrimoniais da cidade o seu suporte de identidade no presente. O presente é cerceado pelas sensações da vida em ambiente fechado e de muitas imagens da memória que são como fotografias, cenas escolhidas e reproduzidas quando mencionado o tema “cidade”.

⁷⁹ Cf Walter Benjamin (1994) sobre o narrador e o processo narrativo.

Com relação ao ambiente da cidade, é possível localizar lembranças pessoais vinculadas em geral a um lugar da cidade. Nesses momentos são elencadas as alterações decorrentes do tempo, que às vezes esboça nostalgia; outros associam à mudança um sinal de progresso. O banco da Praça Coronel Pedro Osório onde a família de base costumava sentar-se; o cinema como palco da juventude; o bairro onde cresceu; a profissão como cortador de lenha para a maria-fumaça; a casa que deixou no bairro Areal, lembranças que não chegam a constituir uma memória sobre a cidade, mas que situam a pessoa num cenário onde se deram momentos memoráveis do passado. Em relação a isso, Walter Benjamin afirma que uma verdadeira lembrança deve ser capaz de gerar uma imagem daquele que se lembra, ou seja, a pesquisa deve ser capaz de evidenciar o narrador, aquele que lembra, o local no qual o investigador teve acesso à lembrança no presente: “E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho.”(BENJAMIN, 1987 p.239)⁸⁰.

6.2 PENSAR O MÉTODO É FUNDAMENTAL

No início deste trabalho afirmou-se que o objetivo original do projeto não foi alcançado. Neste momento de conclusões, quando se retorna ao processo, é possível reavaliar os resultados obtidos e confrontá-los com o esboço inicial com o qual se deu início à pesquisa. Percebe-se agora que projetos qualitativos de cunho social são dinâmicos e sujeitos a escolhas e alterações das direções. Assim, diferentemente de uma análise de dados quantitativos, enquadrados em tabelas, validados pelo cruzamento de dados e pelo tamanho da amostra, aqui a validade passa pelo contato entre subjetividades, que põe em jogo uma série de conceitos, ideologias e memória. Ao partir do pressuposto do lugar de fala de quem fala, dedicou-se o tempo de pesquisa a ouvir o que esses idosos têm a dizer. O que querem falar, o que eles querem mostrar?

Considera-se que a dimensão dada à fotografia por parte dos participantes corrobora o exercício de reciprocidade em pesquisa, e as fotografias aparecem como objetos de troca, “dádivas” no sentido dado por Mauss (2011). Ao oferecer parte do seu tempo para narrar experiências passadas, os idosos que participaram

⁸⁰ Walter Benjamin (1993)

encontraram na pesquisa motivos para participar, pois, conforme afirma Alberti (1996 p. 5), “não é de modo algum natural falar sobre sua vida a outrem”, a não ser que estejam convencidos da “utilidade de falar e transmitir seu passado” (POLLAK, 1989, p.13). Assim, motivados pela sensação de valorização do seu relato, necessitados de escuta e companhia ou movidos pela curiosidade em ver as fotografias produzidas de si, todos os participantes, em algum momento, perceberam o tempo institucional alterado em sua rotina. A “dádiva” está nesses momentos de troca simbólica, ao oferecer parte de sua intimidade e receber visitas eventuais e as fotografias do processo, que aos poucos foram formando um acervo de novas memórias.

Ao pensar a escolha do objeto de pesquisa e dos métodos empregados, considerou-se não o ineditismo das informações provenientes das entrevistas com história oral, mas a relevância inquestionável da “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” Alberti (1990, p. 5).

Com relação à utilização da fotografia e do audiovisual, ao contrário de reforçar estigmas atribuídos à categoria “idoso” e à categoria “asilado”, houve um convite de interlocução. A partir desse “convite”, que facilitou a comunicação, gerou um acervo pessoal aos participantes e alterou temporariamente o ritmo da instituição, foi possível verificar uma atribuição de valor à identidade dos participantes a partir das memórias do passado. O espaço asilar representa, para muitos de seus moradores, o encerramento de um ciclo da vida. Ao mesmo tempo em que recorda a morte iminente, salienta o processo de esquecimento iniciado com o afastamento social do idoso e a sua participação restrita ao universo asilar. Desse modo, o trabalho de fotografia e memória desenvolvido possibilitou aos idosos não apenas a realização de um trabalho de memória e a reconstrução das lembranças de si, mas cumpriu também com o compromisso de ir além da crítica social e romper com o silêncio das instituições e com o esquecimento dos seus moradores, a partir das exposições fotográficas realizadas com material proveniente da pesquisa.

Assim, a fotografia pode ser entendida nesse contexto como: instrumento metodológico para evocação e para garantir foco às questões; como promotora de momentos lúdicos que permitiram uma inserção espontânea dos narradores; como apropriação narrativa deles próprios; como acervo de novas memórias; como produção poética; e, finalmente, como reciprocidade na pesquisa.

7 IMAGENS-TEXTO

A imagem pode ser entendida como texto? Em que contexto? Ao participar do mundo, em grande medida visual, tem-se na percepção visual uma forma de decodificar o ambiente, traçar mapas cartográficos de localização nesse ambiente e também situar pessoas e eventos da memória. A imagem acessada a partir da visão ou através da imaginação é, portanto, sempre resultado de uma interpretação do mundo – Barthes refere-se ao “olho que pensa”. Além disso, a imagem desencadeia um processo reflexivo que faz com que a fotografia ultrapasse a condição de mero “*medium*” (de captura, registro, expressão), o que para Barthes seria a característica da sua arte: “deixar de ser um signo, passando a ser a própria coisa [...]” (BARTHES, 2010, p.54).

Ao considerar esse ponto fundamental, percebe-se o potencial da imagem como veículo linguístico espontâneo e como texto visual não codificado. Ao pensar essa espontaneidade com que atribuímos sentido às coisas, decodificamos e interpretamos signos visuais, e, concomitantemente, utilizamos novas imagens como referências para a base da comunicação, percebe-se que a linguagem é orgânica, pois ao mesmo tempo em que a imagem objetiva, ela subjetiva (Cf. Barthes, 2010).

Desse modo, é interessante atribuir à fotografia uma certa independência com relação ao texto, sem desconsiderar a complementaridade entre os dois. Barthes *apud* Santaella (1998 p. 55) fala de duas formas de referência recíproca entre imagem e texto, as quais ele chama de “ancoragem” e “*relais*”. No caso da ancoragem, “o texto dirige o leitor através dos significados da imagem e o leva a considerar alguns deles e a deixar de lado outros [...] a imagem dirige o leitor a um significado escolhido antecipadamente” (ibidem), ou seja, o texto, entendido como legenda, serve de âncora e garante uma direção de sentido à imagem, no contexto do trabalho. Por outro lado, em *relais* “o texto e a imagem se encontram numa relação complementar. As palavras, assim como as imagens, são fragmentos de um sintagma mais geral, e a unidade da mensagem se realiza em um nível mais avançado” (ibidem). Assim, propõe-se uma ação do “olhar que pensa” para que imagem e palavra sejam ambas possíveis como narrativa.

Com o intuito de atender a critérios de sustentabilidade, as imagens desta sessão são apresentadas na forma digital e estão disponíveis em dvd na contracapa do trabalho.

FINALIZANDO

Ao pensar o idoso como um potencial narrador e o Asylo de Mendigos de Pelotas como local de assistência, partiu-se de duas hipóteses: em primeiro lugar, que seria possível entrar em contato com muitas memórias sobre a cidade; em segundo, que a moradia em ambiente asilar representa um “isolamento” dessas memórias em relação à sociedade mais ampla. Admitir a existência de instituições totais na atualidade é importante para avaliar o sentido dado a esses espaços na cultura contemporânea. Nesse contexto, é possível falar em uma “cultura asilar”, o que Lucas Graeff define como “o esforço sistemático de produção e interpretação dos sentidos realizado pelos atores que vivem o cotidiano institucional.” (GRAEFF, 2005 p. 147).

Percebeu-se durante a pesquisa que o Asylo continua sendo requisitado como local de assistência, e os seus moradores ainda são entendidos na mesma condição de vulnerabilidade associada ao perfil de interno que originou a instituição. Mesmo que o imaginário em torno ao Asylo de Mendigos de Pelotas esteja relacionado ao cuidado, à fragilidade e à carência na terceira idade, a instituição, embora humanizada, é uma “instituição total” (GOFFMAN, 2003) que cumpre uma função necessária aos moradores, que chegam por livre demanda ou acompanhados pelos seus familiares. Fala-se da alteração do termo “asilo” por termos como “casa lar”, “casa de idosos”, “pensão da terceira idade”, entre outros termos que têm por objetivo a redução do estigma relacionado à estrutura desses locais, bem como propor uma alteração do tipo de cuidado, devendo ser mais próximos de uma casa mesmo.

Contudo, a partir dos relatos de experiências e da observação de campo, percebe-se que, apesar da naturalização desses locais de cuidado, às vezes propostos como um espaço propício a novas amizades, ao descanso e à proteção, esse modelo não exerce a função concernente ao habitar, atribuída à casa. Pode-se afirmar que fornece alimentação, moradia e primeiros socorros básicos, mas que a convivência coletiva nem sempre representa a ausência da categoria solidão, ou que esses nem sempre são espaços propícios para novas amizades.

Afirma-se que esses espaços são refúgios para situações onde “não há opção melhor”, seja para a família, seja para aqueles que o procuram espontaneamente. Além disso, a decisão de ir morar numa instituição desse tipo salienta fragilidades,

vulnerabilidades e carências. A categoria “asilo” ressalta o aspecto de fechamento de um ciclo que pode ser associado à velhice. Indica a falta de investimento na criação de modelos de atenção destinados à velhice em nossa sociedade. Finalmente, salienta-se que esses espaços reforçam os sentimentos de solidão e de isolamento social, bem como sentimentos de abandono e culpa, sentimentos que nascem da justificativa para o estado de asilamento no presente.

Após identificar os principais aspectos que determinam os “dramas do asilamento”, para utilizar um termo empregado por Graeff (2005 p. 67), conclui-se que é necessário planejar alternativas que minimizem a exclusão social, a ser tomadas em nível de estrutura social, de modo que as instituições de caráter asilar caduquem, caiam em desuso, sejam motivo de vergonha para a sociedade, e não para aqueles que buscaram nelas uma casa. Esses são planejamentos que deveriam fazer parte de políticas de atenção social à saúde e ao idoso, garantidos como direito. A aposentadoria, por exemplo, precisa ser reavaliada, e seus critérios e valores reestruturados de modo a garantir a autonomia dos idosos que dependem dela.

Nesse sentido, alterações mais imediatas deveriam ser dedicadas ao tipo de “casa”, ou tipo de cuidado mais próximo da ideia de casa, como, por exemplo, o modelo de residenciais terapêuticos, que integram políticas de reinserção social dedicadas a pessoas com longo tempo de vida em ambiente asilar.

Sugere-se que existem vários pontos referentes aos modelos de atenção existentes que, se não forem alterados, deveriam ao menos ser objeto de reflexão, principalmente no que diz respeito ao número de moradores; à existência de quartos individuais para todos; à exclusão de postos de enfermagem e da divisão em alas por gênero; à inclusão dos idosos dispostos na produção de hortas orgânicas, o que repercutiria também na variedade de alimentos disponíveis sem acréscimo no orçamento, mas que, principalmente, permitiria o exercício de atividades positivas associadas à terceira idade, como o cultivo de ervas medicinais, saber compartilhado por muitos idosos.

Além disso, seria interessante a parceria com instituições de ensino e a criação de projetos para a inclusão de ouvintes como visitantes periódicos. A presença não onerosa de visitantes-ouvintes e acompanhantes para passeios reduziria muito o sentimento de impotência e reclusão, o que seria positivo para a dignidade dos moradores que não podem sair sozinhos. Além disso, a inclusão de

estudantes nesses espaços poderia ampliar as discussões a esse respeito em âmbito acadêmico.

Entende-se a criação de projetos que incluam voluntários de diversas áreas, como: nutrição, fisioterapia, psicologia, artes, terapia ocupacional, música, por exemplo. Antes de uma proposta de observação que possa denegrir a imagem do morador, o que se propõe é a ampliação dos recursos de atenção com recursos disponíveis, a discussão em âmbito acadêmico e a atualização das práticas desenvolvidas nas instituições. Atitudes utópicas na medida em que formos coniventes com esses problemas e com as políticas que lhes resguardam.

Esta pesquisa comprova que a exclusão social ainda está presente em nossa sociedade. Contudo revela, também, que as práticas de isolamento associadas aos locais de cuidado podem ser alteradas. Para isso, a definição de utopia dada por Eduardo Galeano (1994 p. 310) torna possível pensar o problema como um desafio que deve ser posto em movimento: “Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho.** Porto Alegre: Tomo editorial; Palmarinca, 1997.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Trabalho apresentado na Mesa redonda “ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com história oral” em II Seminário de História oral UFMG, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ASSMANN, Aleida. **Ricordare: Forme e mutamenti dela memoria culturale.** Bologna:ed. Mulino, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** Traduzido por: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes: 2000.

BANKS, Marcus. **Dados Visuais para pesquisa qualitativa.** Traduzido por: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre fotografia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. Introduction à l'analyse structurale des récits In: Communications, 8, 1966. **Recherches sémiologiques: l'analyse structurale du récit.** p. 1-27. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1966_num_8_1_1113. Acessado em 27/20 de 2013.

BAUER, Martin; W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 2ª edição. Traduzido por: Pedrinho A. Gareschi. Rio de Janeiro. Vozes, 2002.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução.** Textos escolhidos. São Paulo: Abril cultural, 1983.

_____. **O anjo da história.** Traduzido por: João Barrento. 2ª edição Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. **Origem do drama barroco alemão.** Traduzido por: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Volume 1. Traduzido por: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Rua de mão única**: obras escolhidas. Volume 2. Traduzido por: Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. 3 ed. São Paulo: brasiliense, 1993.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Traduzido por: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1990.

BORGES, Jorge Luis. Funes o memorioso In: **Ficções**. Traduzido por: Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOTTINO, Cássio. et. al. **Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer**: Relato de trabalho em equipe multidisciplinar. Arquivos de Neuropsiquiatria. Volume 60. Número 1. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2002000100013. Acessado em 18/12/2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei orgânica de Assistência Social. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acessado em 30/01/2013.

BRUNO, Fabiana; SAMAIN, Etienne. **Uma cartografia verbo-visual da velhice**: fotobiografias e montagens de memórias. Revista chilena de antropologia visual. N. 10, Santiago, diciembre, 2007. p. 30-53.

BUÑUEL, Luis. **Meu último suspiro**. Traduzido por: Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982.

CALVINO, Italo. L'avventura di un fotografo In: **Gli amori Difficili**. Torino: Einaudi, 1970.

CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial**: memória, tradição e identidade. Revista memória em rede. V. 1, n.1, Pelotas, 2009- 2010

_____. **Memória e identidade**. Traduzido por: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARRIÓN, Fernando. **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. UNESCO/FLACSO: Ecuador, 2001. 401.

CAVALCANTE, Lídia Eugênia. **A memória como acervo**. Infociência. São Luís, v.4, p.52-67, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol. 2. Morar, cozinhar. Traduzido por: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEBARY, Octave e TURGEON, Laurier. **Objets e Mémoires**. Québec: Les presses de l' Université Laval, 2007.

DIDI-HUMERMAN, Georges. **O que vemos o que nos olha**. Traduzido por: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. Ser escavação In: **Ser crânio**: Lugar, contacto, pensamento, escultura. 2009. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=zxgrK0232TkC&printsec=frontcover&dq=Didi+huberman>. Acessado em 08/07/2012.

_____. **Invention de l'hystérie**: Charcot et l'Iconographie photographique de la Salpêtrière. Macula, 1982.

ECO, Umberto In DEL MARCO, Vincenza; PEZZINI, Isabella. **La fotografia. Oggetto teórico e pratica sociale**. Roma: Edizione Nuova cultura, 2011.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Traduzido por: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARIAS, Francisco Ramos de. **Pensando a memória social a partir da noção de "a posteriori" de Sigmund Freud**. Morpheus; Revista Eletrônica em Ciências Humanas. Ano 08, nº 13, 2008. Disponível In: <http://www.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/franciscofarias.htm>, acessado em 27/07/2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da Pedra e cal**: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos. (orgs) ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Traduzido por: Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.

FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas**: Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Traduzido por: Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994.

GIL, Cláudia Aranha. **Recordação e Transicionalidade**: A oficina de cartas, fotografias e lembranças como intervenção psicoterapêutica grupal com idosos. São Paulo. Tese apresentada para obtenção do título de doutor em Psicologia Clínica pelo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, USP, 2010.

GILL, Lorena Almeida. **Um mal de Século**: Tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Tese de Doutorado apresentada para obtenção

do título de Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS. Sob a orientação da Doutora Núncia Santoro de Constantino. Porto Alegre, 2002.

GODOLPHIM, Nuno. **A fotografia como recurso narrativo**: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 1, número 2, p.161-185, jul./set. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo. Perspectiva, 2003. Tradução de: *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and others inmates*.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Traduzido por: Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Barcelona: Anthropos editorial, 2004.

_____. Les cadres sociaux de la mémoire In: **Collection Les Travaux de l'Année sociologique**. Paris: Félix Alcan, 1925. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_sociaux_memoire.pdf. Acessado em 10/11/2013.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. Varia História. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 261-273, 2006. Disponível In: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acessado em 29/07/2012.

ICOMOS. **Documento de Nara**: sobre a autenticidade. Japão, 1994. Traduzido por: Antônio de Borja Araújo. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>. Acessado em 31/10/2013.

IZQUIERDO, Iván. **Memórias**. Estudos avançados. Vol 3, nº 6. São Paulo. 1988. p. 89-112. Disponível In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141989000200006&script=sci_arttext. Acessado em: 28/07/2012.

_____. **Memória**. Porto Alegre: artmed, 2002.

JARDIM, João; WALTER, Carvalho. **Janela da alma**. Documentário: 2002.

JOURNAL OF ECT. **Effects of Propofol on the Activation of Hippocampal CaMKII α in Depressed Rats receiving electroconvulsive therapy.** Volume 28.

Issue 4. P. 242-247. 2012. Disponível em:

http://journals.lww.com/ectjournal/Abstract/2012/12000/Effects_of_Propofol_on_the_Activation_of.9.aspx. Acessado em: 06/02/2013.

KOSSAIFI, Christine. **L'oubli perut être bénéfique?** L'exemple du mythe: une fine intuition des Grecs. ¿ Interrogations ?, n. 3, décembre 2006. Disponível em:

<http://pt.scribd.com/doc/117644742/Mythe-de-Lethe>. Acessado em 30/11/2013.

LORAU, Nicole. De la amnistia y su Contrario. In: YERUSHALMI, Yosef H.(org.) **Usos del olvido.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1998. p.27-51

MAZZUCHI FERREIRA, Maria Leticia. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: LINS DE BARROS, Myrian Moraes. Org. **Velhice ou terceira idade?**: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** Traduzido por: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MEDEIROS, Margarida. **Fotografia e Narcismo:** O auto-retrato contemporâneo. Lisboa: Assírio e Alvim, 2000.

_____. **Fotografia e verdade:** uma história de fantasmas. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010.

MONTEIRO, Maristela Goldnadel. Demência alcoólica: uma entidade clínica? Revista da Associação brasileira de psiquiatria. São Paulo, v. 8, p. 141-149, out-dez 1989.

MUNJERI, Dawson, **Patrimonio Material e Imaterial:** de la Diferencia a la Convergencia. UNESCO. Museum International Intangible Heritage. [S.l.] n.º 221/222, p. 13-21, Maio 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** A problemática dos lugares. Traduzido por: Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez 1993.

O ENIGMA de Kaspar Hauser. Produção e edição de Werner Herzog. Roteiro de Werner Herzog; Jakob Wassermann. Concorde. Alemanha, 1974. Título original: *Jeder für Sich und Gott gegen Alle.*

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento e imagem:** as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000.

PELOTAS. **Lei Municipal nº 2565, de 01 de setembro de 1980.** Institui o II Plano Diretor de Pelotas. Disponível In:

http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/antigo/L1980/Lei_n_2565.pdf. Acessado em: 15/12/2012

PEZEU-MASSABUAU, J. La Maison, Espace Sociale. Paris: PUF, 1983
In: FERREIRA, Mazzucchi. Maria Leticia. "**Folheando o passado**": Estudo antropológico sobre memória e identidade social na velhice. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre, 1995.

PLATÃO, Diálogos de Platão In **Filebo**. [s.a.] Disponível In: http://www.4shared.com/office/usZowmkc/Plato_-_Dilogos.html. Acessado em 17/07/2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível In: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acessado em 23/12/2012.

POSTAL. Asylo de Mendigos de Pelotas, do final do séc. XIX, s/d. Acervo fotográfico do Projeto Memória Pelotas: Nelson Nobre Magalhães. Disponível em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=281567865283759&set=a.263356197104926.59145.136187553155125&type=3>. Acessado em 18 de outubro de 2012.

_____. Prédios históricos. Coleção da Livraria Americana, nº 5. Disponível em: <http://www.almanaquedepelotas.com.br/galeria.php?id=1>. Acessado em 20 de outubro de 2012.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente; séculos XVIII-XXI**: Do monumento aos valores. Traduzido por: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

PRETI, Dino. **A linguagem dos idosos**: Um estudo de análise da conversação. São Paulo: Contexto. 1991.

PROJETO Inventários Afetivos. Disponível em: <http://www.defender.org.br/projeto-inventarios-afetivos/> Acesso em: 20/02/2013.

RADLEY, Alan. Artefacts, memory and a sense of the past. In **Collective remembering**: Inquiries in social construction series. London: Sage Publications, 1994.

REIS, Maria Augusta Lós; AMARAL, Rita. **Oficina de Memória autobiográfica em Instituição de Longa Permanência para idosos**. Disponível em: <http://www.oficinamemoriaviva.com.br/home/artigos/2008oficinaautobiografica.pdf>. Acessada em 10/03/2012.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Traduzido por: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Vivo até a morte**: seguido de fragmentos. Traduzido por: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins fontes, 2012.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**: caracteres y origen. Traduzido por: Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2008.

SAMAIN, Etienne. **Prefácio**: o que vem a ser portanto um olhar?. In Fotoetnografia: Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo editorial; Palmarinca, 1997.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Traduzido por: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Memória e cultura**: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos. Porto Alegre. EST, 2001.

TORAL, Hernán Crespo. **La dimensión cultural del Patrimonio**. In CARRIÓN, Fernando. (ed.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe. UNESCO/FLACSO: Ecuador, 2001.

TORNATORE, Jean Paul. **Patrimônio, memória, tradição, etc**: Discussões de algumas situações francesas da relação com o passado. Revista memória em rede, Pelotas, v.1, n.1: p. 43-58, dez. 2009/mar2010.

TURGEON, Laurier. La mémoire de la culture matérielle et la culture matérielle de la mémoire. In DEBARY, Octave; TURGEON, Laurier. **Objets e Mémoires**. Québec: Les presses de l' Université Laval, 20.

VASQUEZ, Pedro karp. **Postaes do Brazil**: 1893-1930. São Paulo: Metalivros, 2002.

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os procesos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MONOGRAFIAS E DISSERTAÇÕES

FERREIRA, Mazzucchi. Maria Leticia. **“Folheando o passado”**: Estudo antropológico sobre memória e identidade social na velhice. Dissertação apresentada para obtenção do título de título de mestre em Antropologia Social. UFRGS. Porto Alegre, 1995.

GRAEFF, Lucas. **O mundo da velhice e a cultura asilar**: Estudo antropológico sobre memoria social e cotidiano de velhos no Asilo Padre Cacique, em Porto Alegre.

RIEHEL, Isabel. **Asilo de Mendigos**: Seus internos e sua condição social. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História e Antropologia

do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. (UFPEL). Sob a orientação da professora LONER, Ana, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pelotas, 2000.

OBRAS CONSULTADAS

Biblioteca Pública Municipal Pelotense. Arquivo Histórico. Centro de Documentos e obras valiosos. **Almanaque de 1913**. Pelotas, 2012.

_____. **Almanaque de 1920**. Pelotas, 2012.

_____. **Almanaque de 1921**. Pelotas, 2012.

_____. **Almanaque de 1922**. Pelotas, 2012.

_____. **Almanaque de 1929**. Pelotas, 2012.

_____. **Almanaque de 1931**. Pelotas, 2012.

CANDAU, Joëll. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

CEARÁ. **Lei nº 13.427 de 30 de dezembro de 2003**: Lei do tesouro vivo. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/legislacao geral/Lei%20dos%20Tesouros%20Vivos.pdf>.> Acessado em: 25/06/2012.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. 8. ed. Traduzido por: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

GUANGIROLI, Solana Maria Lia. **Memórias de mesa**: A construção de uma história através dos objetos cotidianos.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

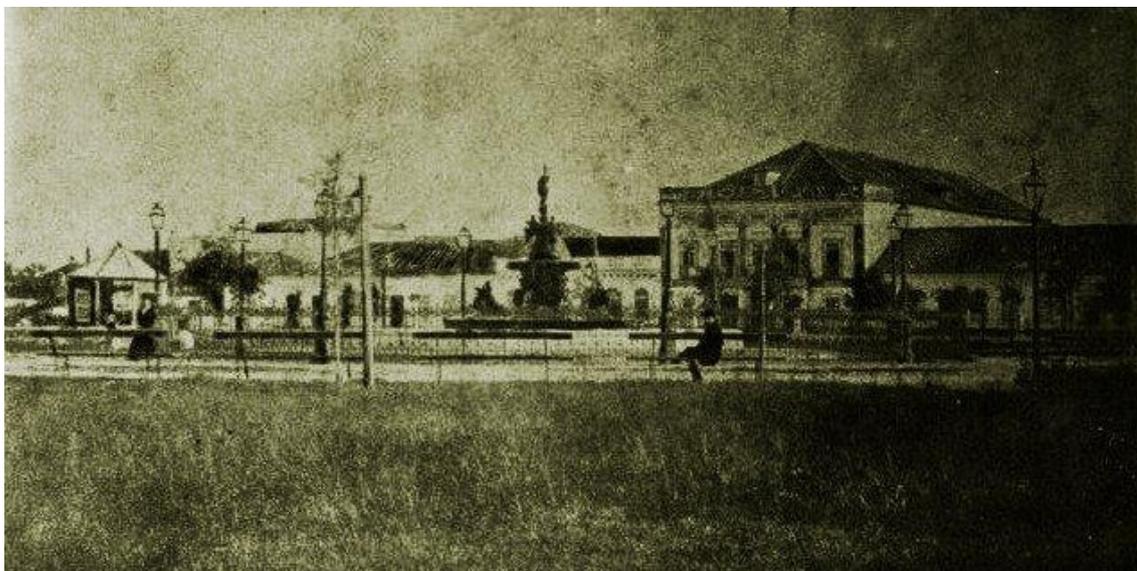
MONEGO, Sonia. **A linguagem fotográfica como memória**. Revista Cadernos do Ceom, Número 31, 2009. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/557>. Acessado em 16 de maio de 2012.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **A imagem da velhice nas telas do cinema documentário**. Cadernos Pagu, 1999: p. 357-369.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past**: oral history. Volume 1, Oxford: Oxford university Press, 1988. 2ª edição. Disponível em: <http://tristero.typepad.com/sounds/files/thompson.pdf>. Acessado em 28/10/2013.

UEDA, Vanda. A elite rural pelotense e a construção de um novo cenário urbano. In: **Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais**. Congresso de estudos rurais: 1 mundo rural e património. Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.sper.pt/ICER/DOWNLOAD/1011.PDF>>. Acessado em: 07 outubro 2011.

ANEXO A- Postal da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, 1873.



81

Praça Coronel Pedro Osório. Pelotas, 1853.

⁸¹ Parte do Acervo fotográfico do Projeto Memória Pelotas: Nelson Nobre Magalhães. Disponível para acesso em: <http://www.facebook.com/photo.php?fbid=281567865283759&set=a.263356197104926.59145.136187553155125&type=3>

ANEXO B- Trabalhos de Alexandre Serqueira, 2005.



Seu Suzano, 2005.



Adriane, 2005.



Dona Benedita, 2005.

⁸² Disponível para acesso em: <http://alexandresequeira.blogspot.com.br/>. Acesso em 05/08/2012.

Trabalhos de Alexandre Serqueira.

ANEXO C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Dados de identificação

Título do Projeto: Identidade, ambiente e Memória: Cartografia narrativo-visual de idosos sobre o Patrimônio Cultural de Pelotas”

Pesquisador Responsável: Daniele Borges Bezerra

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal de Pelotas.

Telefones para contato: (53) 81124981

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

Responsável legal (quando for o caso): _____

R.G. Responsável legal: _____

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Identidade, ambiente e Memória: Cartografia narrativo-visual de idosos sobre o Patrimônio Cultural de Pelotas”, de responsabilidade da pesquisadora Daniele Borges Bezerra.

Esta pesquisa como tema, a memória do idoso sobre a cidade de Pelotas e sua participação é voluntária. Através desta pesquisa se pretende investigar o que a pessoa sabe a respeito e considera Patrimônio Cultural. Além disso, pretende-se observar quais elementos patrimonializados da cidade participam da memória dos idosos e se existem outros possíveis de patrimonialização. Como pergunta de pesquisa que o pesquisador busca esclarecer no curso da pesquisa, propõe-se: As memórias dos idosos moradores do Asylo de mendigos de Pelotas vinculam-se aos pontos patrimoniais da cidade? Existem outros locais considerados seu patrimônio? Quais locais?

Como metodologia serão feitos grupos centrados na conversa informal, através de grupo focal, e da fotografia, análise de fotos antigas e realização de novas fotografias dos participantes. As mesmas serão vetorizadas no computador e transformadas em linhas e sombras em P e B, a partir da qual serão preparadas as placas com as imagens através da técnica do *stencil*. O conjunto será exposto em locais patrimonializados escolhidos pelos moradores. Ex.:Caixa d’água, Mercado público, Praia do Laranjal...). Cada retrato em um local de associação. O trabalho pode ser exposto novamente em galerias de Arte e posto a venda, tendo parte da renda revertida ao Asylo de Mendigos de Pelotas. Os retratos podem ainda ser utilizados em publicações acadêmicas sobre o assunto. Todo o processo será documentado em Vídeo Digital e poderá ser utilizado como recurso para análise de conteúdo durante a escrita da dissertação e também pode ser utilizado para registro da experiência no contexto do Patrimônio Cultural.

Acredita-se que o projeto valorize a pessoa idosa e permita novas formas de inserção e apropriação da mesma em sociedade a partir da arte. O produto deste projeto fornecerá referencial específico sobre o saber da pessoa idosa.

Os participantes terão suas dúvidas esclarecidas a qualquer momento, antes e durante a pesquisa.

ANEXO D- Ficha: Inventários afetivos

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|-------------------|--------------------------------------|--|---|--|---|--|--|--|---------------------------------------|--|---|--|---|--|
|  <p>defender Defesa Civil do Patrimônio Histórico</p> | <p>Oscip Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico Constituição Federal - Art. 216 § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.</p> | <p>PROJETO INVENTÁRIOS AFETIVOS</p> | <p>m01</p> | | | | | | | | | | | | | | |
| | <p>Município: <i>Nome do Município - RS</i></p> <p>Bairro/ Localidade: <i>Centro</i></p> | <p>Insira e ajuste a imagem aqui</p> | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Nome da edificação</p> <p>Endereço: Rua, número, Bairro</p> <p>Data de construção: 1900 <input type="checkbox"/> confirmada <input checked="" type="checkbox"/> aproximada <input type="checkbox"/> ignorada</p> <p>Uso original: Residência Uso atual: Abandonada</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Importância</p> <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Antiguidade</td> <td><input type="checkbox"/> Afetivo para a comunidade</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Evento histórico</td> <td><input type="checkbox"/> Afetivo – memória pessoal</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Qualidade do projeto (arquitetura)</td> <td><input type="checkbox"/> Apresenta materiais raros</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Raridade da forma arquitetônica</td> <td><input type="checkbox"/> Ponto de Referência</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Faz conjunto</td> <td><input type="checkbox"/> Boa conservação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Destaque na paisagem</td> <td><input type="checkbox"/> Perigo de desaparecimento</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Expressa a cultura local</td> <td><input type="checkbox"/> Cultura popular</td> </tr> </table> | | | | <input type="checkbox"/> Antiguidade | <input type="checkbox"/> Afetivo para a comunidade | <input type="checkbox"/> Evento histórico | <input type="checkbox"/> Afetivo – memória pessoal | <input type="checkbox"/> Qualidade do projeto (arquitetura) | <input type="checkbox"/> Apresenta materiais raros | <input type="checkbox"/> Raridade da forma arquitetônica | <input type="checkbox"/> Ponto de Referência | <input type="checkbox"/> Faz conjunto | <input type="checkbox"/> Boa conservação | <input type="checkbox"/> Destaque na paisagem | <input type="checkbox"/> Perigo de desaparecimento | <input type="checkbox"/> Expressa a cultura local | <input type="checkbox"/> Cultura popular |
| <input type="checkbox"/> Antiguidade | <input type="checkbox"/> Afetivo para a comunidade | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Evento histórico | <input type="checkbox"/> Afetivo – memória pessoal | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Qualidade do projeto (arquitetura) | <input type="checkbox"/> Apresenta materiais raros | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Raridade da forma arquitetônica | <input type="checkbox"/> Ponto de Referência | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Faz conjunto | <input type="checkbox"/> Boa conservação | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Destaque na paisagem | <input type="checkbox"/> Perigo de desaparecimento | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Expressa a cultura local | <input type="checkbox"/> Cultura popular | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Observações importantes</p> <p>Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Ut enim ad minim veniam, quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi ut aliquip ex ea commodo consequat. Duis aute irure dolor in reprehenderit in voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur. Excepteur sint occaecat cupidatat non proident, sunt in culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum. FONTE:</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Autor da ficha: Nome do autor.</p> <p>Data de preenchimento: 09/01/2012</p> <p>Revisado por: Nome do revisor</p> <p>Data da Revisão: 09/10/2012</p> <p>Entidade responsável: Nome</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | |